

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

David Gomes Castanho

A QUESTÃO AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

**Sorocaba/SP
2009**

David Gomes Castanho

A QUESTÃO AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lúcia de Amorim Soares

**Sorocaba/SP
2009**

Ficha Catalográfica

D342q Castanho, David Gomes
A questão agrária nos livros didáticos de geografia / David Gomes
Castanho. – Sorocaba, SP, 2009.
134f. ; il.

Orientadora: Dr^a. Maria Lúcia de Amorim Soares
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2009.

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Livro didático – Brasil. 3. Reforma
agrária (Ensino médio). I. Soares, Maria Lúcia de Amorim, orient.. II.
Universidade de Sorocaba.

David Gomes Castanho

A QUESTÃO AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Ass.: _____
Pres.: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Amorim Soares - UNISO

Ass.: _____
Exam.: Prof. Dr. Paulo Celso da Silva - UNISO

Ass.: _____
Exam.: Prof^a. Dr^a. Eliete Jussara Nogueira - UNISO

Este trabalho é dedicado à Prof^a. Dr^a. Maria
Lúcia de Amorim Soares e aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A finalização desse percurso acadêmico, não é resultado individual, foi construído ao longo de vários meses, com a colaboração de muitas pessoas.

Quero começar o meu agradecimento a ela que não mediu esforços, dedicou horas e mais horas de orientação, não tem como eu colocar no papel o quanto eu sou grato pela sua paciência, atenção, dedicação, força, entusiasmo, amor... Ela que me ensinou a ver o mundo de forma totalmente distinta daquela que eu era acostumado. Desde a graduação, ela me ensinou a principal vantagem de se estudar Geografia: se um dia viesse a ficar desempregado, pelo menos, entenderia por que razão isso aconteceu. Como esquecer o dia em que se deu o ataque às torres gêmeas? Ao encontrar com ela no corredor da universidade, escutamos a seguinte frase: “a partir de hoje, o mundo não será mais o mesmo”. Não há de ver que, mais uma vez, ela tinha razão... Certo dia houve uma excursão para assistirmos a uma defesa de mestrado na USP, na hora do almoço, como esquecer a gentileza dessa professora ao me presentear com aquela refeição. Professora Maria Lúcia, “Maria Luz”, minha eterna gratidão, praticamente tudo o que sou e tenho é consequência da Geografia e do jeito alegre de encarar a vida que você me ensinou.

Ao professor Dr. Paulo Celso da Silva que, desde a graduação, também tem me ensinado muito sobre o olhar geográfico para o mundo. Desde sua orientação ao meu TCC, passando pelo o exame de qualificação, até os dias de hoje, tem contribuído muito para minha formação.

Professora Dr^a Eliete Jussara Nogueira, que eu conheci somente no mestrado, aceitou o convite em participar do meu exame de qualificação e contribuiu de forma ímpar para a minha formação no que tange a um melhor entendimento das questões envolvendo o cotidiano escolar. Deixo aqui meu eterno agradecimento.

A todos os professores que compõem o corpo docente do Programa do Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba, em especial: ao Prof. Dr. Jorge Camarano Gonzalez, ao Prof. Dr. José Luis Sanfelice, à Prof^a. Dr^a. Vânia Regina Boschetti e o Prof. Dr. Wilson Sandano.

Aqueles que cuidam da parte mais burocrática do programa, em especial à Charlene, que sempre nos atendeu com muita simpatia e alegria.

E a todos os alunos do mestrado em Educação, em especial ao Fernando, quem sempre compartilhou alegrias e tristezas que a vida nos reserva.

Agradeço aos meus pais: Maria José Nunes Castanho (Mazé) e Silvino Gomes Castanho (Vino), que me trouxeram ao mundo e me ensinaram os primeiros passos e, apesar de muitas dificuldades na vida, ofereceram as condições necessárias para o meu desenvolvimento como ser humano.

Ao meu irmão Eli Gomes Castanho, que mesmo sendo muito atarefado, dedicou bastante do seu tempo com sugestões, dicas e revisões, para que eu pudesse concretizar este trabalho.

À minha irmã, Priscila, que sempre me deu força dizendo: “Vai em frente que você vai conseguir”.

Minha vó Natalia, que sempre me motivou e cativou pelo seu jeito humilde e me ajudou na longa caminhada até aqui.

Aos meus tios, tias, primos e primas, pois, de uma forma ou de outra, têm me ajudado a preservar minhas origens e cultura caipira. Obrigado pela força.

Quero deixar registrado aqui o meu eterno agradecimento aos alunos, professores, diretores e funcionários da Escola Estadual Jardim Daniel David Haddad. Em especial às coordenadoras Patrícia e Élide; aos professores: Silas, Cláudio, Jorge Wellington, Hilton, Tozze, Adenilson, Amarildo, Jackson, Haroldo, ao meu xará David... E as muitas professoras: Alcilene, Estela, Gisele, Regina Ortega, Luciana, Silmara, Regininha, Daniela Zan, Laurides, Viviane, Valdicéia, Raquel, Marinalva, Silvana... Aos funcionários: Zé, Solange, Ivone, Cidinha, Marcos, Narciso, Adriana, Rosana, Paulinho, Telminha... As diretoras: Sandra e Cleuza.

Ao meu amigo Rogério, do mestrado em Educação Matemática da PUC, que sempre esteve compartilhando suas experiências.

Ao Fred e a Clau, por terem me dado a oportunidade de colocar a Geografia em prática, conhecendo novos mundos, muito obrigado pelo apoio de vocês.

Ao Jonatas e João Gaudêncio pela amizade.

Ao meu vô Zé Leandro, ao vô Tico e a vó Maria, (in memória) como esquecer dos bons momentos da minha infância vividos ao lado de vocês.

Agradeço também à Secretaria do Estado da Educação de São Paulo (SEE) que financiou boa parte dos meus estudos através da Bolsa Mestrado.

E muitos outros que, por ventura, não tenham sido listados. Saibam que cada um de vocês estão devidamente guardados no espaço reservado a gratidão.

Por fim, quero agradecer a DEUS de ter colocado cada uma dessas pessoas em meu caminho, deixando a vida mais alegre e divertida.

Terra Brasilis, continente,
Pátria mãe da minha gente
Hoje eu quero perguntar
Se tão grandes são teus braços, por que
negas um espaço aos que querem ter um lar?
Eu não consigo entender
Que nesta imensa nação
Ainda é matar ou morrer
Por um pedaço de chão
Lavradores nas estradas
Vendo a terra abandonada
sem ninguém para plantar
Entre cercas e alambrados, vão milhões de
condenados
a morrer ou mendigar

Eu não consigo entender
Achar a clara razão
de quem só vive pra ter
E ainda se diz bom cristão

(Pedro Munhoz/ Martim César)

RESUMO

O presente trabalho tem como tema o estudo da questão agrária nos livros didáticos de Geografia, adotados pela rede pública estadual, de ensino médio, com especificidade aqueles utilizados na cidade de Salto de Pirapora-SP. A realização da pesquisa justifica-se pelo fato de que a questão agrária é um tema polêmico, e tratá-la no livro didático, implicaria assumir posicionamentos que reforçariam a tese dos movimentos de luta pela terra ou os refutariam. O objetivo geral da pesquisa foi perceber como esses posicionamentos são revelados nas entrelinhas e imagens dos livros selecionados. Para isso, recorreremos a alguns procedimentos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, na perspectiva de Dominique Maingueneau e Eni Orlandi, mais especificamente com as seguintes categorias de análise: posicionamento e prática intersemiótica e silenciamento, respectivamente. Além desses, colocou-se em diálogo autores da Geografia como Milton Santos e, em particular da Geografia Agrária, entre eles Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Alberto Feliciano, Eduardo Girardi; bem como, pesquisadores de livros didáticos, Célia C. de Figueiredo Cassiano, Jeane Medeiros Silva e Eloisa de Mattos Höfling. Feita a análise dos capítulos que tratam da questão agrária nos livros selecionados, os resultados da pesquisa indicam que os livros revelam posicionamento favorável ao agronegócio em detrimento dos movimentos sociais; há silenciamento no tocante às questões de ordem geográfica, privilegiando a historicidade tão somente; o uso das imagens corrobora o referido posicionamento e o silenciamento. Com esta pesquisa, pode-se perceber que o livro didático não deve ser visto como referência única ao professor de Geografia no seu trabalho; deve, antes, ser objeto de crítica, reflexão, (re)construção estabelecidos pela interação aluno-professor. Agindo assim, sobre os diversos fatos e/ou fenômenos que fazem parte do nosso cotidiano, as aparências cederão lugar às verdadeiras essências, num verdadeiro movimento dialético.

Palavras-chave: Cotidiano escolar. Livro didático. Questão agrária e Ensino de Geografia.

ABSTRACT

This work deals with the study of the agrarian question in the Geography student's book, adopted by the state public schools, high schools, specifically with those used in Salto de Pirapora city at São Paulo state. The completion of the research is justified by the fact that the land question is a controversial issue and its treatment in the textbooks should be positioned to reinforce the point of view of the movements fighting for land or refute. The aim of research was to see how these positions are revealed between the lines and images of selected books. To this end, we resort to some theoretical and methodological procedures of discourse analysis in the perspective of Dominique Maingueneau and Eni Orlandi, specifically in the following categories of analysis: practice and positioning intersemiotic and silencing, respectively. Besides, put in dialogue authors of Geography as Milton Santos and, in particular the Land Geography, such as Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Alberto Feliciano, Eduardo Girardi; as well as researchers from textbooks, Célia C. de Figueiredo Cassiano, Jeane Medeiros Silva e Eloisa de Mattos Höfling. After analysis of the chapters dealing with the agrarian question in the books selected, the survey results indicate that the books reveal a favorable position to agribusiness at the expense of social movements, they are mute with regard to issues of geographical, focusing only as the historicity, the use of images confirm the positioning and silencing. With this research, we can notice that the textbook should not be viewed as a single reference to the Geography teacher in your work, but it must be the object of critical reflection, (re) construction requirements for student-teacher interaction. In such case, on the various facts and / or phenomena's that are part of our daily life, appearances give way to real essences, a truly dialectical movement.

Key words: School daily. Student's book. Agrarian question and Teaching of Geography

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capa da revista Veja, nº2028.....	70
Figura 2	Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.....	72
Figura 3	<i>Out-door</i> Cubano.....	73
Figura 4	O MST retratado por Sebastião Salgado.....	74
Figura 5	Livro - Geografia: Pesquisa e Ação - volume único.....	77
Figura 6	Livro - Geografia – Geografia Geral e do Brasil - volume único.....	79
Figura 7	Capa em detalhe do livro - Geografia: Pesquisa e Ação.....	86
Figura 8	O Robin Hood nordestino.....	87
Figura 9	Movimento indígena.....	89
Figura 10	Lula.....	91
Figura 11	Martin Luther King.....	92
Figura 12	Parada Gay em Nova York.....	93
Figura 13	Charge – Terra para Todos.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) - Ensino Médio.....	29
Quadro 2	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional do Livro Didático 2007 - Valores Negociados.....	30
Quadro 3	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional do Livro Didático 2008 - Valores Negociados.....	30
Quadro 4	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional do Livro Didático 2009 - Valores Negociados.....	31
Quadro 5	Caracterização da rede de escolas estaduais urbanas de Ensino Médio em Salto de Pirapora (SP) – 2009.....	60
Quadro 6	Relação dos livros didáticos adotados pelas escolas pesquisadas em Salto de Pirapora (SP) – 2009.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS

AAD-69 – Análise Automática do Discurso
ABRALE – Associação Brasileira de Editores de Livros
ABRELIVROS – Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos
AD – Análise do Discurso
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
CEB – Comunidade Eclesiais de Base
CNLI – Comissão Nacional de Literatura Infantil
COLTED – Comissão do Livro Técnico e Didático
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FENAME – Fundação Nacional do Material Escolar
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20/12/1996)
LOGSE – Lei Orgânica Geral de Educação
MAST – Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra
MEC – Ministério da Educação
MES – Ministério da Educação e Saúde
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento da Libertação dos Sem-Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
ONU – Organização das Nações Unidas

PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PLID - Programa do Livro Didático
PLIDEF - Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD - Programa para as Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE – Secretaria do Estado da Educação
SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SEPS – Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus
UDR – União Democrática Ruralista
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISO – Universidade de Sorocaba
USAID - United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: DAS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES AO PNLEM.....	18
2.2 Percurso do livro didático no Brasil.....	19
2.3 Primeira fase do Programa do Livro Didático (PNLD).....	24
2.4 Segunda fase do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).....	25
2.5 Livros didáticos e o governo Lula.....	27
3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	32
3.1 Planos políticos e governamentais de Reforma Agrária.....	37
3.2 Reforma Agrária na Nova República	43
3.3 Reforma Agrária no governo de Fernando Collor e Itamar Franco – 1990 a 1993.....	45
3.4 Reforma Agrária nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso – 1994 a 2001.....	46
3.5 Reforma Agrária no governo Lula.....	50
3.6 O MST e a questão agrária no Brasil.....	53
4 FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.....	58
4.1 Aspectos metodológicos: critérios de escolha da amostra.....	58
4.1.1 Escolas Estaduais de Ensino Médio na cidade de Salto de Pirapora/SP.....	60
4.2 Elementos da Análise do Discurso utilizados para a compreensão dos sentidos construídos pelos livros didáticos de Geografia.....	61
4.2.1 Da formação discursiva ao posicionamento.....	61
4.2.2 A polêmica do discurso.....	65
4.2.3 O silenciamento como marca de um posicionamento.....	66
4.2.4 O discurso didático como prática intersemiótica.....	69

5 A QUESTÃO AGRÁRIA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA.....	76
5.1 Primeira análise	
Capítulo do livro Geografia: Pesquisa e ação.....	80
5.2 Segunda análise	
Capítulo do livro Geografia: Geografia Geral e do Brasil.....	96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXO A - Geografia: Pesquisa e Ação. Editora Moderna - Cap. 29:	
Movimentos sociais e cidadania.....	113
ANEXO B - Geografia – Geografia Geral e do Brasil. Editora Ática - Cap. 49:	
A agricultura e a pecuária no Brasil: estrutura fundiária.....	125

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema o estudo do tratamento dado à questão agrária em livros didáticos de Geografia do Ensino Médio, adotados pela rede estadual de ensino. Para este trabalho, escolhemos livros selecionados pelas escolas públicas estaduais, de nível médio, da cidade de Salto de Pirapora/SP.

Impulsionou-nos a escrever esta dissertação o fato de que a questão agrária é recorrente, nos discursos da mídia em geral e dos alunos, sempre propondo a seus interlocutores uma questão polêmica que transita entre o apoio a movimentos sociais de luta pela terra ou o repúdio a eles. Mais do que um tema controverso, a questão agrária é um objeto de estudos da disciplina Geografia Agrária, a qual nos possibilita entender os problemas sociais e, portanto, a escola não deve eximir-se de tratá-la, sobretudo na disciplina de Geografia.

Parece haver uma tendência, no discurso didático em geral, em manter-se neutro sob determinados assuntos, exatamente por serem eles controversos ou até mesmo tabu na sociedade. Logo, é interessante pesquisar como o autor do livro didático aborda o terreno escorregadio da questão agrária e o latifúndio de opiniões que ela contempla. Embora haja uma vontade de manter-se neutro nesses assuntos, bem sabemos, e os estudos lingüísticos têm comprovado, que se torna impossível velar a subjetividade na linguagem.

Ao falarmos, de acordo com Maingueneau (1997), deixamos entrever um posicionamento, um “eu” que diz algo, de algum lugar social, para um “tu”. Muitas vezes, o posicionamento assumido pelo interlocutor é marcado não só pelo que ele fala, mas também pelo que deixa de falar, pelo silenciamento, conforme Orlandi (2002); assim, omite-se, evita-se determinado assunto, no entanto, a opção pela omissão já revela um traço de um “eu”, que fala de um lugar da sociedade. Falar, porém, não significa usar somente a palavra, mas a diversidade de signos. Desse modo, privilegiamos, também, neste estudo com livros didáticos, as imagens presentes nos capítulos selecionados, entendendo-as, de acordo com Maingueneau (2007), como prática discursiva que é intersemiótica, ou seja, as escolhas das imagens também são reveladoras / ratificadoras de um posicionamento.

Para entendermos as principais características da linguagem presente no livro didático, faremos empréstimos de dispositivos da Análise do Discurso, de linha francesa, principalmente dos autores acima citados. Convém frisar que os usos desses dispositivos serão necessários para apoiar nossa compreensão de como a questão agrária nos é apresentada através dessa materialidade lingüística, o livro didático. É importante deixar claro que não temos a pretensão de realizar um trabalho de Lingüística, mas sim, recorrer a alguns mecanismos dessa ciência para a compreensão de uma questão cara à Educação e à Geografia, em particular.

O livro didático é, muitas vezes, a única ferramenta didática de trabalho do professor, que se apóia nele como também único material para atualização e construção de seu próprio conhecimento. Desse modo, estudá-lo implica perceber como se veiculam informações que vêm a configurar a construção de um saber do professor e do aluno.

Assim sendo, queremos, com este trabalho, buscar respostas para a seguinte questão: *ao abordar a questão agrária, os livros didáticos de Geografia, empregados em escolas públicas estaduais do ensino médio, rompem ou reforçam os preconceitos por parte dos alunos e professores a respeito dessa problemática?*

Portanto, nosso objetivo geral é estudar o tratamento dado ao conteúdo do livro didático de Geografia de ensino médio, no tocante à questão agrária no Brasil, de modo a perceber filiações que possam repudiar ou fazer alusões à polêmica que a própria temática instaura. São nossos objetivos específicos: examinar o posicionamento dos autores ao se referirem especificamente à questão agrária; perceber de que modo os livros didáticos fazem menção ou silenciamento sobre tema; verificar como a seleção de imagens aponta para determinada escolha ideológica feita pelo autor.

Os textos que compõem nossa amostra são capítulos de livros didáticos adotados por três escolas públicas estaduais de ensino médio da cidade de Salto de Pirapora/SP. Na cidade, há quatro escolas desse nível de ensino, porém, uma não recebeu livros didáticos, segundo informações de sua direção. Duas utilizam um mesmo título, portanto, vamos analisar dois livros didáticos, a saber: *Geografia: Pesquisa e Ação - volume único*, da Editora Moderna e *Geografia – Geografia Geral e do Brasil - volume único*, da Editora Ática.

Uma vez escolhidos os livros, mediante o critério anteriormente apresentado, optamos pelo seguinte percurso metodológico: analisamos os textos e verificamos se neles há o tratamento/silenciamento da questão agrária, concomitantemente, percebemos a relação texto-imagem na produção dos sentidos. Para isso, trabalhamos, principalmente, com as seguintes categorias de análise: silenciamento, posicionamento e prática intersemiótica.

Esta dissertação se compõe desta introdução e de mais quatro capítulos.

O capítulo 2, intitulado *O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: DAS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES AO PNLEM*, em que tratamos, ao longo da história do Brasil, como tem se dado o processo de produção, escolha e distribuição do livro didático nas escolas públicas brasileiras.

No capítulo 3, *A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL*, abordamos o assunto, descrevendo as contradições que envolvem essa temática; levantando as políticas públicas envolvidas nesse processo, além de apresentarmos as diferentes formas de luta que os movimentos sociais se propõem a realizar.

Já no capítulo 4, denominado *FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS* apresentamos a caracterização de nossa amostra, bem como elementos teóricos que auxiliarão nossa análise.

O capítulo 5, *A QUESTÃO AGRÁRIA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA*, é a análise propriamente dita, considerando os objetivos específicos levantados e uso do referencial teórico escolhido.

Apresentamos, por fim, nossas considerações finais, seguidas das referências bibliográficas e dos anexos.

2 O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: DAS PRIMEIRAS PUBLICAÇÕES AO PNLEM

O livro didático é um componente essencial para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas brasileiras, sejam elas do nível fundamental ou médio. Seu relacionamento com a educação é tão evidente que, muitas vezes, é possível identificarmos, nesse material, as características dos professores que o utilizam, bem como as marcas que são capazes de deixar nos alunos que estudam com esse livro.

Sabemos que tratar da questão histórica do livro didático em nosso país não é uma tarefa relativamente simples, já que para muitos pesquisadores da área, esse material não tem uma história:

Poder-se-ia mesmo afirmar que livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história não passa de uma seqüência de decretos, leis e medidas governamentais que sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem correção ou a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas [...]). (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1989, p. 12)

O surgimento do livro didático está intrinsecamente ligado à Reforma Protestante. Antes da Reforma, apenas alguns membros da hierarquia eclesiástica tinham acesso às escrituras sagradas, já que, a igreja Católica não permitia a qualquer indivíduo a interpretação da Bíblia. A Reforma veio ao encontro dessa problemática, produzindo reflexões através de pensadores como: Lutero e Melanchton, assim como através de importantes filósofos: Kant, Ficht e Hegel, Goethe, o poeta. Além disso, a Reforma também produziu um número expressivo de pedagogos. Entre eles, Comenius, que é considerado o precursor do livro didático, com seu livro *Didática Magna*, cuja influência se faz presente até hoje, conforme afirmação de Gilberto Alves (2006, p. 230 - 231):

[...] a organização do trabalho didático vigente nos estabelecimento educacionais de nosso tempo foi fundada por Comenius no século XVII, sob a inspiração da organização manufatureira do trabalho. No âmbito do trabalho didático, arraigado ainda às suas origens, continuam a ser utilizados os mesmos instrumentos preconizados pelo autor de *Didáctica Magna*, em especial o manual didático.

No Brasil, uma característica marcante dos livros didáticos é sua capacidade de remeter a educação ao centro do debate, no que se refere às políticas públicas, às questões ideológicas, aos métodos e aos currículos neles baseados. Dessa maneira, questões que envolvem o livro escolar são sempre atuais e geralmente compreendidas, como sendo polêmicas, com especificidade pelo fato de carregar um componente mercadológico bastante relevante e ser um material que precisa passar por uma constante atualização, sobretudo, os de Geografia, postos à prova pelas constantes mudanças de ordem geopolítica. Mas o livro didático não pode ser entendido de forma isolada porque ele sempre está inserido em uma maquinaria de importância estratégica:

[...] para a existência e funcionamento do sistema educacional como um todo, estendendo sua influência a amplos setores do mercado editorial bem como as instituições estatais. Funciona como instrumento de ensino no processo pedagógico em sala de aula; como fonte de lucro e renda para os editores e como “cabide de empregos” para os funcionários e técnicos dos organismos estatais. (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1989, p. 12)

Outra consideração necessária é que os livros didáticos são utilizados de maneira heterogênea pelos professores, ou seja, para alguns, esse material é o item essencial com vistas ao desenvolvimento de atividades em sala de aula; para outros é apenas um complemento às atividades. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que o livro didático “muitas vezes é o único livro a que o estudante terá acesso em toda a sua vida”. (CASSIANO, 2007. p. 8)

Mas o que é um livro didático? Para muitos, o livro didático é aquele capaz de transmitir certo aprendizado, capaz de auxiliar na construção do conhecimento, mas de uso quase que exclusivo, por professores, em sala de aula. Esse livro específico recebe denominação particular, como, por exemplo, o de manual (que significa disposto ao manuseio) ou compêndio (resumo ou síntese de determinados conteúdos). Dessa forma, podemos dizer que esse material afeta diretamente a problemática dos conteúdos e dos currículos escolares.

2.1 Percurso do Livro Didático no Brasil

Nos primeiros séculos da educação brasileira, tínhamos a ausência de uma estrutura no país capaz de atender à editoração de livros que, deste modo, eram importados de países europeus, conforme Sposito (2006, p. 28):

[...] até as décadas iniciais século XX, era comum que alunos da escola secundária utilizassem manuais franceses para o estudo da História Geral que, como assinalou Elza Nadai, ocupavam lugar mais destacado do que o reservado para história nacional.

Nesse mesmo século, mais precisamente na década de 30, adquirem características nacionais. A partir de 1930, o Brasil desenvolve uma política educacional progressista, com pretensões democráticas e aspirando um embasamento científico. As mudanças podem ser evidenciadas, nesse período, através da mobilização de intelectuais brasileiros que redigem o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932.

Em 1930, também se deu a criação do MES (Ministério da Educação e Saúde). Esse período é considerado o marco inicial para o período de ações voltadas exclusivamente à produção, compra e distribuição de livros didáticos no Brasil. Seis anos após a criação do MES, cria-se a Comissão Nacional de Literatura Infantil, que tinha como principais atribuições:

[...] realizar levantamentos sobre a situação desse tipo de produção literária; selecionar livros para serem traduzidos; Classificar por idade as obras existentes e censurar as que fossem perniciosas; organizar um projeto de bibliotecas infantis e, com destaque, promover o desenvolvimento de uma boa literatura para crianças e jovens”. A comissão, integrada por nomes de destaque das letras nacionais – Manuel Bandeira, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Murilo Mendes, Lourenço Filho e, por um curto período, Cecília Meireles -, também promoveu concursos para premiar obras destinadas ao público infantil. (SPOSITO, 2006, p. 29)

Cabe lembrar, também, Guy de Holanda, em *Programas e compêndios de história para o ensino Secundário Brasileiro – 1931/1956*, quando defende a posição de que o livro didático no Brasil é uma consequência direta da Revolução de 30.

O Decreto Lei 1006 de 30 de dezembro 1938, em seu artigo segundo, seguido do primeiro e segundo parágrafos, define pela primeira vez o que vem a ser um livro didático, diferenciando-os dos livros de leitura:

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe. § 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares. § 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula. (BRASIL, 1.006/1938, Art. 2º, § 1º e 2º)

Esse decreto-lei já mostra a preocupação do governo na época, no que se refere à escolha e uso de determinados livros didáticos, deixando claro que a intervenção do governo a respeito dessa escolha se dará na escolarização básica, mas mesmo na Educação Superior os professores devem tomar cuidado na escolha desse tipo de material:

Art. 3º A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas preprimárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República. Parágrafo único. Os livros didáticos próprios do ensino superior independem da autorização de que trata este artigo, nem estão sujeitos às demais determinações da presente lei, mas é dever dos professores orientar os alunos, afim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura. (BRASIL, 1.006/1938, Art. 3º)

Outro ponto que merece a nossa atenção, nessa lei, é o artigo 21, 22 e 23 do decreto na qual são numerados dezoito impedimentos referentes à autorização do livro didático no Brasil. Com isso, fica evidente a preocupação do governo quanto à utilização em sala de aula de livros didáticos que não fossem condizentes ao regime adotado pelo governo da época. Todavia, o que torna esse artigo ainda mais interessante é o fato de somente cinco dos dezoito impedimentos dizerem respeito às questões meramente didáticas, como podemos observar:

Art. 21. Será ainda negada autorização de uso ao livro didático;

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termo ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 23. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei.

(BRASIL. Decreto-lei 1.006/1938, Art. 21º, 22º e 23º)

A forma constitutiva da lei acima se insere em conjunto de medidas, que visavam à reestruturação e o controle ideológico de todo o sistema educacional brasileiro. Para se ter uma visão de quão amplo foi esse controle, podemos lembrar da introdução do ensino de *Educação Moral e Cívica* em todos os níveis de ensino, que era uma disciplina com valorização de conteúdos que promovessem atitudes voltadas especificamente para o nacionalismo nos alunos.

Assim, desde o início do século XX, o Estado preocupa-se com a “qualidade” dos livros usados na escola. É claro que essa preocupação é explicada pelo medo de estar abastecendo as instituições de ensino com livros que pudessem se tornar uma ameaça aos poderes constituídos no país. Havia uma preocupação para que esses livros colaborassem, de forma direta, com a construção da identidade nacional e da memória histórica, ambas construídas de acordo com os princípios abraçados pelo regime e que tinham de estar presentes nos livros usados em todas as escolas do país. Desta forma, os livros didáticos eram, como são ainda hoje, dispositivos imprescindíveis para o poder, pois são voltados especificamente para o público jovem, na maioria das vezes, grupos sociais caracterizados por baixa criticidade e, por isso, mais fáceis de serem manipulados ou moldados aos interesses do regime em vigor.

Além dessas questões, como se tratando de um produto da indústria cultural, o livro didático pode ser reproduzido em larga escala e distribuído por todas as unidades federativas do país, influenciando dessa maneira as palavras do professor. Se não bastassem essas influências, o livro também é altamente eficaz no que diz respeito à lenta impregnação de idéias, pois sua utilização é cotidiana e prolongada. O livro didático era, então, uma importante ferramenta para atingir a unificação nacional, lingüística e ideológica, difundida no governo Getúlio Vargas.

Em 1966, o Estado, sob o regime militar, volta a interferir de forma direta nos livros didáticos, já que é nesse período é criada a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), com a finalidade de coordenar a produção, edição e distribuição dos livros para todo o país. Cabe lembrar que a partir de 1960, a quantidade de alunos aumenta consideravelmente e, para assegurar uma boa distribuição dos livros didáticos, o governo brasileiro precisou contar com empréstimos internacionais, originários de um acordo entre o MEC (Ministério da Educação), SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) e a USAID (United States Agency for International Development), conhecida em português como: Agência Norte-

americana para o Desenvolvimento Internacional. O dinheiro vindo desse acordo assegurou a continuação do programa com relação a esses materiais, salientando o fato de que os alunos não podiam aprender conteúdos que fossem contra a ideologia do Estado constituído.

Esse acordo tinha como objetivo tornar disponíveis cerca de 51 milhões de livros para os estudantes brasileiros no período de três anos. A distribuição seria gratuita e a COLTED tomaria conta também do programa de desenvolvimento, que incluiria instalações de bibliotecas e cursos de treinamento de instrutores e professores em várias etapas, envolvendo o âmbito federal, estadual e municipal.

O convênio firmado pelo MEC mais SNEL e a USAID era compreendido pelos funcionários do Ministério da Educação como uma “ajuda” necessária para o bom andamento do desenvolvimento do sistema educacional no Brasil. Porém, críticos da educação da época viam esse convênio com segundas intenções e denunciavam o acordo como um controle estadunidense no mercado editorial do Brasil, especialmente nos livros didáticos. Segundo tais críticos, esse controle se dava de maneira bastante intensificada no âmbito ideológico de uma parte importante do processo educacional do país.

A COLTED funcionou até 1971 quando foi substituída pelo Programa do Livro Didático (PLID), de acordo com decreto 68.728, de 08 de junho de 1971. Porém, desde a década de 1960 essa instituição já estava sendo ameaçada de encerrar as suas atividades, particularmente em 1967, com a lei nº 5.327 de 2 de outubro de 1967, quando foi sancionada a institucionalização da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar). Em 4 de fevereiro de 1976, o decreto nº de 77.107 passa a responsabilidade do livro didático para a FENAME, que fora criada há quase uma década, para providenciar diversos materiais para escola.

Sete anos mais tarde, mais precisamente em 18 de abril de 1983, é sancionada a lei nº 7.091, pelo então presidente João Figueiredo. Através dela o órgão responsável pelos livros no país passa a se chamar FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), que por sua vez tinha a:

[...] finalidade de apoiar a Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus – SEPS/MEC – desenvolvendo os programas de assistência ao estudante nos níveis de educação pré-escolar e de 1º e 2º graus para facilitar o processo didático-pedagógico. (MEC/FAE. Relatório Anual, 1984. Brasília, 1985: 7)

A esse grupo de trabalho também cabia a função de averiguar quais eram os problemas relativos aos livros didáticos no país, propondo a participação de professores na escolha dos livros e ampliação do programa existente, através da incorporação das demais séries do Primeiro Grau. A FAE foi responsável pela execução da política educacional do país de 1983 até 1997, ano em que foi extinta.

Para alcançar seus objetivos – atingir o maior número possível de estudantes, com qualidade –, a FAE parte de uma estratégia que é utilizada até os nossos dias: ampliar a idéia do livro durável e de qualidade, que desde os acordos MEC/USAID não eram empregados, já que nesse acordo contemplava-se o livro que fosse descartável, com o uso bastante limitado, pois continha em um único exemplar o livro de texto e o caderno de exercícios. Dessa forma, tal exemplar não poderia ser reutilizado por outro aluno no ano seguinte.

2.3 Primeira fase do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Entende-se como primeira fase do PNLD, os anos iniciais do Programa, de 1985 até início de 1990. Nesse período, foram implementadas mudanças com objetivo bem definido: dar início a uma nova política no cenário dos livros didáticos no país.

Em 19 de agosto de 1985, é sancionada pelo presidente José Sarney, a edição do decreto nº 91.542, na qual o PLIDEF (Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental) é substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse programa era subsidiado pelo MEC e intermediado pela FAE. Sem dúvida é o mais duradouro de todos os programas implementados pelo Estado no que diz respeito à análise, à aquisição e à distribuição dos livros didáticos no país.

Para compreendermos a origem do PNLD, é importante referenciar o documento denominado: *Educação para Todos: caminho para a mudança*, publicado em 31 de maio de 1985, no qual o ministro da educação da época, Marco Maciel, faz uma análise da situação atual do país, explicando que o governo tinha de implantar uma verdadeira democracia, não excluindo a promoção do desenvolvimento com justiça. Na sua concepção, só era possível concretizar esses objetivos, com ações que pudessem realizar um resgate social no país.

O documento revela que os problemas herdados pela nação no período ditatorial, foram vários; baixos níveis de renda, elevado índice de desigualdade

social, carências alimentares, ausência de um sistema de saúde que atendesse, de fato, a população. Argumenta ainda que todos esses problemas estão vinculados com a falta de um planejamento político eficiente, priorizando o sistema educacional brasileiro, entendido como fundamental para a superação dessas deficiências sociais.

O PNLD iniciou-se com algumas falhas, como: indícios de corrupção; falta de financiamento regular e influência direta por parte das editoras, coagindo o professor na escolha do seu livro. Esse conjunto de causas fez com que as metas iniciais não fossem totalmente contempladas, mas mesmo com esses problemas, as vendas de livros aumentaram exponencialmente. Diante disso, em 1987, a FAE considerou esse programa como sendo a maior distribuição de livros didáticos do mundo. Para evidenciarmos o crescimento vultuoso do número de livros negociados após a implantação da PNLD, observemos a seguinte citação:

Höfling (1993) relata que no primeiro ano da FAE, 1983, pelo Programa do Livro Didático/ Ensino Fundamental (PLIDEF) – que posteriormente foi substituído pelo PNLD – foram distribuídos 12.385.087 livros em todo o território nacional (Relatório FAE, 1983, p.27). Em 1987, esse montante, já por meio do PNLD, ultrapassou 55 milhões de volumes, que foram distribuídos para cerca de 25 milhões de estudantes. (CASSIANO, 2007, p. 27)

De 1983 (anterior a implantação do PNLD) para o ano de 1987, tivemos um salto assombroso no volume de livros negociados. Houve um aumento superior a 400%. Por essa razão, o PNLD foi bem aceito pelas editoras da época. Conforme (Höfling, 1993) o Estado, já nessa época, é considerado o maior comprador de livros do país, adquirindo aproximadamente 70% da produção de livros didáticos.

2.4 Segunda fase do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

A segunda fase do PNLD é caracterizada por sua consolidação e marcada por influência ainda mais forte dos grandes organismos multilaterais, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus demais organismos, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (*Unesco*), o Programa para as Nações Unidas para o Desenvolvimento (*Pnud*), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (*Unicef*) e o Banco Mundial. Nessa nova fase, essas instituições passaram a agir de forma diferenciada, ou seja, elas não trataram

apenas das questões financeiras, mas também ofereceram assessoria técnica em áreas da Educação, possibilitando uma “melhor” aplicação das verbas destinadas a esse fim, através de uma série de programas. Esse período possibilitou que ocorressem profundas mudanças no mercado editorial brasileiro, conforme veremos ao longo desta análise.

A destinação do fluxo regular de verbas para a aquisição de livros didáticos foi consolidada na gestão de Itamar Franco, que assumiu a presidência em 1992 e dirigiu a nação até 1994. Nesse período, foi publicada a resolução FNDE nº6, no dia 13 de julho de 1993. Possibilitando uma mudança significativa para o cenário brasileiro quanto à aquisição de livros didáticos, essa resolução estabeleceu um fluxo regular de verbas para a aquisição e posterior distribuição dos livros didáticos.

No ano seguinte, a portaria 542, de 10/05/1995, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a “universalização” da distribuição de livros é consolidada, legalmente falando. Assim, o volume de livros negociados teve um crescimento vertiginoso, o que por sua vez, chamou a atenção de grandes grupos internacionais ligados ao segmento de livros didáticos. Nos anos seguintes, instalou-se no Brasil, um número cada vez maior de empresas multinacionais, que passaram a ver o potencial brasileiro para o mercado editorial.

Em 1996, ocorreu a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), sustentando uma reforma curricular com certa inspiração na Reforma Espanhola de 1990 (Lei Orgânica Geral de Educação – LOGSE). Esse período também é relevante para o livro didático em nosso país, já que a nova LDB traz uma série de modificações no sistema educacional brasileiro. Essa lei faz com que ocorra um aumento considerável no número de alunos matriculados na Educação Básica. Dentre essas mudanças, algumas são consideradas de suma importância no ponto de vista da ampliação do mercado editorial: antes da implantação da nova LDB, a Educação Infantil (crianças de 0 a 6 anos) e o Ensino Médio (adolescentes de 15 a 17 anos), não eram atendidas de forma obrigatória pelo Estado, mas com as novas mudanças, cabe ao Estado atender obrigatoriamente a esses níveis.

Os anos que se seguem, após a aprovação da LDB, continuam sendo bastante promissores para o mercado de livros didáticos no Brasil. As mudanças legais mais recentes sobre esse assunto são as várias resoluções que têm sido elaboradas pelo MEC, norteando a agenda político-pedagógica do PNLD, assim

como a elaboração de normas para tentar melhorar e ampliar a Educação Básica no Brasil.

2.5 Livros didáticos e o governo Lula

No século XXI, tivemos uma ampliação no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a distribuição de livros didáticos no Brasil, lembrando que esse crescimento, já é parte da política educacional do novo presidente: Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou sua gestão em 2003.

Nesse contexto, não podemos deixar de citar um documento denominado: *Para formar um país de leitores: contribuições para a política pública do livro escolar no Brasil*, composto por uma série de reivindicações elaboradas por duas entidades que representam o interesse de setor editorial do país: ABRALÉ (Associação Brasileira de Editores de Livros) e a ABRELIVROS (Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos). Esse material, resultado de um processo de discussão de três grupos de representantes de ambas as instituições (autores, empresários do livro e profissionais de edição), levou três meses para ser concluído e foi endereçado, já em dezembro de 2002, para aquele que seria, na época, o próximo governo federal do Brasil.

Assim, os responsáveis pela produção de livros no Brasil expressam suas principais ambições e propostas ao que se refere à política do livro didático. O documento divide-se em cinco capítulos, a saber: 1. Introdução; 2. Sobre a importância do livro na escola; 3. Sobre o sistema de avaliação de livros didáticos; 4. Sobre a operacionalização do PNLD e 5. Propostas.

Ao invés de analisarmos exaustivamente todo documento, interessa-nos trazer dele duas propostas que, na verdade, são dois grandes tópicos. Em primeiro momento, houve a solicitação de uma proposta que proporcionasse aos alunos e professores o acesso aos mais variados livros, principalmente por meio da ampliação desses Programas. O segundo trata diretamente sobre o PNLD, na qual foram feitas sete reivindicações:

- a. que o PNLD não sofresse descontinuidade e interrupções;
- b. que fossem incluídos livros e dicionários de Espanhol e inglês;
- c. que fossem incluídos livros de todas as disciplinas do ensino médio;

- d. que se reavaliasse a questão do livro consumível, para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, ou pelo menos nas duas primeiras. Entendendo que: “a forma consumível é muito mais coerente e eficaz e deveria ser acessível também a todos os alunos da escola pública” (ABRALE, ABRELIVROS, 2002, p. 27)
- e. que os critérios de avaliação do PNLD fossem revistos. Tais como:

[...] é essencial diminuir a penalização econômica, moral e intelectual imposta a editores e autores, que, sem direito de recurso ao julgamento a que são submetidos e sem poder corrigir pequenos erros em suas obras, as vêm praticamente banidas do mercado por até três anos [...] (ABRALE, ABRELIVROS, 2002, p. 27)

- f. revisão em algumas etapas do Programa diminuindo a burocracia e aumentando a transparência e respeito às instituições envolvidas no processo;
- g. que se verificasse a sustentabilidade jurídica e legal do Programa, para aferir se seria necessária alguma outra garantia legal, para torná-lo um Programa permanente, com recursos assegurados e livres de potenciais instabilidades políticas.

A resolução nº38, de 15/10/2003, e a portaria N.º 2.922, 17/10/2003, aprova o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). Iniciado no ano de 2004, o PNLEM tinha por objetivo a distribuição de forma inédita de livros didáticos para os alunos do ensino médio público de todo o Brasil.

Em 2005, para serem utilizados em 2006, o governo “universalizou” a distribuição de livros didáticos de Português e Matemática para o ensino médio. Assim, de acordo com dados do MEC, 7,01 milhões de alunos das três séries do ensino médio de 13,2 mil escolas do país foram beneficiados no início de 2006, com exceção das escolas dos estados de Minas Gerais e do Paraná que desenvolveram programas próprios.

Ainda de acordo com dados do MEC, em 2006 foram distribuídos mais de 26.268 conjuntos de livros para professores de língua espanhola. Nesse mesmo ano, foram investidos R\$ 121,9 milhões no PNLEM. Para 2007, o orçamento foi de R\$ 220 milhões, pois nesse período foram incluídas as disciplinas de História e Química, além da reposição de Matemática, Português e Biologia.

Em 2007, pela primeira vez, foram distribuídos os livros de Biologia a “todos” os alunos e professores do Ensino Médio das escolas públicas de todo o Brasil, exceto as escolas estaduais de Minas Gerais. Também foram repostos os livros de Português e Matemática. O PNLEM/2007, de acordo com o MEC, distribuiu 9,1 milhões de exemplares, beneficiado 6,9 milhões de alunos em 15,2 mil escolas.

Em continuidade à universalização progressiva do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, em 2008, foram distribuídos 7,2 milhões de livros de História e igual quantidade de Química aos alunos e professores do ensino médio.

Em 2008, houve ainda a reposição de livros de Português, Matemática e Biologia envolvendo a distribuição de 2,3 milhões de livros. Também, em 2008, pela primeira vez, foi realizada a escolha de livros das disciplinas de Geografia e Física e, pela segunda vez, a escolha dos livros de Matemática, Língua Portuguesa e Biologia, avaliados e selecionados no PNLEM/2007.

De acordo com a Resolução nº1, de 15/10/2007, que dispõem sobre a execução do PNLEM, neste ano de 2009 foram contemplados todos os componentes curriculares previstos pelo Programa: Matemática, Português, Biologia, História, Geografia, Física e Química.

Abaixo, apresentamos quatro quadros que evidenciam o volume de livros adquiridos pelo PNLEM desde que esse programa foi implantando em 2004. A primeira, atravessando os anos 2004, 2005 e 2006, cada uma projetando-se para os anos seguintes, trabalha com o número de alunos beneficiados, número de livros distribuídos e valor financeiro dispensado ao Ensino Médio. Os valores negociados, segundo editoras no ano de 2008, atribuem à Editora Moderna o maior valor, mais de R\$ 50.000.000, com 44 títulos adquiridos entre onze outras editoras. Já a terceira tabela, referente ao ano de 2009, coloca a Editora Saraiva em primeiro plano quanto à tiragem total, com 38 títulos adquiridos.

Ano de aquisição	Ano do PNLEM (Ano letivo)	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas	Livros	Financeiro
2004	2005	1.304.477	5.392	2.705.048	47.273.737,00
2005	2006	7.012.619	13.253	12.581.620	143.834.244,00
2006	2007	6.896.659	15.570	9.175.439	124.275.397,18

Quadro 1 - Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) – Ensino Médio

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:

< ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/livro_didatico/resumo_quant_pnlem_2004_2007.pdf >

Acesso em: 05 maio 2009

EDITORA	TIRAGEM TOTAL	TIRAGEM MÉDIA	CADERNOS TIPOGRÁFICOS	RS / CADERNO	RS / EXEMPLAR	VALOR TOTAL
FTD	25.372.810	77.356	357.825.985	0,3077	4,33	109.983.348,26
MODERNA	24.214.254	130.184	295.058.491	0,2955	3,60	87.052.693,27
ÁTICA	11.250.860	37.755	169.278.631	0,3511	5,28	59.373.093,82
SARAIVA	8.618.766	24.485	108.648.433	0,3611	4,55	39.176.748,03
POSITIVO	7.932.491	60.095	103.836.306	0,3636	4,75	37.717.714,47
SCIPIONE	5.543.623	24.314	78.918.962	0,3699	5,26	29.157.103,18
ESCALA	4.645.823	92.916	55.396.086	0,3701	4,41	20.483.696,03
DO BRASIL	4.448.440	30.469	52.424.889	0,3766	4,43	19.720.079,85
IBEP	3.477.494	24.839	43.963.888	0,3855	4,87	16.930.540,86
QUINTETO	3.315.503	39.470	39.395.541	0,3588	4,26	14.119.030,04
BASE	1.439.713	21.814	15.632.643	0,4988	5,41	7.789.917,68
NOVA GERAÇÃO	799.982	44.443	14.062.928	0,4711	8,28	6.619.924,96
SARANDI	863.580	86.358	9.524.687	0,5055	5,57	4.809.217,89
DIMENSÃO	593.854	16.496	7.062.998	0,5244	6,23	3.700.072,80
EDUCARTE	4.772	597	38.884	1,8822	15,33	73.152,24
TOTAL	102.521.965	49.242	1.351.069.352	0,3384	4,45	456.706.333,38

Quadro 2 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional do Livro Didático 2007 - Valores Negociados

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:

< ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/livro_didatico/valores_negociados_editoras_pnld_2007.pdf >

Acesso em: 05 maio 2009

EDITORA	TIRAGEM TOTAL	TÍTULOS ADQUIRIDOS	TIRAGEM MÉDIA	CADERNOS TIPOGRÁFICOS	RS / CADERNO	RS / EXEMPLAR	VALOR TOTAL
MODERNA	7.618.580	44	173.150	180.280.898	0,2799	6,62	50.402.465,64
SARAIVA	2.555.915	28	91.283	93.909.623	0,3311	12,16	31.083.572,74
ÁTICA	2.610.470	30	87.016	86.653.043	0,3288	10,91	28.483.585,63
NOVA GERAÇÃO	1.318.362	6	219.727	64.692.481	0,3611	19,51	25.723.246,15
FTD	1.421.335	12	118.445	52.453.416	0,3177	11,72	16.653.149,84
ESCALA	777.960	2	388.980	32.726.892	0,3788	15,93	12.389.541,36
SCIPIONE	634.943	18	35.275	19.035.539	0,3511	10,52	6.678.671,37
CIA DA ESCOLA	289.394	2	144.697	10.787.442	0,5099	19,00	5.499.433,06
IBEP	311.227	12	25.936	8.483.978	0,4277	11,65	3.627.063,29
POSITIVO	435.001	18	24.167	6.561.388	0,3788	5,71	2.483.545,82
DO BRASIL	135.660	10	13.566	4.773.721	0,4055	14,26	1.934.949,70
BASE	139.999	14	10.000	3.126.849	0,5677	12,67	1.774.268,53
TOTAL	18.248.846	196	93.106	563.485.269	0,3314	10,23	186.733.493,13

Quadro 3 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional do Livro Didático 2008 - Valores Negociados

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:

< ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/livro_didatico/planilha_pnlem.pdf >

Acesso em: 05 maio 2009

EDITORA	TIRAGEM TOTAL	TÍTULOS ADQUIRIDOS	TIRAGEM MÉDIA	CADERNOS TIPOGRÁFICOS	RS / CADERNO	RS / EXEMPLAR	VALOR TOTAL
SARAIVA	11.691.057	38	307.659	346.756.752	0,3266	9,68	113.187.483,89
MODERNA	9.085.512	48	189.282	232.796.713	0,3077	7,87	71.582.356,05
ÁTICA	7.738.053	36	214.946	231.553.254	0,3455	10,33	79.956.480,45
FTD	6.251.245	24	260.469	162.502.224	0,3344	8,68	54.309.495,86
SCIPIONE	6.079.242	42	144.744	177.901.116	0,3511	10,26	62.420.066,90
NOVA GERAÇÃO	919.333	6	153.222	42.591.818	0,4233	19,60	18.022.859,16
IBEP	563.727	20	28.186	12.696.577	0,4799	10,80	6.088.719,69
ESCALA	342.799	4	85.700	12.051.307	0,4355	15,30	5.247.690,69
POSITIVO	162.669	12	13.556	2.475.379	0,4299	6,53	1.062.792,80
CIA DA ESCOLA	117.398	2	58.699	4.376.066	0,5744	21,40	2.512.857,63
DO BRASIL	82.969	10	8.297	2.215.393	0,4755	12,69	1.052.906,09
BASE	74.346	8	9.293	2.410.361	0,6077	19,69	1.464.209,22
TOTAL	43.108.350	250	172.433	1.230.326.959	0,3389	9,67	416.907.918,43

Quadro 4 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Programa Nacional do Livro Didático 2009 - Valores Negociados

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:

< ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/livro_didatico/valores_negociados_editoras_pnlem_2009.pdf >

Acesso em: 05 maio 2009

No capítulo que segue, *A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL*, abordamos o assunto, descrevendo as contradições que envolvem essa temática, levantando as políticas públicas envolvidas nesse processo, além de apresentarmos as diferentes formas de luta que os movimentos sociais se propõem a realizar.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A questão agrária envolve uma gama de questões, como lembrou Girardi (2008, p. 98):

[...] os temas mais estudados na Geografia Agrária, sendo eles: camponeses, modernização da agricultura, questão socioambiental e agricultura, assentamentos, produção/comercialização agrícola, MST, assalariados, questão fundiária, técnicas de pesquisa no campo, políticas de colonização, relação cidade-campo, questões teórico-metodológicas em Geografia Agrária, atingidos por barragens, políticas públicas, posseiros, extrativismo vegetal na Amazônia e renda da terra. Outros temas freqüentemente abordados são a questão de gênero, a relação entre a agropecuária e a questão ambiental e os complexos agroindustriais.

No Brasil, presenciamos diversos problemas sociais, originários da nossa péssima distribuição de renda. A forma na qual se encontra a distribuição das nossas terras no campo contribui em muito para o agravamento do quadro social, sendo que a posse da terra tem um papel decisivo para a manutenção da atual conjuntura; dando origem a uma divisão acentuada de classes sociais, com a presença de diversos conflitos.

A questão agrária é o movimento de conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade. (FERNANDES, 2001, p.23)

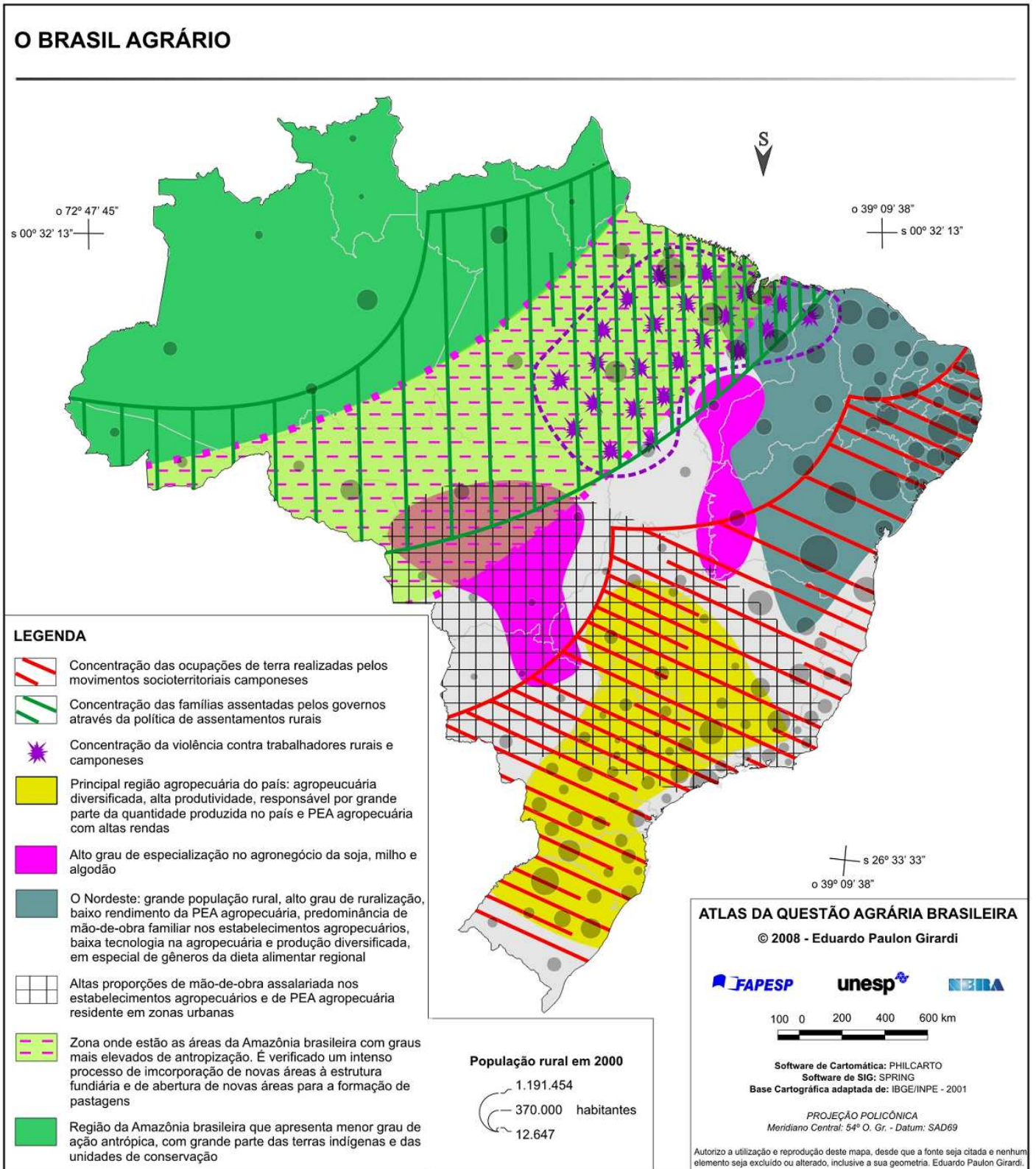
A questão agrária, e por conseqüente a reforma agrária no Brasil e os debates em torno dessas temáticas, geram um enorme incômodo em muitos e há muito tempo, em território brasileiro. Para alguns estudiosos, essa questão já foi resolvida em nosso país; para outros essa discussão perdeu o seu sentido histórico. Uma gama de correntes teóricas estão presentes na atual discussão sobre a compreensão da agricultura brasileira, suas relações sociais e perspectivas. Para que possamos entrar nesse debate, temos que compreender como são as relações de forças e qual é o posicionamento político e ideológico de cada uma dessas matrizes teóricas.

O “*Atlas da Questão Agrária Brasileira*”, constituído de mais de 300 mapas, acompanhados de análises, resultante da tese de doutorado do geógrafo Eduardo

Girardi, desenvolvida no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), revela como está o campo brasileiro, que abrigava quase metade da população do país 30 anos atrás e que hoje não abriga 10% do total. Girardi (2008) defende com ênfase a Reforma Agrária no Brasil, além de se opor ao agronegócio que, segundo o pesquisador, tem sido o grande responsável pela concentração de terras e riquezas em nosso país.

As principais características da questão agrária no Brasil surgem no mapa intitulado: “*O Brasil Agrário*”. Nesse mapa, o pesquisador mostra como se encontra a atual situação do campo brasileiro, chamando a atenção para o fato dele ser capaz de revelar de forma sintetizada uma série de informações que passam despercebido nos estudos da questão agrária no Brasil.

Mapa1 - O Brasil Agrário



Fonte: (GIRARDI, 2008, p. 309)

A análise do mapa Brasil Agrário permite evidenciar o espaço agrário brasileiro ocupado segundo diversas facetas: uma região que concentra a ocupação realizada por “movimentos camponeses socioterritoriais” e por políticas de assentamentos implementados pelo Estado; outra que apresenta o maior número de conflitos pela posse da terra; ainda outra com as atividades pertinentes ao agronegócio, bem como áreas de concentração indígena. Em suma, o mapa em questão evidencia que o nível de ruralização não é uniforme em nosso país, e que a área de maior incidência de violência contra trabalhadores rurais e camponeses está no chamado Bico do Papagaio, no extremo norte do estado de Tocantins, centro-norte do Maranhão e leste do Pará. Embora o mapa consiga retratar uma gama de particularidades do que diz respeito à questão agrária, a discussão vai além do mapa. Por exemplo, Fernandes (2001, p. 33-34) elenca uma série de elementos que envolvem seu entendimento:

[...] a propriedade da terra, conseqüentemente a concentração da estrutura fundiária; os processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; a violência extrema contra os trabalhadores; a produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, as políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e a cidade, a qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso é correto afirmarmos que a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

Outro tópico que não deve ser desconsiderado em nosso estudo é o fato de que no Brasil a questão agrária e, por sua vez as diversas políticas que regem tais ações, nunca estiveram voltadas para atender, de fato, a parcela da população que mais necessita dessas mudanças: os menos favorecidos, conforme analisaremos mais adiante. De acordo com Feliciano (2006), somente através de lutas e resistências é que os camponeses conseguiram fazer com que o Estado passasse a ver-se obrigado a tomar alguma medida capaz de, pelo menos, minimizar os problemas existentes no campo brasileiro. Entre os movimentos sociais podemos citar alguns exemplos presentes no estado de São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MAST), a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), o Movimento da Libertação dos Sem-Terra (MLST) e o Movimento Camponês Independente. Geralmente, nesses movimentos organizados por uma luta contra a atual estrutura agrária no país nos remetemos ao MST, mas o rol de

organizações permite perceber que além desse movimento outros também agem em busca do mesmo ideal. Porém é o MST, o mais importante e atuante em nível nacional, e agora também em nível internacional, em países vizinhos, conforme os jornais têm noticiado recentemente:

[...] a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deverá monitorar a aproximação que estaria ocorrendo entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o governo do presidente Fernando Lugo do Paraguai. (O ESTADO DE S. PAULO, 08 jan. 2009)

Além dessa intermediação com o Paraguai, o MST, mantém contato com o presidente da Bolívia, conforme podemos perceber na reportagem publicada por um jornal de grande circulação no país:

Em maio de 2006, em Viena, o presidente da Bolívia, Evo Morales, recebeu um inusitado apoio de João Pedro Stedile, principal líder da organização, a sua “revolução agrária”. No encerramento do Fórum Alternativo, Stedile foi além e ofereceu a Morales as tropas do MST para expulsar os “latifundiários brasileiros” da Bolívia. (O ESTADO DE S. PAULO, 08 jan. 2009)

Para uma melhor compreensão sobre a problemática presente no campo brasileiro, é preciso entender, também, a diferença existente entre a questão agrária e a questão agrícola. Silva (1987, p. 11), elabora uma análise bastante precisa das diferenças e semelhanças entre ambas questões:

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados as mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. No equacionamento da questão agrícola as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.

A separação entre essas duas questões é apenas um recurso analítico, já que, na realidade objetiva dos fatos, não podemos separá-las em compartimentos estanques. Em outras palavras, a questão agrária se encontra presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária; além de, internamente relacionadas, muitas vezes, ocorrem simultaneamente.

Se observarmos a ênfase que os grandes meios de comunicação dão à questão agrária no Brasil, assim como os mais diversos trabalhos acadêmicos, fica evidente o quanto essa questão se encontra em alta nos nossos dias. Esse fato é explicado por duas razões: 1º - Salvo raras exceções, hoje dispomos de uma maior liberdade se comparada com os períodos da Ditadura Militar, no que tange à discussão de várias questões que fazem parte do nosso cotidiano, como é o caso da questão agrária no Brasil. 2º - Outro elemento que torna evidente essa questão, é o fato de que ela vem sendo agravada pelo modo como se tem expandido as relações capitalistas de produção no campo.

[...] a industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de “penetração” ou “desenvolvimento do capitalismo no campo”. O importante de se entender é que é dessa maneira que as barreiras impostas pela Natureza a produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma Natureza que fosse adequada a produção de maiores lucros. Assim, se uma determinada região é seca, toma lá uma irrigação para resolver o problema da água; se é um brejo, lá vai uma draga para resolver o problema do excesso de água; se a terra não é fértil, aduba-se; e assim por diante. (SILVA, 1987, p. 14)

3.1 Planos políticos e governamentais de reforma agrária

Alguns estudiosos afirmam que os conflitos pela posse da terra no Brasil tiveram origem simultânea com a chegada dos portugueses ao nosso país, como podemos evidenciar no fragmento apresentado abaixo:

Podemos dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intenções nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra esse verdadeiro caso de invasão. (MORISSAWA, 2001, p. 57)

Em terras brasileiras, desde o período colonial, a distribuição do espaço agrário sempre esteve vinculada aos interesses de uma elite dominante. Os portugueses, no seu papel de colonizadores desenvolveram no país uma colonização caracterizada pela exploração de todos os recursos naturais passíveis de utilização e, nesse contexto, a terra teve um papel fundamental para a execução dos objetivos propostos, pois era através dela que conseguiam produzir e atender aos interesses da metrópole. O território conquistado foi dividido em 15 capitanias

hereditárias, grandes porções de terra, distribuídas entre 12 donatários, incumbidos de povoá-las, através da distribuição das sesmarias. Cabe lembrar que, nesse caso, o sesmeiro tinha o direito de posse da terra, mas o rei de Portugal ficava com o domínio. Para que fosse possível produzir nessas terras, seria necessário o uso de mão-de-obra. Passa-se, então, ao uso de mão-de-obra escrava no país.

Em 1759, foi decretado o fim das capitâneas hereditárias e, com isso, a Coroa portuguesa tornou-se a única autoridade na colônia brasileira.

No início do século XIX, mais precisamente em 1822, após a Independência, ocorre a extinção do regime das sesmarias até que uma nova lei ainda a ser elaborada e decretada resolvesse a questão agrária no novo país. Em meados desse mesmo século, o regime escravocrata começa a entrar em decadência, motivado por interesses da Inglaterra que, neste momento, não estava mais interessada em vender escravos, e sim, em realizar transações comerciais, envolvendo agora os seus produtos manufaturados. Nessa situação, o Brasil proíbe o tráfico negreiro em 1850. O que faz surgir a necessidade de que se crie uma nova legislação para definir os critérios de acesso à propriedade. Surge então a Lei de Terras (lei nº 601/1850), lei que estabeleceu que as terras devolutas só poderiam ser apropriadas através da compra e venda, mediante autorização do rei. Foi também, responsável pela criação das bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista. Essa lei foi a base para a atual estrutura fundiária no país, na qual a posse da terra passou a ter vínculo direto com o capital:

Por essa lei só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para a Coroa. Portanto a **Lei de Terras** significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria a qual somente os ricos poderiam ter acesso. (MORISSAWA, 2001, p. 71)

Além de servir de base para a configuração atual da estrutura agrária no Brasil, essa lei também teve um papel decisivo para a criação de uma organização do trabalho, capaz de gerar lucros para uma minoria privilegiada, conforme podemos perceber na seguinte citação:

A Lei de Terras de 1850 foi elaborada com a intenção de favorecer de forma decisiva a criação de uma estrutura fundiária e uma organização do trabalho que gerasse benefícios diretos a elite detentora do poder. Quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras tem que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse

homem “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (SILVA, 1987, p. 25)

O debate sobre a reforma agrária ganhou espaço a partir da década de 1960. O governo que precedeu o golpe militar de 1964 foi o de João Goulart, cujo nome popular era Jango. Esse presidente foi eleito prometendo realizar diversas reformas de base, dentre elas a reforma agrária, entendida como uma das principais soluções para a economia brasileira. Acreditava também que a alteração na estrutura agrária do país teria um papel decisivo na busca de uma solução aos conflitos que até então ocorriam no campo.

Nos países em que havia ocorrido revoluções socialistas, sem nenhuma exceção, tiveram como um dos primeiros atos dos governos revolucionários a execução da reforma agrária. A reforma agrária seria, à elite brasileira, o prenúncio de uma revolução socialista, nos moldes em que ocorrera em outros países, como China e Cuba.

Diante dessa situação, ocorre um golpe de Estado derrubando o governo de Jango e instituindo-se em seu lugar uma ditadura militar. Alguns estudiosos dizem que o golpe militar foi a forma encontrada para evitar que os poderosos do Brasil corressem o risco de perder suas propriedades, que até então eram usadas da forma que melhor fosse conveniente a essa classe social.

Assim, há uma ligação entre o golpe militar de 1964 e a possibilidade de uma reforma agrária no Brasil. A violenta repressão que os generais lançavam sobre os diversos movimentos sociais da época fica mais clara diante desses fatos. Em outras palavras, para o regime militar, era necessário reprimir todas manifestações ligadas ao comunismo, sejam elas no campo ou na cidade.

Os militares tinham uma preocupação toda especial com questões que envolvessem a luta social por uma mudança na sociedade, inserido nesse contexto a questão agrária. Dessa maneira, a desmobilização dos grupos locais que surgem a partir de conflitos ganhava muita importância. Assim, foram elaboradas por esse governo diversas ações com o intuito de desmoralizar tais movimentos sociais, pois a discussão em torno da questão agrária ganhava, nesse período, muita força:

[...] os militares perceberam isso com clareza, razão por que vem se envolvendo progressivamente na questão agrária. Sua tática tem vários níveis. Em primeiro lugar implica desmoralizar os grupos locais que surgem a partir dos conflitos. Nos casos extremos, essa desmobilização se dá

através da desapropriação por interesse social das terras por litígio; em certos casos, envolve a titulação das terras, geralmente mediante um acordo entre as partes. Com isso, a redução do problema a sua dimensão econômica tira dele o potencial político. Em segundo lugar, envolve a desmoralização das lideranças e, sobretudo, das mediações – sindicato, igreja, grupos de apoio... em terceiro lugar, envolve o aparecimento e a disseminação das instituições e atividades de intervenção direta do Estado e dos militares na vida civil das populações rurais, através da Operação Cívico-Social do Exército, do Mobral, do Projeto Rondon ou do controle e administração de recursos públicos para interferir nos vários níveis da ordem social não diretamente relacionados com a questão da terra. (MARTINS, 1991, p. 1-10)

As ações encarregadas de desmoralizar os movimentos sociais deixaram marcas que até hoje fazem parte da vida cotidiana do brasileiro. O fato de a sociedade brasileira ser considerada passiva e conformista é um reflexo desses anos de chumbo que o Brasil viveu no período da ditadura militar.

Como elencado anteriormente, João Goulart acreditava que uma reforma de base seria fundamental para o desenvolvimento do país, mas os militares tinham uma visão oposta a essa, ou seja, tinham convicção que o Brasil precisava de uma política na qual a modernização do campo seria fundamental para a obtenção do sucesso almejado. Isso se devia:

[...] ao fato de acreditar que tudo se resolveria com o progresso econômico. Por meio de incentivos e subsídios fiscais, pretendiam atrair grandes empresas, e essas ao lado do latifúndio, modernizariam-se e aumentariam, assim, a produção transformando o trabalho camponês em uma forma assalariada e o latifúndio em grandes empresários rurais. A esse processo denominou-se “modernização conservadora”. (FELICIANO, 2006, p. 36)

Em outras palavras, os militares, no que se refere ao desenvolvimento capitalista da agricultura tinham por base a corrente teórica que defende a transformação dos latifúndios em empresas rurais capitalistas capazes de resolver o problema da produção de alimentos tanto para o consumo interno quanto para a exportação.

A primeira lei a tratar de forma específica sobre a reforma agrária no país foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 30 de novembro de 1964, período em que o Brasil era governado pelo marechal Castelo Branco. A lei a que nos referimos é a 4.504, que criava o Estatuto da Terra.

1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprêgo, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (BRASIL, 4.504/1964, Art. 1º).

Como podemos notar no primeiro artigo do Estatuto da Terra, essa lei não se ateve a estabelecer normas para a questão fundiária. De acordo com o fragmento podemos perceber que abrangia também outras questões no que se refere ao campo brasileiro, como: a política agrícola, salientando o processo de modernização da agricultura, para rumar o país em direção do desenvolvimento rural.

O Estatuto da Terra introduziu novos conceitos, estabelecendo critérios para distinguir os vários tipos de propriedades agrícolas no Brasil. Dentre essas novas nomenclaturas, vale destacar: o *minifúndio*, que seria uma propriedade de área menor que o necessário para o sustento e progresso de uma família; *módulo rural* como uma propriedade capaz de proporcionar o sustento de uma família, assim como o seu desenvolvimento econômico e social. Seu tamanho pode variar a partir de critérios técnicos; a *empresa rural*, seria a propriedade que não excedesse 600 vezes o tamanho do módulo rural da região e que fosse explorada de forma racional, ocupando mais de 50% da área agricultável; o *latifúndio por exploração*, toda a propriedade que não excedesse o tamanho de uma empresa rural, mas fosse mantida inexplorada em seu todo, sendo a propriedade conhecida por latifúndio improdutivo; e o *latifúndio por dimensão* é a propriedade que independente da sua forma de utilização, ultrapassa 600 vezes o tamanho do módulo rural estabelecido para sua região.

O Estatuto da Terra instituiu a desapropriação, quer seja de latifúndios ou minifúndios, que estivessem em desacordo com a lei, sem direito a contestação judicial pelo proprietário, a não ser em termos de valores indenizatórios.

Essa lei também criou, pela primeira vez no Brasil, o imposto territorial para as propriedades localizadas no campo. Vale lembrar que até então nenhum proprietário rural havia pago tributos sobre a propriedade da terra. Nesse sentido fica evidente o quanto a lei em questão era bastante progressista para a época.

A lei estabelecia o que seria a função social da terra. De acordo com essa definição o proprietário que utiliza a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada e cumpre a legislação trabalhista, está dando à terra sua função social.

Diante da apresentação anterior, parece contraditório afirmarmos que a lei citada, elaborada por um governo militar, tinha um embasamento bastante progressista. Isso se deve ao fato dela ter sido construída por profissionais que consideravam importante uma mudança na estrutura agrária do país. Morissawa (2001, p. 99) chama a atenção para a competência dos técnicos:

[...] eram pessoas competentes, de mentalidade avançada, desejosas de fazer um projeto decente, que realmente favorecesse os interesses dos trabalhadores rurais. Prova disso foi que, na época, o Jornal O Estado de S. Paulo e os latifundiários paulistas fizeram a maior pressão contra a lei.

Mas, na verdade, essa lei foi uma resposta a necessidade de distribuição das terras como forma de evitar novas revoluções sociais, como a que acabara de acontecer em Cuba em 1959. Analisando-se nesse aspecto fica mais fácil compreender, de fato, quais eram os verdadeiros objetivos dessa nova legislação.

Nesse período, o governo militar também criou dois órgãos, com o intuito de fazer valer o Estatuto da Terra: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola). O primeiro cuidava das questões voltadas para a reforma agrária; já o segundo cuidava especificamente de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento rural. Para viabilizar a sua política econômica, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central: O IBRA era subordinado à Presidência da República, enquanto o INDA estava vinculado ao Ministério da Agricultura (tradicionalmente comandado por grandes proprietários capitalistas).

Segundo Morissawa (2001, p. 99), “[...] o Estatuto da Terra, jamais foi implantado. Era um ‘faz de conta’ para resolver pelo menos momentaneamente os problemas no campo.” Diante dessa política, o acesso a terra no Brasil havia ficado fechado aos menos favorecidos e totalmente aberto às empresas capitalistas. Assim, podemos dizer que o principal objetivo da lei citada era o de atuar como um instrumento estratégico capaz de controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos pela terra.

As pouquíssimas desapropriações ocorridas nesse período serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização: uma das principais metas do governo militar era colonizar todo o território brasileiro, evitando assim a propagação de conflitos sociais. Costuma-se dizer que essa política era aquela que levava homens sem terra para terras sem homens. Assim, os militares resolviam dois problemas ao mesmo tempo: diminuição dos conflitos no campo e uma melhor distribuição da população em territórios que antes dessa política se encontravam praticamente inabitados.

A forma como se apresentava o Estatuto das Terras; dava a aparência de que iria possibilitar uma verdadeira luta contra a estrutura agrária vigente no país. Por outro lado, a política agrícola e agrária dos militares promoveu a modernização tecnológica das grandes propriedades, ao mesmo tempo em que facilitava o acesso dos grandes latifundiários aos órgãos do Estado, como o Ministério da Agricultura, IBRA e INDA. Assim, a política real do regime militar foi a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais. E foi nesse período que se entregaram grandes extensões de terras públicas da região amazônica à grandes grupos empresariais, inclusive à vários grupos multinacionais.

3.2 Reforma Agrária na Nova República – 1985 a 1989

Em 1985, após 21 anos de governo militar, com a posse de um presidente civil eleito indiretamente, o Brasil entrou na chamada transição democrática. Após o falecimento de Tancredo Neves, o vice-presidente José Sarney herdou a presidência da Nova República, assumindo todos os compromissos de Tancredo Neves no que se refere à questão agrária. Com a morte de Tancredo, a esperança de uma efetiva reforma agrária ficou um tanto comprometida, já que Sarney era o ex-presidente da Arena, além de representante do latifúndio do Norte do Brasil.

O tema da reforma agrária voltou a ser o foco das discussões, logo no início do governo Sarney. Uma das primeiras ações desse governo a respeito da questão agrária no Brasil, foi a criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), que escolheu Nelson Ribeiro para ministro, ficando o INCRA a ele subordinado. Tancredo havia convidado para ser o presidente do INCRA, naquele momento, José Gomes da Silva, fazendeiro e engenheiro agrônomo, grande defensor de uma efetiva reforma agrária. Aliás, um dos autores do Estatuto da Terra.

Ele era considerado a maior autoridade em reforma agrária no Brasil. Na visão de Tancredo, o fato de se tratar de um fazendeiro servia para não assustar muito os latifundiários.

No final de maio de 1985, o grupo coordenado por José Gomes da Silva entregou as lideranças políticas um plano intitulado PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Ele beneficiava posseiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. O principal objetivo do PNRA era dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária no período do mandato de Sarney, promovendo o assentamento de 1,4 milhão de famílias.

No início de outubro desse mesmo ano, o presidente Sarney assinou o decreto 91.766 que aprovou o PNRA. Porém, em uma versão bastante diferente da que fora concebida inicialmente pela equipe do INCRA. Durante a tramitação da proposta ela foi totalmente desfigurada e tornada impraticável. Ao verem no que a PNRA havia se transformado, José Gomes da Silva e seus colaboradores deixaram o governo.

Nesse ano, surge também a UDR (União Democrática Ruralista), entidade criada por grandes proprietários de terra. Tinha a finalidade de impedir a realização da reforma agrária projetada, pressionando o Congresso Nacional, onde tinham diversos representantes. A penetração da UDR foi imediata entre os latifundiários e também entre os pequenos e médios proprietários rurais, pelo fato dessa entidade pregar que entre as desapropriações de terra proposta pelo governo estavam inseridas propriedades produtivas, qualquer que fosse o seu tamanho. Fato que contribuiu para criar um clima de oposição à reforma agrária que, por fim, levou a desfiguração do Plano, que foi, ainda assim, abandonado no ano seguinte.

Continuando com o objetivo de frear a reforma agrária a UDR financiou a campanha eleitoral de candidatos de partidos conservadores, como o: PPB, PFL e o PTB, à Câmara e ao Senado, para fazer parte do Congresso Nacional Constituinte de 1987 – 1988. Foi assim que ela conseguiu impor emendas à Constituição que fizeram o Estatuto da Terra retroceder. A principal mudança nesse sentido foi a aprovação da categoria “latifúndio improdutivo” para burocratizar, questionar e impedir os avanços da reforma agrária. Isso se deve ao fato do termo “improdutivo” ser amplo e complexo, dando margem para que os latifúndios recorressem e impedissem que a desapropriação ocorresse.

Assim, até 1993, quando foi aprovada a regulamentação da Lei Agrária, não foi possível realizar desapropriações para fins de reforma agrária. Em 1989, fim do mandato de Sarney, haviam sido assentadas 82.690 famílias, ou seja, apenas 6% do total previsto inicialmente pela PNRA.

3.3 Reforma agrária no governo de Fernando Collor e Itamar Franco – 1990 a 1993

Nessas eleições, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente do Brasil, após ter derrotado Luis Inácio Lula da Silva. Seu governo começa com mudanças drásticas na economia do país, destacando-se o confisco da poupança dos brasileiros. Em 1991, depois de uma grande dificuldade para a estabilização da economia, começam a surgir uma série de denúncias, envolvendo diversos setores do governo. O irmão do presidente eleito foi o principal denunciante. O caso terminou com o “impeachment” do presidente. Muitos brasileiros foram às ruas exigir a sua saída. Com intenção de não perder os seus direitos políticos Collor pediu renúncia do seu cargo, ato que não surtiu o efeito desejado, já que mesmo assim o Senado cassou os seus direitos políticos por oito anos.

Uma das principais promessas de Collor era trazer uma modernização econômica para o país, através da abertura da economia, tanto para investimentos, quanto para a entrada de produtos importados. Além disso, o seu governo começou a seguir a cartilha proposta pelo Banco Mundial, FMI e outras instituições multilaterais, implantando o neoliberalismo no Brasil, que é a redução da intervenção do Estado na economia. Para que essas mudanças tornassem possíveis ele reduziu as taxas alfandegárias para estimular as importações e começou a privatizar as indústrias estatais.

Diante desses dados, fica clara qual foi a posição desse governo em relação às questões agrárias no país, conforme bem lembrou Fernandes (2003, p. 3):

[...] com o governo Collor, quando a Polícia Federal invadiu várias secretarias e prendeu diversas lideranças do MST. As ocupações de terras diminuíram, assim como o número de assentamentos implantados, significando um retrocesso para a luta pela reforma agrária.

No curto período que Collor ficou no poder, o processo de reforma agrária ao invés de avançar, teve um recuo. As medidas econômicas implantadas por Collor,

restringiam benefícios a uma pequena parcela da população brasileira, ou seja, a elite.

Após o “impeachment” em 1991, assume o seu lugar o então vice-presidente Itamar Franco. Em se tratando da questão agrária, o seu governo não mudou quase nada em relação ao seu antecessor. A aprovação da Lei Agrária (lei 8.629) foi importante para considerar todas as grandes propriedades improdutivas sujeitas a desapropriação para fins de reforma agrária. Com ela, não há mais vieses jurídicos que impossibilitem as desapropriações. Essa lei inclui também um mecanismo chamado de *rito sumário* para acelerar o processo de desapropriação, exigindo do judiciário um prazo máximo de 120 dias para decidir se a propriedade é ou não passiva de desapropriação.

A *Lei Agrária*, assim como as outras leis destinadas a esse fim, foram criadas com a intenção de controlar, pelo menos momentaneamente, as lutas pela reforma agrária no Brasil.

3.4 Reforma agrária nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso – 1994 a 2001

O aspecto de maior sucesso no governo de Itamar Franco foi a anulação da inflação, resultado do trabalho do ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso. Essas mudanças, realizadas no governo anterior, possibilitou uma melhoria na distribuição de renda, na ampliação do mercado consumidor, na estabilidade econômica e conseqüentemente na atração de bilhões de dólares de investimentos estrangeiros no país.

Esse quadro deu grande popularidade a FHC, que assume a presidência da República em 1994.

Seu governo recebeu apoio de diversos meios de comunicação, entre eles podemos destacar a revista *Veja*. De acordo com a *Veja*, (18 jun 2003, p. 78), o governo de Fernando Henrique Cardoso teve uma atuação ímpar, no que concerne a questão agrária no Brasil:

[...] a verdade é que a reforma agrária feita por Fernando Henrique Cardoso em seus oito anos de administração foi o mais ambicioso plano de distribuição de terra já tentado por um governo democrático. O governo FHC retalhou 18 milhões de hectares, uma área maior que o Uruguai, e neles

assentou 525 000 famílias. Quase 2 milhões de brasileiros receberam terras do governo entre 1995 e 2002.

No que diz respeito à questão agrária, em seu primeiro mandato (1995 – 1998) realizou uma ampla política de assentamentos rurais. O governo de FHC, defendia a tese que não havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra (CARDOSO, 1991, p.10). Assim, o governo acreditava que promovendo o assentamento das famílias acampadas, o problema agrário no Brasil, estaria resolvido.

Porém, seus planos iniciais não surtiram o efeito esperado, os problemas no campo se intensificaram muito, conforme evidencia na citação que segue:

2) Todavia, com os massacres de Corumbiara, no Estado de Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, em 1996, e com o crescimento das ocupações de terra durante o seu primeiro mandato, que passou de vinte mil famílias em 1994, para setenta e seis mil famílias em 1998, o governo FHC viu a sua tese cair por terra. (FERNANDES, 2003, p. 2)

Um dos mais trágicos conflitos pela posse da terra se deu no governo de FHC. No dia 17 de abril de 1996, ocorreu um confronto direto com manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Polícia Militar das cidades de Marabá e de Parauapebas, no estado do Pará. Cerca de três mil famílias sem terra encontravam-se na rodovia PA-150, realizando um protesto para exigir rapidez na desapropriação de um latifúndio que os manifestantes haviam ocupado, e montado um acampamento, por nome de Macaxeira.

A ação da polícia, realizada por 155 homens, tinha por objetivo neutralizar tal manifestação, fato que resultou na morte imediata de 19 trabalhadores rurais sem terra e ferimentos em outros 69, dos quais outras 3 acabaram morrendo por não resistirem à gravidade das lesões.

Esse massacre é lembrado anualmente por diversos movimentos sociais, com relevância o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O episódio teve bastante repercussão, tanto nacional como internacionalmente, para se ter idéia do seu impacto, o dia 17 de abril foi instituído pela Via Campesina e reconhecido pelo governo brasileiro como o “Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária”.

Para lembrar esse trágico momento da luta pela distribuição igualitária das terras no Brasil, os movimentos sociais intensificam seus atos a partir do mês de abril de cada ano. Essas ações são caracterizadas por ocupações em propriedades privadas e públicas, como: latifúndios improdutivos, praças de pedágio, institutos que desenvolvem pesquisas voltadas para a melhoria genética de produtos agrícolas, assim como a organização e realização de protestos, marchas e outros atos que tem por finalidade lembrar a morte dessas pessoas, vítimas do massacre, objetivando também chamar a atenção do governo para a problemática envolvendo a questão agrária em nosso país.

Em seu segundo mandato (1998 a 2001), FHC muda de estratégia desenvolvendo uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo uma política de mercantilização da terra. Para se ter uma noção do quanto fora grande a repressão proporcionada por esse governo contra os movimentos sociais, a citação abaixo é reveladora:

[...] implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato do governo FHC, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda proscreveu a política de educação para os assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST. (FERNANDES, 2003, p. 2)

Além dessas mudanças no governo de FHC foram criadas duas medidas provisórias que atrapalharam em muito a solução da questão agrária no Brasil: uma que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e a outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada por mais de uma vez.

FHC implantou o que os movimentos sociais chamam de *Reforma Agrária de Mercado*. Para a realização dessa nova empreitada, o governo contou com o apoio econômico, político e ideológico do Banco Mundial. O fundamento dessa proposta era retirar do Estado sua função de agente mediador no processo de mudança da estrutura fundiária e transferir essa responsabilidade para a sociedade civil. Assim, trabalhadores rurais sem terra e/ou proprietários interessados em obter o seu

pequeno pedaço de chão ou aumentar a sua área passariam a organizar-se em associações voltadas a compra da terra.

Dando seguimento à política da reforma agrária de mercado, o governo federal implantou, em 1997 o *Programa Cédula da Terra* em cinco estados brasileiros: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Na verdade esse programa era um teste para o Banco Mundial implantar efetivamente o *Banco da Terra*, que foi finalmente criado no primeiro semestre de 1998.

Essa política foi muito criticada pelos movimentos sociais, já que segundo esse segmento da sociedade o maior beneficiário desse processo era o próprio latifundiário que, acabava obtendo benefício duplo:

[...] se ele desejar vender suas terras, o fará de preço de mercado, sem qualquer punição social por tê-las mantido improdutivas, por não obedecer à legislação trabalhista ou por não preservar o meio ambiente; se não desejar vende-las, permanecerá impune, pois não haverá mais possibilidade de desapropriar suas terras por interesse social, em vista da inexistência de recursos para isso. (MORISSAWA, 2001, p. 114)

O governo de FHC, na época, fez diversas propagandas dizendo que a reforma agrária implantada em sua gestão foi a maior da história do Brasil. Segundo Fernandes (2003), essa realidade produziu dois resultados lamentáveis: 1. o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a 120 mil famílias. 2. a precarização dos assentamentos implantados que, na maioria das vezes, não tinham uma infra-estrutura básica e não contavam com créditos agrícolas.

Em suma, poucos foram os avanços reais conquistados na questão agrária no período em que FHC esteve na presidência da república:

Na verdade, o governo FHC nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Todavia, no seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por consequência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados. (FERNANDES, 2003, p. 3)

3.5 Reforma agrária no governo Lula – 2002 a 2009

Com especificidade, em relação à questão agrária, nos anos 90, aparece uma nova corrente teórica. Essa corrente, denominada de Paradigma do Capitalismo Agrário (ABRAMOVAY, 1992), procurava desconsiderar a existência da questão agrária como problema impossível de ser solucionado no capitalismo.

Essa nova corrente segue a ótica do neoliberalismo, entendendo que os conflitos entre as diferentes classes sociais (como os sem-terra e os grandes latifundiários) só podem ser solucionados se houver uma melhor relação entre esses diferentes grupos o que, só traz benefícios para o sistema capitalista. Nesse contexto, podemos citar o caso da compra de terras por meio de políticas do “Banco da Terra”, como o apoio do Banco Mundial. Os idealizadores desse processo alegam que essa interação pode ser uma saída para o problema agrário, o que na verdade não consegue alterar de fato a estrutura agrária vigente, pois o latifundiário, vende a sua terra geralmente pelo valor de mercado, portanto não há uma mudança significativa na concentração da renda. Essas e outras políticas passaram a ser bem vistas por diversos setores da esquerda e da direita, fazendo parte também dos discursos de parlamentares do PT.

Seguindo esse novo paradigma para a questão agrária, a mídia fazia uma jogada com o intuito de esconder a verdadeira realidade do campo brasileiro, entendido segundo Fernandes (2003, p. 4) como:

[...] uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e em intensificação; com o aumento de famílias acampadas nas beiras das estradas e dentro dos latifúndios; com o empobrecimento dos camponeses, com o aumento da expropriação e exclusão.

No Brasil, poucos são os meios midiáticos que não apresentem “aversão” aos movimentos sociais que lutam por uma reforma agrária. Após Lula conquistar a eleição, as principais mídias do país, compreendidas pelo: jornal O Estado de S. Paulo, pela Folha de S. Paulo, O Globo, e Jornal do Brasil, ainda pela revista Veja e outros periódicos semanais, preocuparam-se em mostrar o aumento dos conflitos no campo, mas não suas causas. Fica claro o quanto a empreitada do novo governo, à respeito dessa questão, seria árdua e complexa. Diferentemente de governos anteriores, Lula encontrou uma nova forma de lidar com essa problemática,

oferecendo cargos não apenas para grandes fazendeiros, mas também a pessoas ligadas aos movimentos sociais, como podemos na seguinte citação:

Com a vitória do governo Lula, os movimentos camponeses participaram nas indicações de nomes para cargos de segundo escalão do governo Lula. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, inclusive indicando para presidente o geógrafo Marcelo Resende, que trabalhara no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, durante a gestão do então governador Itamar Franco. A CONTAG também indicou alguns nomes para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. (FERNANDES, 2003, p. 4)

As indicações aos cargos públicos voltados para a realização da reforma agrária no país não se referiram apenas aos movimentos sociais. Os ruralistas também foram contemplados com cargos, conforme citação de (Fernandes, 2003, p. 5):

[...] os ruralistas participaram das indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantido dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária, que fora implantado pelos governos militares. Além de ocupar esse espaço político, os ruralistas reagiram ferozmente ao aumento das ocupações de terra e do número de famílias acampadas. Com o forte apoio da mídia, os ruralistas mobilizaram-se contra a política agrária do governo Lula e conseguiram anular a primeira desapropriação executada no município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

Porém, a política de novo presidente não se manteve por muito tempo do modo inicial, já que, no ano seguinte, em setembro de 2003, Lula destituiu o presidente do INCRA e sua equipe e nomeou um assessor parlamentar do PT como novo presidente. Com essa medida, o PT demonstrou para os sem-terra e para os ruralistas o seu objetivo de ter o controle político sobre os conflitos fundiários.

Assim, podemos perceber o quanto houve um redirecionamento das políticas voltadas para a questão agrária no governo Lula. Além dessas mudanças, chama atenção o fato de ao longo dos seus mandatos, o presidente ter intensificado o seu apoio ao Agronegócio, principalmente aquele relacionado à produção de bicomcombustíveis. Podemos citar o seu discurso na FAO, em 2008, sobre a questão dos alimentos no mundo, lembrou que no Brasil existe ainda muito espaço para a prática da agricultura (77 milhões de hectares, segundo os dados mostrados por Lula) e mais 40 milhões de hectares de pastagens degradadas e subutilizadas. Por isso, o Presidente defendeu que há possibilidade de expandir a produção de

agrocombustíveis (em maior quantidade o álcool) sem haver necessidade de ocupar novas áreas na Amazônia ou de reduzir a área plantada com alimentos. (Folha Online. Paulo, 03 jun. 2008).

Segundo Girardi (2008), em relação ao discurso do agronegócio, a visita do Presidente Lula a Gana mostra a contradição da produção de agrocombustíveis. Na ocasião, foi instalada uma unidade da Embrapa naquele país. Um dos principais objetivos da estatal brasileira em Gana é contribuir para o desenvolvimento da produção de agrocombustíveis. A empresa brasileira Constram S/A irá produzir álcool em Gana para ser vendido à Suécia. (FOLHA ONLINE, 21 abril 2008). Em 2007, Gana estava em 155º lugar no *ranking* do IDH, com 0,55; e a Suécia, em 6º lugar, com 0,96. Desta forma, há uma questão a ser colocada: que tipo de desenvolvimento é possível a partir de relações tão desiguais que transforma a agricultura em mais um negócio do capital? No contexto da *globalização perversa*, definida por Milton Santos (2003), a agricultura se torna uma mercadoria como qualquer outra e sua produção e consumo são submetidos à lógica do lucro.

Outro ponto que não deve ser esquecido, quanto ao governo Lula, é a expansão do Programa Bolsa Família. Esse programa destinado às famílias de baixa renda exige o cumprimento de algumas regras; dentre elas podemos destacar: manter as crianças nas escolas, revelar as principais características do domicílio, seguir o calendário de vacinação e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação. As famílias que conseguem cumprir todas as exigências do Programa recebem uma ajuda mensal, que varia de família para família, dependendo do número de filhos. Tal benefício tem sido responsável por uma diminuição considerável dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Brasil, conforme noticiou o jornal Folha de S. Paulo de novembro de 2007, com a reportagem intitulada *“Invasores de terra diminuem com avanço do Bolsa Família”*.

Levantamento da Folha com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Social e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) mostra que o número de famílias que invadiram terras no Brasil caiu de 65.522, em 2003, para 44.364, em 2006 – queda de 32,3%. Nesse mesmo período, a quantidade de famílias sem-terra acampadas despencou de 59.082 para 10.259 – uma diminuição de 82,6%. O único número que se manteve estável foi o de invasões, que oscilou de 391 em 2003 para 384 em 2006”. (FOLHA DE S. PAULO, 04 nov. 2007)

Assim, podemos resumir dizendo que existem duas formas de um governo abordar a problemática da terra no Brasil: como política de desenvolvimento territorial ou como política compensatória. No primeiro caso, o governo elaborará um plano de reforma agrária com a intenção de alterar de fato a estrutura agrária do país, dando uma nova configuração ao território no que tange à distribuição das terras. No segundo caso, o governo trata a questão apenas pelo fato de ter sido pressionado pelos movimentos sociais que buscam uma melhor redistribuição da terra. Ao longo da nossa história não tivemos nenhuma ação política caracterizado pelo desenvolvimento territorial, aparece apenas o segundo caso, sob a forma das políticas compensatórias.

3.6 O MST e a questão agrária no Brasil

Os movimentos sociais brasileiros que lutam por uma melhor distribuição do espaço agrário no país não se restringem apenas ao MST, mas a nossa escolha desse movimento se deve ao fato dele atuar de forma diferenciada dos demais. O:

[...] mais importante movimento socioterritorial camponês é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que é membro da Via Campesina. Para o MST, a questão agrária brasileira não é somente uma questão de terra; ela apresenta diversos outros problemas atuais como a questão de gênero, democracia, meio ambiente (água, florestas e biodiversidade), direitos humanos, alimentos transgênicos, agronegócio e agricultura ecológica. (GIRARDI, 2008, p.114)

O campo de atuação do MST, o fato de ter inimigos declarados, assim como a forma em que realiza suas ações, merecem destaque:

[...] luta pela solução dos problemas concernentes à questão agrária, questionando o governo, as grandes empresas, os fazendeiros e a sociedade acerca das práticas socialmente injustas e ambientalmente predatórias disseminadas no campo pelo modelo agrícola dominante – o agronegócio. O MST luta por um desenvolvimento que considere a diminuição da desigualdade e da pobreza no campo, na cidade e na floresta a partir da resolução dos problemas da questão agrária. (GIRARDI, 2008, p.114)

Morissawa (2001) mostra que para atingir seus objetivos, o MST conta com uma série de estratégias, que constituem formas de luta com o intuito de despertar na opinião pública e nos representantes do governo o quanto a questão agrária no

Brasil é problemática e carece de uma solução. Dentre essas ações podemos destacar:

Ocupação – considerada a forma de luta mais importante do movimento. Tem por objetivo gerar um fato público e conseguir uma resposta por parte do governo, quanto a esse problema.

Acampamento permanente – quando a justiça determina o despejo, geralmente com reintegração de posse, os militantes se instalam em locais próximos, na maioria das vezes as margens de rodovias.

Marchas pelas rodovias – tem por objetivo chamar a atenção da população para o problema dos sem-terra, ganhar adeptos e simpatizantes, promover discussão sobre a realidade brasileira e ser um poderoso meio de pressão sobre os governantes.

Jejuns e greves de fome – no caso do jejum, centenas de participantes ficam sem comer por um tempo determinado, em lugar público. Já a greve de fome é utilizada somente em casos extremos, quando o número de pessoas ameaçadas é maior que o número de participantes. Os dois casos constituem formas de pressão contra o governo, com a finalidade de chamar a atenção para um problema específico.

Ocupação de prédios públicos – o prédio ocupado geralmente é aquele onde está sediado o órgão envolvido na reivindicação. O objetivo dessa ação é mostrar ao público o fato dos representantes não terem cumprido os compromissos assumidos.

Acampamentos nas capitais – os acampamentos localizados na zona rural não despertam tanto interesse na mídia, por isso algumas vezes os sem-terra se deslocam para os grandes centros urbanos, com o intuito de mostrar como é a vida dentro de um acampamento.

Acampamentos diante de bancos – é a forma encontrada para pressionar as agências bancárias na liberação de recursos para que os assentados possam começar a produzir.

Vigílias – Geralmente são protestos contra injustiças. É uma manifestação massiva, continua e permanente, mantendo-se dia e noite.

Manifestações nas grandes cidades - é a forma do MST ganhar visibilidade e chamar atenção da população para os seus problemas. Na maioria das vezes, essas manifestações são pacíficas e chamam a atenção pela ordem e disciplina.

No final da década de 70, com a fundação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e as greves do ABCD paulista, os camponeses sentiram-se estimulados a lutar por espaços para a prática da agricultura, iniciando-se assim ocupações de latifúndios no Rio Grande do Sul, dando origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conforme mostrou Bezerra (1999, p. 11):

O MST nasceu das lutas concretas pela conquista da terra, que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo de forma isolada na região Sul, num momento em que aumentava a concentração de terras e ampliava a expulsão dos pobres da área rural, devido a modernização da agricultura e a crise do processo de colonização implantado pelo regime militar.

Muitos economistas, notadamente os que representam interesses da burguesia, acreditam que uma melhor forma de distribuir a renda no Brasil é criar uma urbanização planejada. Ao contrário dessa concepção, o MST acredita que para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e proporcionar o desenvolvimento social, os trabalhadores devem permanecer no campo, através de uma reforma agrária que distribua a propriedade da terra em nosso país. Além disso, para o movimento essa alteração na estrutura da terra, deve receber um caráter socialista, de forma que se altere de modo acentuado os modos de produção e também as relações de trabalho no campo.

Para muitos estudiosos do assunto, esse discurso é considerado bastante contraditório, conforme lembrou Bezerra (1999, p. 12):

Esse discurso, porém, é contraditório: ao mesmo tempo em que o MST afirma lutar por uma sociedade socialista, em que devem ser rompidas as barreiras do direito "sagrado" da propriedade através das ocupações de terras no campo, aceita e defende a pequena propriedade rural, contribuindo para ampliar e fortalecer as relações capitalistas de produção no campo, apesar deste setor ter sido historicamente considerado um entrave nas lutas para a construção de uma sociedade socialista, dado o seu caráter conservador.

Em janeiro de 1984, realizou-se o primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, estado do Paraná. Durante esse evento, D. José Gomes, presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), leu uma mensagem de apoio à fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Estava, assim, fundado e organizado um movimento de camponeses sem terra de alcance nacional voltado à luta por terra e reforma agrária.

Assim, o movimento passou a utilizar de forma oficial a sigla MST. Em janeiro do ano seguinte (1985), realizou-se em Curitiba o *Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. O número de delegados desse congresso também apresentou um crescimento expressivo em relação ao primeiro, passado de 150 para 1500 delegados. O lema da luta desse congresso foi: “OCUPAÇÃO É A SOLUÇÃO”. Tomaram aí diversas decisões importantes para o movimento, das quais podemos destacar: foi eleita a primeira coordenação nacional e a primeira direção nacional do movimento. Além disso, ficou decidido que os encontros passariam a ocorrer a cada dois anos e os congressos a cada cinco anos.

Entre os dias 8 e 10 de maio de 1990, o MST realizou o seu *Segundo Congresso Nacional dos Sem-Terra*, em Brasília. O número de delegados participantes consegue refletir o quanto houve um crescimento do movimento em relação ao seu primeiro congresso: participaram 5 mil delegados de 19 estados onde o MST se encontrava organizado, além de diversas entidades que apoiaram o movimento e 23 delegados de organizações camponesas de outros países, como: Angola, Guatemala, El Salvador, Equador, Peru, Paraguai, Colômbia, Cuba, Chile e México. Os principais objetivos desse congresso foram os seguintes, de acordo com Morissawa (2001, p. 146):

[...] fortalecer a aliança com os operários e outros setores da classe trabalhadora; divulgar a luta pela reforma agrária nacional e internacionalmente; discutir plano de ação para os próximos anos; reivindicar do novo governo (Collor) a realização da reforma agrária e o fim da violência no campo; mostrar para toda a sociedade que a reforma agrária é indispensável.

No final de julho de 1995, o MST organizou o *Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Nesse evento houve a participação de 5226 delegados, vindos de 22 estados da federação, da qual o MST se fazia presente. Como no evento anterior tivemos a presença de delegados da América Latina, além de alguns vindos da Europa e dos Estados Unidos. Para esse congresso foi definido cinco objetivos básicos:

- a. Colocar a reforma agrária na opinião pública;
- b. Apresentar os principais problemas ao governo de FHC;
- c. Definir as prioridades de ação;
- d. Contribuir para a formação política dos integrantes;

- e. Ser um espaço de confraternização do MST de todo o Brasil.

O *Quarto Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* ocorreu em entre os dias 7 e 11 de agosto de 2000, na capital do país. Esse congresso contou com a participação de 11 mil militantes do MST, vindos de 23 estados brasileiros em que o MST atuava no momento, além de 107 estrangeiros de 25 países, representando 45 organizações e comitês. O número de participantes consegue evidenciar o quanto o movimento continuava forte, apesar de todas as dificuldades encontradas ao longo do caminho. Nesse congresso, a palavra de ordem escolhida foi a seguinte: “POR UM BRASIL SEM LATIFÚNDIO”.

O *Quinto Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* ocorreu em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, na qual estiveram presentes: 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades para discutir e analisar os problemas da sociedade e buscar apontar alternativas. Nesse Congresso, os trabalhadores se comprometeram em seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e continue sendo contra a desigualdade e as injustiças sociais. A palavra de ordem desse evento foi: “REFORMA AGRÁRIA: POR JUSTIÇA SOCIAL E SOBERANIA POPULAR!”.

De acordo com o sítio do movimento (www.mst.org.br) as lutas hoje, não se restringem apenas à realização da Reforma Agrária, as ações do movimento têm o objetivo de promover melhoria em outras áreas, dentre as quais podemos destacar: cultura, reforma agrária, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular.

A seguir, no capítulo *FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS*, apresentamos a caracterização de nossa amostra, bem como elementos teóricos que auxiliarão nossa análise para o tema desta dissertação de mestrado.

4 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste trabalho, optamos por termos da Análise do Discurso (daqui para frente AD), de linha francesa, na perspectiva de Dominique Maingueneau (1997 e 2006), no sentido de buscar nessa disciplina lingüística critérios para o movimento analítico sobre a questão agrária no livro didático de Geografia. Delimitamos nossa amostra tendo como campo discursivo, o discurso didático, materializado em livros didáticos de circulação nas escolas públicas da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, cujos capítulos tratam da questão agrária no Brasil.

Convém deixar claro que esta dissertação apenas faz empréstimos teóricos da AD, logo, não se trata de uma investigação lingüística. Os termos selecionados da disciplina servirão apenas para focarmos um olhar sobre os livros didáticos de Geografia, utilizados em duas escolas da cidade de Salto Pirapora, e nos auxiliarão a repensar sobre como a questão agrária, entendida como um discurso polêmico vem sendo tratada nesse suporte.

Antes de partimos à análise, explicitaremos os critérios de seleção da amostra que compõe a dissertação.

4.1 Aspectos metodológicos: critérios de escolha da amostra

O universo inicial desta pesquisa foi constituído em 04 escolas, com ensino médio, da cidade de Salto de Pirapora, localizada na região Sudeste do estado de São Paulo, distante 130 km da capital paulista. Nas 04 escolas, fizemos, primeiramente levantamento junto aos diretores, para sabermos quais eram os livros didáticos de Geografia que cada uma das escolas da cidade recebera para a utilização em 2009.

Consideramos o ensino médio como o período em que o estudante entra em uma fase intelectual de compreensão abstrata da realidade, uma forma de pensamento que permite o exercício da criticidade, é o aprendizado geográfico, o qual pode criar raízes mais fortes. Nesta fase, a Geografia pode servir de base para que o aluno possa formar seu repertório quanto a uma série de elementos

importantes para o exercício da cidadania. Assim, tem-se uma possibilidade nova para a educação, se comparada às possibilidades que as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental condicionam:

O aluno (do/no Ensino Médio) pode se libertar da dependência intelectual em relação ao pensamento dominante (professor, livros, “mass media” etc.) e desenvolver a sua criticidade e imaginação, aprendendo a pensar sobre a realidade em que vive e as diversas formas como é retratada, e percebendo-se como cidadão capaz de atuar como agente de mudanças – (RUA, 1992, p. 19-20).

Dessa forma, o discurso geográfico voltado para as questões agrárias tende a acentuar-se no ensino médio. Nesta dissertação, não pretendemos estudar a aprendizagem do sujeito-educando, o que em outras palavras permite dizer que não foram realizadas entrevistas com os alunos de forma a compreender como foi o seu desenvolvimento cognitivo. Entretanto, focamos o livro didático como uma das ferramentas de aprendizagem desse aluno. O pensamento dominante, de acordo com a citação de Rua, no qual o sujeito é condicionado – a exemplo do texto didático – que, mesmo suprimido de seu espaço de aprendizagem formal (quando o professor não trabalha diretamente com o livro didático) será encontrado no processo de ensino e aprendizagem, pois esse é considerado um dos principais materiais de consulta da grande maioria dos professores e, conseqüentemente, no seu trabalho pedagógico.

As escolas estaduais do Estado de São Paulo foram submetidas a algumas modificações a partir de 2008, no que tange ao currículo escolar. Em 2008, o governo elaborou um material específico denominado: Proposta Curricular, e dentre as principais funções dessas propostas estava a de padronizar os conteúdos a serem trabalhados na rede oficial do Estado. Já em 2009, essa proposta recebeu as várias alterações, que segundo o governo foram resultado de sugestões elaboradas pelos professores através de suas manifestações em fóruns virtuais ou através de cursos voltados para esse fim. Dessa forma, o que era inicialmente uma proposta curricular passa a se chamar: Currículo Oficial do Estado de São Paulo.

É evidente que essas mudanças fazem com que a utilização do livro didático em sala de aula se faça de uma maneira diferenciada. Antes o livro didático compunha um dos únicos materiais de apoio ao professor. A Proposta Curricular, agora o Currículo Oficial do Estado, contém aulas pré-preparadas para o uso dos

professores. Mas, cabe lembrar que as escolas estaduais continuam a receber os livros didáticos comprados pelo PNLEM, e que esses materiais não devem ser suprimidos da sala de aula. Inclusive, as escolas receberam pela primeira vez os livros escolares de Geografia destinados para as séries do ensino médio em 2009.

4.1.1 Escolas estaduais de Ensino Médio na cidade de Salto de Pirapora/SP.

A rede estadual de escolas públicas que oferecem o Ensino Médio na cidade de Salto de Pirapora compõe-se de 4 unidades, que atendem em seu conjunto, conforme a pesquisa de campo realizada em 2009, a um total de 1934 alunos, constituindo 53 turmas, atendidas por 7 professores de Geografia. A quadro 5 demonstra a distribuição desses dados em cada instituição.

UNIDADES ESCOLARES	PROFESSORES DE GEOGRAFIA	TURMAS	ALUNOS MATRICULADOS
E.E. Benedicto Leme Vieira Neto	2	8	250
E.E. Dr. Afonso Vergueiro	2	21	822
E.E. Jd. Daniel David Haddad	1	13	485
E.E. Jardim Primavera	2	11	377
Σ 4 escolas	Σ 7 professores	Σ 53 turmas	Σ 1934 alunos

Quadro 5 – Caracterização da rede de escolas estaduais urbanas de Ensino Médio em Salto de Pirapora (SP) – 2009

FONTE: Pesquisa de Campo. O autor (2009)

O levantamento desses dados foi realizado diretamente em cada uma das escolas citadas. Frequentemente para se obter o título do livro didático sugerido/trabalhado pela escola, teve-se que retornar diversas vezes as instituições e recorrer a uma série de funcionários (diretores, vice-diretores, professores coordenadores) ou consultar diretamente o professor de Geografia.

Todos os números elencados, na tabela 5, são importantes para a pesquisa proposta, pois revelam um conjunto de espaços financiados com recursos públicos: 4 unidades, atendendo a uma parcela significativa de estudantes, 1934 alunos, divididas em 53 turmas. Esses fatos dão origem a uma série de implicações (ou

complicações), que afetam as relações de trabalho do professor, inclusive a que mantém com o livro didático.

A partir da consulta de campo, encontramos dois títulos de livros didáticos adotados pelas escolas pesquisadas. Os livros utilizados por essas escolas são os seguintes:

- **Geografia** (Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin) – Ed. Ática;
- **Geografia: Pesquisa e Ação** (Ângela Correa; Raul Borges; Wagner Costa) – Ed. Moderna;

ESCOLAS	LIVROS DIDÁTICOS ADOTADOS
E.E. Benedicto Leme Vieira Neto	Não recebeu livro de Geografia do PNLEM 2009
E.E. Dr. Afonso Vergueiro	Geografia – Editora Ática
E.E. Jardim Daniel David Haddad	Geografia: Pesquisa e Ação – Ed. Moderna
E.E. Jardim Primavera	Geografia: Pesquisa e Ação – Ed. Moderna

Quadro 6 – Relação dos livros didáticos adotados pelas escolas pesquisadas em Salto de Pirapora (SP) – 2009

FONTE: Pesquisa de Campo. O autor (2009)

4.2 Elementos da Análise do Discurso utilizados para a compreensão dos sentidos construídos pelos livros didáticos de Geografia

4.2.1 Da formação discursiva ao posicionamento

A AD surge na França, nos anos 60, como proposta de repensar os paradigmas fortemente marcados pelo estruturalismo, sendo que a disciplina Lingüística surgiu da confluência entre três áreas básicas das ciências humanas: o materialismo histórico, o estruturalismo lingüístico e a psicanálise lacaniana.

Por discurso entende-se, segundo Fernandes (2007), a exterioridade à língua, ou seja, aquilo que se encontra num terreno de ordem social e que deixa pistas na materialidade lingüística. Desse modo, discurso não deve ser confundido com uma fala com protocolos, como se poderia pensar, de acordo com o senso comum, tampouco discurso seria texto, língua. Discurso é o movimento ideológico capaz de pulsar os sentidos sobre um texto, implicando no que há de oculto nas palavras presentes no texto, na aparente neutralidade e transparência da linguagem. A tarefa,

pois, do analista é a de desvendar esse terreno que deixa pistas nas marcas lingüísticas do texto.

A AD sofreu muitas mudanças desde seu surgimento. Há uma tendência em separá-la em, pelo menos, três épocas, as quais Fernandes (2007, p.85) divide em AD-1, AD-2 e AD-3. Nascimento e Castanho (2008) apontam que os conceitos comuns entre as três ADs seriam a ideologia e a formação discursiva. A primeira, objeto da própria disciplina, diz respeito ao que dá corpo a um modo de ver o mundo e interagir com ele por um determinado grupo social, numa dada circunstância histórica. Já o conceito de formação discursiva, originário em Foucault (1995), passou por mudanças e ditou as diferenças entre as três épocas da AD.

A AD-1 também conhecida como Análise Automática do Discurso (AAD-69) tem como seu representante o francês Michel Pêcheux. Nesse primeiro momento, no último ano da década de 60, o autor propunha uma análise que desse conta de mostrar a maquinaria discursiva que legitimaria determinado dizer, considerando-se a ideologia incorporada pelo sujeito do dizer. Assim, era termo caro à AD-1 a palavra “assujeitamento”. Dir-se-ia que determinado discurso era assujeitado a determinada ideologia. Para chegar a essa conclusão, preferiam-se como corpus das análises textos estabilizados, produzidos numa condição homogênea e estável. Por exemplo, seria interessante, numa análise como essa, um texto como o Manifesto do Partido Comunista. Ali se poderia perceber, pelas marcas deixadas no texto, um discurso próprio à ideologia marxista, isto é, assujeitado a ela.

Já a AD-2, cujo maior representante ainda é Pêcheux, tem como diferencial a incorporação do conceito foucaultiano de formação discursiva. É pela formação discursiva que se pode obter resposta à pergunta formulada por Foucault (1995): como apareceu determinado enunciado e não outro em seu lugar? Para ilustrar esse conceito, Fernandes (2007) recorre a um exemplo corriqueiro na mídia, acerca dos termos invadir e ocupar, em muitos casos se tratando do MST. O emprego do verbo “invadir”, já denota a utilização de uma ideologia que atua de forma contrária às ações dos movimentos sociais em questão. Muitos entendem que o verbo invadir e ocupar são sinônimos, o que não é verdade. Existe uma diferença muito grande entre ambos. Fernandes (2007) elabora uma reflexão sobre o uso dessas palavras, explicando as diferenças existentes entre esses substantivos, dizendo que é bastante comum:

[...] o emprego dos substantivos ocupação e invasão em revistas e jornais que circulam em nosso cotidiano. Tais substantivos são constantemente encontradas em reportagens e/ou entrevistas que versam sobre os movimentos dos trabalhadores rurais Sem Terra e revelam diferentes discursos que se opõem e se contestam. (FERNANDES, 2007, p. 19)

Para que possamos compreender melhor a distinção existente entre esses dois substantivos, Fernandes (p.19) continua:

Em torno do Sem-Terra, ocupação é empregado pelos próprios Sem-Terra, e por aqueles que os apóiam e os defendem, para designar a utilização de algo obsoleto, até então não utilizado, no caso a terra. Invasão, referindo-se a mesma ação, é empregado por aqueles que se opõem aos Sem-Terra, contestando-nos, e designa um ato ilegal, considera os sujeitos em questão como criminosos, invasores. As escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema.

Ao se fazer uso do primeiro termo, podemos justificar o aparecimento dele em razão de um assujeitamento a uma ideologia que vai de encontro aos trabalhadores rurais sem terra: invade-se um espaço, logo, os militantes do movimento são invasores. Ao usar o segundo termo, fica perceptível um assujeitamento a outra formação discursiva, desta vez favorável ao movimento social. Nesse segundo momento da AD, o termo formação discursiva será chave. As análises não mais considerarão uma máquina discursiva que engendra a criação do discurso, mas formações que orientam a produção de um dizer. Essas formações deverão ser analisadas em justaposição, percebendo o que se diz e o que não poderia ser dito em detrimento das condições sócio-históricas do discurso.

A terceira época da AD tem como termo-chave o conceito de interdiscurso, advindo das novas tendências em AD, proposta pelo também francês Dominique Maingueneau.

A proposta do lingüista parte do princípio da heterogeneidade do discurso. Tal princípio corrobora a polifonia inerente aos enunciados, proposta por Bakhtin (2000), o que vale dizer que um discurso carrega consigo muitas outras vozes que são reveladas no momento da enunciação, o que Althier-Revuz tem chamado de heterogeneidade. Para ela, essa heterogeneidade discursiva é revelada sob duas formas: a **constitutiva** que diz respeito à propriedade inerente do discurso enquanto matéria polifônica, isto é, portadora de muitas vozes; e **mostrada**, isto é, que indica, no próprio texto, por aspas ou outros recursos, a voz do outro.

Considerando essa heterogeneidade discursiva, Maingueneau (1997) postula o primado do interdiscurso. Desse modo, o texto é o espaço de negociação de muitas vozes que ali se encontram. Assim, o conceito de formação discursiva passa a ter outro tratamento, pois o interdiscurso seria constituído por várias formações que se encontram num determinado espaço. Daí a necessidade de postular, nesse vertente da AD, as noções de universo, campo e espaço discursivos. O universo discursivo compreende a diversidade de formações discursivas existentes, o que é inatingível ao analista; o campo discursivo é um agrupamento de formações capazes de configurar determinado tipo de discurso, por exemplo, pode-se falar em campo discursivo literário, jurídico, didático etc; já o espaço discursivo diz respeito aos interstícios, os pontos de confluência entre as diversas formações discursivas. Logo, nesse espaço discursivo é que se engendra o interdiscurso e, por ser um terreno mais limitado que o universo e o campo, configura-se como o lugar da análise e o ponto de encontro de, pelo menos, duas formações discursivas, identificadas pelo analista.

Esse novo modo de ver e conceber o discurso concorreu para a mudança de outros sustentáculos da disciplina, inclusive o conceito de formação discursiva. Maingueneau (2006. p.110.) o rebatiza como posicionamento. Esse termo é entendido com dois valores: “- ato pela qual uma formação discursiva posiciona-se em um campo discursivo, emerge, marcando sua identidade com relação a outras; - a própria formação discursiva considerada como identidade num interdiscurso”.

Não obstante os dois valores apontados, o fato é que a AD passou por mudança bastante substancial. Inclusive a própria noção de sujeito, cara à disciplina, apresenta significativa mudança nas três épocas, conforme demonstra Silva (2006. p. 169):

DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE SUJEITO NA AD		
1ª. Época	2ª. Época	3ª. Época
O sujeito é assujeitado a um sujeito-estrutura, ou seja, às maquinarias institucionais, o sujeito é concebido como uno, regido pelas maquinarias discursivas.	Persiste a noção de sujeito uno, mas é proposta a noção de sujeito-posição: a posição ocupada pelo sujeito na sociedade determina o seu dizer.	Marcado pela heterogeneidade discursiva, o sujeito é clivado, cindido, dividido, descentrado.

Para esta dissertação, julgamos ser viável identificar o posicionamento presente nos livros didáticos, na tentativa de perceber uma formação discursiva emergente no campo didático, bem como, identidade num interdiscurso. Esse olhar faz-se necessário para que o professor de Geografia possa identificar, na heterogeneidade do texto didático, posicionamento sobre uma questão polêmica como é a reforma agrária. Vejamos, a seguir, o que entendemos por discurso polêmico.

4.2.2 A polêmica no discurso

A questão agrária, conforme vimos em capítulos anteriores é um tema que divide opiniões, nas mais diversas mídias. Maingueneau (1997) dá relevância ao aspecto polêmico dos discursos, vendo-o como marca constituinte da própria gênese do discurso.

Há, segundo Maingueneau (1997. p. 49), um sistema de restrições que permite ao sujeito enunciar determinado enunciado por acreditar que tal dizer enquadra-se num determinado posicionamento. Retomando o exemplo dado por Fernandes, invadir e ocupar são termos que marcam um posicionamento sobre o acontecimento discursivo da reforma agrária no país. Mas o que levaria o falante a usar invadir ou ocupar? Para Maingueneau, o sujeito falante possui uma competência interdiscursiva que o possibilita filtrar semas que aprovariam ou reprovariam determinado posicionamento, num mesmo espaço discursivo, no interior do interdiscurso.

Assim, o discurso sobre a reforma agrária se constitui do simulacro entre aqueles os que apóiam a reforma e os contrários a ela. O dizer origina-se dessa relação polêmica, que pode ser representada por pares opostos como: invasão versus ocupação, manifestação versus baderna, desenvolvimento econômico versus agronegócio, movimento social versus organização paramilitar, MST versus UDR. Essas palavras – chamadas pela Lingüística de semas – podem ser positivos aos militantes do movimento, como podem ser negativos aos latifundiários e vice-versa.

O espaço discursivo é então uma rede de interação semântica que, mediante a competência interdiscursiva do falante, lhe permite aceitar/produzir determinado discurso ou refutar outros. Uma vez que, para Maingueneau (1997, p.103): “Cada

discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados”.

Logo, considerando o discurso sobre a reforma agrária e seu teor polêmico, cabe nos perguntar como se dará a transposição desse tema ao livro didático?

4.2.3 O silenciamento como marca de um posicionamento

Para a compreensão de como a questão agrária é focada nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio, utilizaremos, também, como referencial teórico as pesquisas realizadas a cerca do silenciamento na linguagem, segundo ORLANDI (2002). O uso desse conceito da lingüística será necessário para percebermos, por meio da materialização lingüística no livro didático, marcas (ou a omissão delas) reveladoras do posicionamento a respeito da questão agrária.

O livro didático, como vimos em capítulos anteriores, apresenta um papel relevante na formação do aluno, assim como na maneira como professor vai atuar em sala de aula, já que muitas vezes é o único recurso didático disponível para o professor, principalmente em se tratando da rede pública estadual. Portanto, tentaremos perceber quais são os silenciamentos presentes nesse tipo de material e quais as suas implicações para a formação do aluno a respeito da temática agrária no Brasil.

O livro didático empregado nas escolas públicas estaduais, como toda manifestação languageira, é carregado de implícitos e questões de ordem política que se revelam em maior ou menor grau. Ainda mais se considerarmos o processo de publicação e venda dos materiais didáticos, o qual é feito através de um mecanismo de seleção, permeado pela relação entre o público e o privado, entre políticas públicas de acesso ao livro e editoras, empresas que o publicam e vendem ao Estado. Tendo em vista essa conjuntura, destacamos como um tema político, o tratamento dado nos livros didáticos à questão agrária no Brasil.

Em um primeiro momento não podemos confundir o termo “silêncio” com o termo “silenciamento”, pois são categorias diferentes.

A palavra *silêncio*, no senso comum, pode ser compreendida como a ausência de barulho ou ruído percebido fisiologicamente em um determinado

ambiente. Essa compreensão não é compatível com o silêncio a que se refere Orlandi.

A linguagem é materializada por meio do texto escrito. Sendo assim, como identificar o silêncio no escrito, já que silêncio seria a ausência do barulho? No entanto, na escrita há silêncio. Tal silêncio deve ser entendido como aquilo que atravessa as palavras, ou seja, aquilo que pode existir entre elas, ou indicar que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante e nunca se diz. O silêncio, nessa concepção, é compreendido como sendo fundador. Assim, o silêncio se encontra implícito no texto. E o bom leitor é aquele capaz de decifrá-lo. O poeta Carlos Drummond de Andrade, no livro *Alguma poesia* (1973, p. 43), nos convida a decifrar esse silêncio.

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma tem mil faces secretas **sob a face neutra**
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
"Trouxeste a chave?"

Para dar conta de desvendar a face neutra do livro didático, não utilizaremos a teoria do silêncio como citado anteriormente, haja vista que esse caso é mais específico para a utilização por lingüistas e, como já citamos no início deste capítulo, faremos pequenos empréstimos dessa ciência. Utilizaremos o conceito de “silenciamento”, também conhecido por “política do silêncio”, que, segundo Orlandi, (2002, p. 75): “se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Essa escolha se justifica por entendermos o livro didático como sendo um produto político. Ainda com Orlandi (p.75), o silêncio fundador é distinto da política do silêncio ou silenciamento, já que:

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.

Para ela, ainda existem duas formas diferentes da política do silêncio:

O silêncio constitutivo – nesse caso o texto é constituído pela política do silêncio, ou seja, nesse sentido fica bem claro aquilo que não se quis dizer, excluem-se sentidos para que possa prevalecer aquele que seja considerado o mais conveniente para determinado texto, conforme podemos observar da citação abaixo:

[...] representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente o limite do dizer. (ORLANDI, 2002, p. 76)

Como exemplo desse tipo da política do silêncio, a autora cita a denominação “Nova República”, no Brasil, atribuída ao regime que seguiu a ditadura militar. Ao nomear-se assim esse período, apagava-se o fato de que o que tínhamos tido antes era uma ditadura.

O silêncio local - dando prosseguimento ao segundo tipo da política do silêncio, é mais visível em relação ao silêncio constitutivo, isso por que ele é a interdição do dizer. Segundo Orlandi (2002. p. 77), trata-se: “da produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação a política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido”. Como exemplo desse tipo de política do silêncio, a autora (p. 79) cita a censura:

[...] estabelece um jogo de relações de força pela qual ela configura, de forma, localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala. A relação com o “dizível” é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer.

Em suma, quanto ao tipo da política do silêncio, tentaremos perceber a ausência ou a presença desse mecanismo da linguagem nos dois livros didáticos de geografia, mais precisamente nos capítulos que abordem a questão agrária no Brasil, utilizados na cidade de Salto de Pirapora/SP.

4.2.4 O discurso didático como uma prática intersemiótica

Maingueneau (1997) aponta que os textos, os enunciados, apreendidos numa materialização lingüística, são gerados a partir de um sistema de restrições semânticas próprias de um tipo de discurso. Assim, postula o conceito de competência discursiva, de modo que o enunciador, ao produzir textos, aceita discursos compatíveis a sua formação discursiva, bem como refuta os contrários. O posicionamento do sujeito falante pode ser apreendido por planos constitutivos de sua semântica global que vão desde um modo especial de usar a língua (o código languageiro), uma imagem construída do falante e dos objetos do discurso (ethos discursivo), bem como da construção de cenas de enunciação que validariam as formas do discurso.

No entanto, tais planos tão somente não dariam conta de apreender o sistema de restrições de um discurso, fato que leva o lingüista francês a recorrer a outros tipos de estruturas semióticas capazes de estender “a reflexão às condições de enunciação e à dinâmica institucional que o discurso pressupõe” (p. 145). Nesse sentido, as imagens, a musicalidade, o arquitetural entre outros sistemas semióticos, não lingüísticos, são entendidos como textos. E, por conseguinte, são passíveis de um pertencimento a uma dada formação discursiva, um mesmo sistema semântico de restrições. Ainda para Maingueneau (p. 148-149):

Assim como o enunciado, também o quadro, o trecho de música... estão submetidos por sua prática discursiva a um certo número de condições que definem sua legitimidade. Suponhamos, por exemplo, que se trate de um quadro e que ele pertença ao “realismo socialista”; o tipo de “vocação enunciativa” correspondente comportará, sem dúvida alguma, além da aptidão para a pintura figurativa e uma formação acadêmica correspondente, traços como um interesse particular pelos problemas e o modo de vida das “massas”, uma participação ativa no trabalho de militância; ela excluirá, coletivamente, os indivíduos não politizados, os místicos, os pintores abstratos etc...

Como visto, a seleção de outros sistemas semânticos que acompanham o lingüístico não se dá ao acaso. A seletividade de imagens, por exemplo, dialogam e devem dialogar com o posicionamento do enunciador, deve ser fruto dos sistemas de restrições que limitam o seu dizer. Como exemplo disso, temos a capa da revista *Veja* (n. 2028, 3 out. 2007), acerca da vida do argentino Ernesto Che Guevara:

Figura 1 - Capa da Veja, n°2028



Fonte: Veja (n. 2028, 3 out. 2007)

A capa acima mostra a foto do guerrilheiro falando ao microfone e uma montagem do famoso retrato, intitulado *Guerrillero heroico* (Em português: Guerrilheiro heróico), tirado por Alberto Korda, em 5 de março de 1960, em Havana, se desmanchando em meio a fumaça do seu charuto. Seguido da seguinte manchete: “*CHE, A farsa do herói – Verdades inconvenientes sobre o mito do guerrilheiro altruísta, quarenta anos depois de sua morte*”.

Nessa mesma edição, há uma notícia com orientação argumentativa, sobre a criação de um curso universitário para membros do Movimento Sem Terra. Assim que se lê a manchete, *input* de sentidos, já é possível perceber que a revista trata o referido assunto com certa tendenciosidade. A manchete segue com a seguinte frase: “*INVASÃO NA UNIVERSIDADE*”. O emprego do verbo “invadir” já denota a utilização de uma ideologia que atua de forma contrária as ações dos movimentos sociais em questão. A manchete permite que o leitor construa a idéia de que, as ações do MST chegam ao extremo na qual nem mesmo universidades são

poupadas de ações proferidas por tal movimento social. Podemos inferir que a utilização dessa manchete possibilita ao leitor realizar o entendimento de que as ações desses movimentos representam um retrocesso ao desenvolvimento do país, pois nem mesmo as universidades, que são sinônimos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, são deixadas de lado nas ações perpetradas pelo MST.

Após a manchete, encontramos o *lead*, com a seguinte frase: “*A última do MST: Cursos exclusivos em faculdades públicas – com o patrocínio do governo*”, esclarece que a invasão na qual se refere à reportagem é aquela em que assentados do MST, estão freqüentando cursos superiores em universidades públicas. Assim, percebemos claramente a tendenciosidade do fato noticioso, pois como argumenta Van Dijk (2004), o jornalista pode elaborar o *input* omitindo informações e/ou fatos que não são considerados relevantes para ele, e é exatamente isso que podemos perceber nessa reportagem, pois o *lead* revela que a “invasão” a que ele se refere é diferente daquela que estamos acostumados a ver nos meios midiáticos de comunicação, quando cita os movimentos sociais que atuam no Brasil.

Assim, apenas o título já nos dá uma pista do posicionamento da revista que, dada sua competência discursiva, refuta o discurso entendido genericamente como de esquerda. Acrescentando a imagem da capa da revista, temos então, um diálogo forte entre os dois sistemas semióticos: a notícia e a foto da capa.

O mesmo faz o jornal “O Estado de S. Paulo” do dia 19 de abril de 2007, ao noticiar ações do movimento ocorridas no mês de abril: “*No ‘abril vermelho’, MST invade até universidade*”. A adesão a um posicionamento contrário é perceptível logo no título da notícia, assim como na reportagem da *Revista Veja* citada anteriormente devido ao emprego do verbo “*invadir*”, e mais exatamente em razão do uso da preposição “*até*”, em outras palavras: o MST não perdoa nem universidade, são mesmos uns invasores. O *input* de sentidos, do jornal também trata o referido assunto com certa tendenciosidade, pois o uso da expressão “*terra sem lei*”, na qual é possível favorecer o entendimento do leitor, no que diz respeito à desordem por que passa a questão agrária no país, e que isso só é possível pelas constantes ações de movimentos sociais que lutam por uma distribuição mais digna da terra.

Esse posicionamento é corroborado pela fotografia, parte da notícia:

Figura 2 - Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: O ESTADO DE S. PAULO (19 abr. 2007, p. A8)

Nela, vemos um confronto visível entre a polícia e os militantes, esses representados por um homem com roupas vermelhas e um pedaço de pau nas mãos, investindo contra os policiais. A legenda da foto é a seguinte: “Quatro policiais

saíram feridos em confronto com integrantes do MST em São Gabriel (RS)”. O posicionamento é fortemente marcado, pois nessa imagem a pessoa em destaque usa roupas da cor vermelha, o que automaticamente favorece o entendimento do leitor, que se trata de um membro do MST. Além disso, o fato dele estar correndo com um pedaço pau, favorece o entendimento do quanto às pessoas que fazem parte desse movimento agem de maneira bastante violenta, para conseguir seus objetivos.

O contrário também acontece. A foto abaixo se encontra num lugar empírica e discursivamente marcado por um posicionamento: a cidade de La Havana. O *out-door* ilustra a competência discursiva do governo da ilha, a qual também pressupõe ser a mesma voz da maioria de seus habitantes insulares:

Figura 3 - *Out-door* Cubano



FONTE: Pesquisa de Campo; Havana (O autor, fev. 2008)

A imagem do *out-door* mostra o “Tio Sam” com bastante raiva de um lado e de outro a população cubana, representada por um agricultor, um militar, um mecânico, uma estudante, um médico, uma bailarina, um professor e um estudante. Os personagens citados encontram-se tranquilos de um lado do painel enquanto que o inimigo representado pelo personagem estadunidense se encontra bastante irritado do lado oposto aos cubanos. Além disso, na imagem é possível lermos a seguinte frase: “*Mientras más me bloqueas más me crece*”, que em português quer dizer: “Quanto mais me bloqueia mais crescemos”.

A foto seguinte, de Sebastião Salgado, também tem um posicionamento bastante claro. Nesse caso é visível o apoio a esses movimentos. Esse fotógrafo se tornou famoso no mundo todo pelo fato de retratar e denunciar os problemas sociais em vários países. Essa foto está constituída da seguinte legenda: “*Ocupação da Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguazu, PR, em abril de 1996, com 3 mil famílias*”. A legenda reforça o posicionamento, em favor desse movimento social, pois usa o verbo ocupar ao invés do verbo invadir e mostra, também, uma grande massa de pessoas envolvida na ação: 3 mil famílias, revelando quão é organizado o movimento e o grande número de pessoas envolvidas nessa luta. O local escolhido para obter a imagem é o portão da fazenda, portão que separa os latifundiários dos sem-terra.

Figura 4 - O MST retratado por Sebastião Salgado



Fonte: Morissawa (2001, p. 176)

Os exemplos mostram o quanto as imagens não são escolhidas aleatoriamente. Elas são, antes de mais nada, escolhas de sujeitos marcados por um posicionamento, envoltos num sistema de restrições que permite dizer isto e não

aquilo. E nos livros didáticos? O que podem dizer as imagens, incluindo aí os mapas e gráficos que os ilustram? Essas são questões que buscaremos responder, através da análise dos textos que fazem parte dos capítulos voltados à questão agrária nos livros didáticos, utilizados no Ensino Médio, nas escolas públicas estaduais do município de Salto de Pirapora/SP.

O capítulo 4 - A QUESTÃO AGRÁRIA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA – a seguir, guarda a proposta explicitada.

5 A QUESTÃO AGRÁRIA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

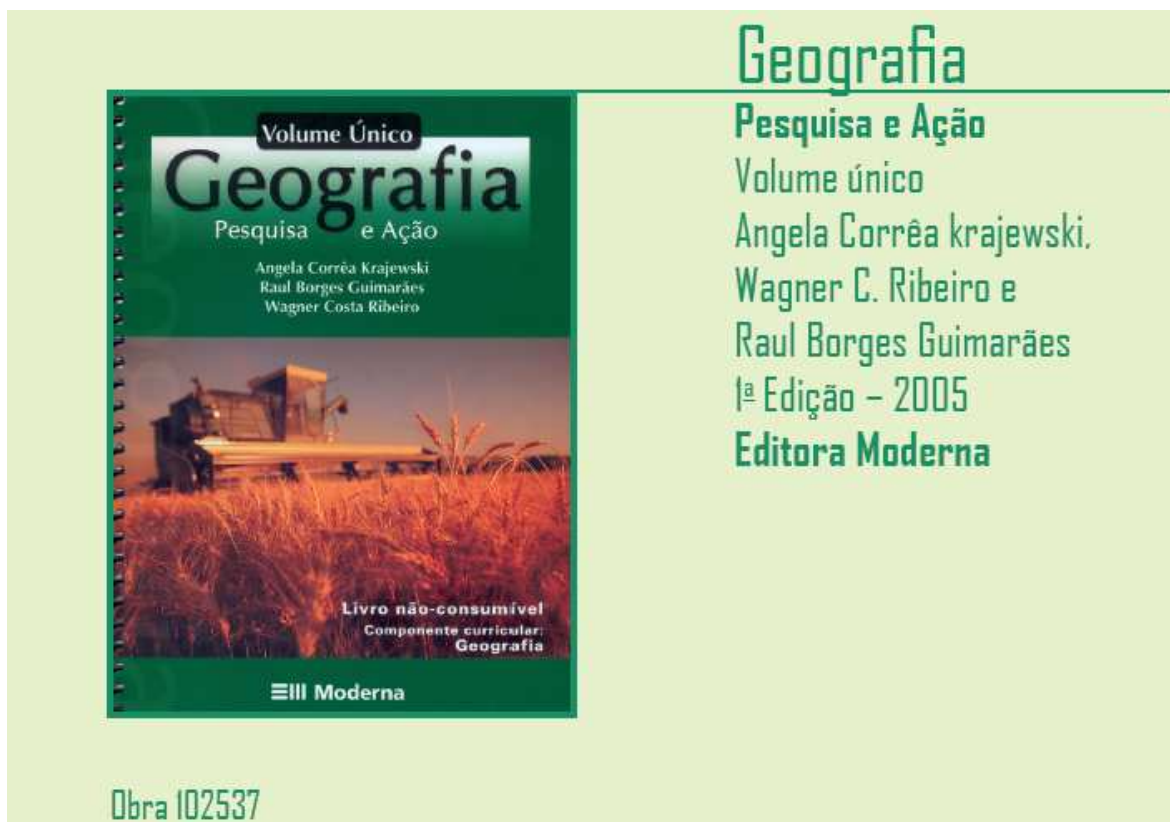
Neste capítulo, ao apresentarmos a questão central da pesquisa: a questão agrária no livro didático de Geografia, o universo de análise está constituído pelos livros utilizados nas escolas de Salto de Pirapora/SP, bem como no uso dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, anteriormente explicitados, que nos auxiliarão a fazer a leitura dos textos didáticos. Para isso, privilegiaremos as categorias: posicionamento, silenciamento e prática intersemiótica.

Os livros didáticos selecionados são: *Geografia: Pesquisa e Ação - volume único*, da Editora Moderna e *Geografia – Geografia Geral e do Brasil - volume único*, da Editora Ática. Ambos são destinados às séries do Ensino Médio, ambos lançados em 2005. Se considerarmos a velocidade do desenvolvimento da informação no mundo atual, constatamos certa desatualização nessas publicações, já que esses livros didáticos foram adquiridos pelo MEC, em 2008, para serem usadas em 2009.

Geografia: Pesquisa e Ação escrito por três autores: Ângela Corrêa Krajewski, que na época da publicação era mestranda em Educação pela PUC – Campinas, professora de Geografia e Geopolítica no Ensino Médio e em curso pré-vestibular, autora da Matriz de referência do SAEB – Geografia e especialista em conteúdo do ENEM; Raul Borges Guimarães, mestre e doutor em Geografia pela USP, professor do Departamento de Geografia da UNESP, autor de referência do SAEB e da Matriz de competências do ENEM, além de ser autor de livros didáticos para o Ensino Fundamental; e Wagner Costa Ribeiro, mestre e doutor em Geografia pela USP, professor do departamento de Geografia da USP e autor de livros didáticos para o Ensino Fundamental, além de livros paradidáticos.

A seguir apresentamos a maneira com a qual o livro se encontra organizado:

Figura 5 - Livro - Geografia: Pesquisa e Ação - volume único



Fonte: BRASIL. MEC, 2008, p. 79.

O livro didático foi lançado pela Editora Moderna, possui 384 páginas e é subdividido em cinco unidades:

Unidade 1 - Bases da Geografia: sociedade, natureza e território;

Unidade 2 - O mundo geopolítico contemporâneo;

Unidade 3 - Geografia econômica: as redes mundiais;

Unidade 4 - Desafios ambientais;

Unidade 5 - Geografia e mudança social.

Além desses capítulos, os autores apresentam, ao final, um glossário e referências bibliográficas. Quanto às atividades, podemos encontrar certa diversidade, sempre nomeadas com os seguintes títulos, recorrentes em cada capítulo: *Lição de Cartografia; Ponto de vista; Conexões; Agora é com você!; Questões dos vestibulares e do ENEM e De olho na mídia.*

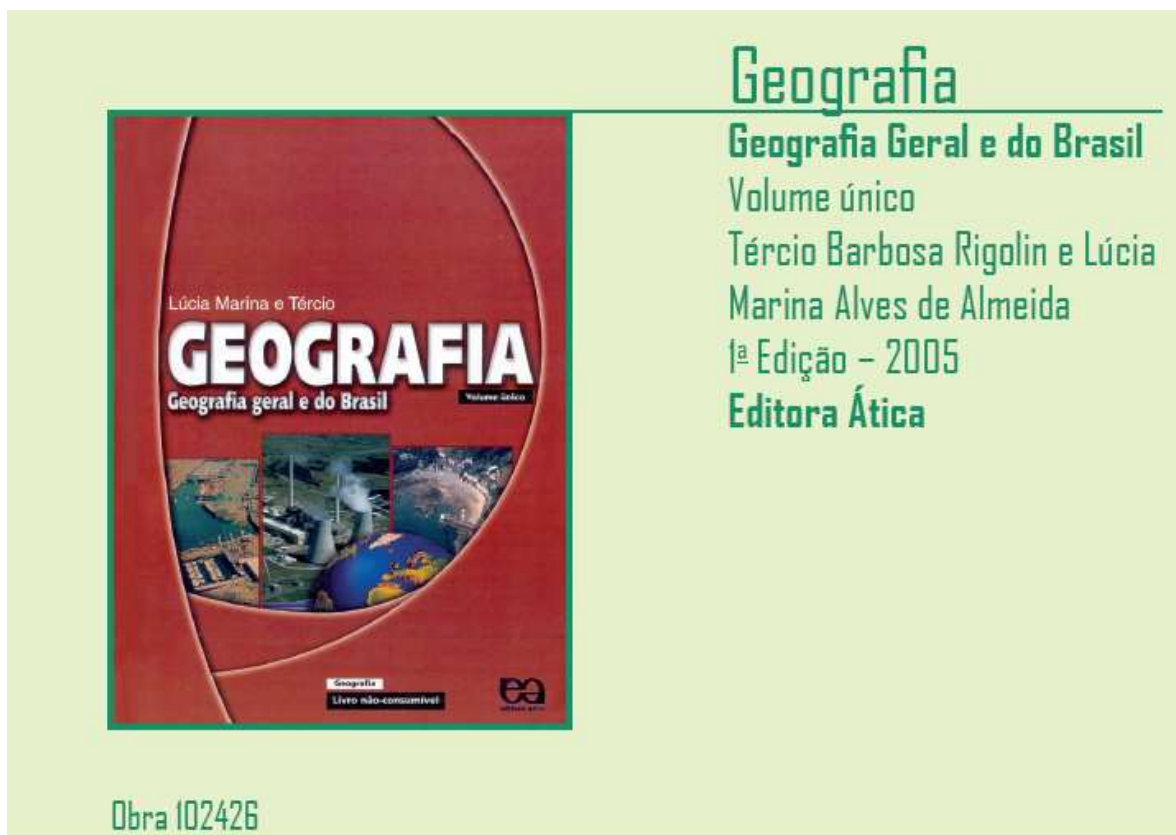
Para nossa análise, selecionamos o capítulo de número 29, denominado: *Movimentos sociais e cidadania* (p. 337 - 348). Essa escolha se deve ao fato de que ali pudemos detectar aspectos pertinentes ao nosso trabalho.

De acordo com o catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, PNLEM/2009, *Geografia: Pesquisa e Ação*, os aspectos positivos elencados na síntese avaliativa são:

[...] como pontos significativos, a seqüência dos conteúdos, que leva o aluno a um nível de compreensão crescente, e o uso da cartografia e de figuras como base para o desenvolvimento de conteúdos. Os diferentes níveis de dificuldade e complexidade das atividades e a proposta teórico metodológica são apresentados no Manual do Professor. Ressalta-se a qualidade gráfica do material, com equilíbrio entre texto e ilustrações. As questões geopolíticas configuram o eixo central do livro, presente em todas as unidades e todos os capítulos. A proposta permite constatar o encadeamento entre os diversos conteúdos e funciona como um fio condutor para toda a obra. Há diversidade de atividades na obra, desde aquelas que estimulam a memorização de conteúdos até propostas que exigem um posicionamento do aluno. (BRASIL. MEC, 2008, p. 81)

O outro livro, *Geografia Geral e do Brasil* é assinado por dois autores: Lúcia Marina Alves de Almeida, licenciada e bacharel em Geografia pela PUC-SP, com experiência no Ensino Fundamental e Médio nas redes públicas e privadas de ensino; Tércio Barbosa Rigolin, bacharel e licenciado em História e Ciências Sociais, respectivamente pela USP e UNESP, professor de Geografia dos níveis Fundamental e Médio da rede pública e particular. Sua editoração e publicação foram realizadas pela Editora Ática.

Figura 6 - Livro - Geografia – Geografia Geral e do Brasil - volume único



Fonte: BRASIL. MEC, 2008, p. 73.

O livro é composto em seis unidades, conforme podemos observar abaixo:

Unidade 1 - Fronteiras naturais: A questão ambiental;

Unidade 2 - Fronteiras políticas: o estado-nação;

Unidade 3 - Fronteiras humanas: a população do Brasil e do mundo;

Unidade 4 - Fronteiras econômicas: as marcas das desigualdades;

Unidade 5 - Fronteiras tecnológicas: progresso e exclusão;

Unidade 6 - Fronteiras supranacionais: um novo poder.

No total, são 528 páginas. Cada unidade propõe uma temática ampla, subdividida em capítulos que a compõem. Atividades complementares são apresentadas ao final de cada unidade, na seção *Concluindo a Unidade*. Ao final, o livro apresenta: *Significado das siglas, Bibliografia e indicações de Jornais e Revistas*.

No livro *Geografia – Geografia Geral e do Brasil*, o capítulo eleito para a análise é o de número 49: *A agricultura e a pecuária no Brasil: estrutura fundiária* (p. 434 - 443). A escolha desse capítulo também se justifica por ser aquele que propõe uma abordagem da questão que nos interessa nesta pesquisa.

A avaliação que o Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio fez apresenta-se nos seguintes termos:

“A obra é adequada para o estudo da Geografia e propicia ao professor e ao aluno um contato com os principais temas da disciplina. Caracteriza-se pela predominância de elementos descritivos e informativos, que dão suporte ao processo de ensino-aprendizagem. Nas diversas atividades complementares propostas, a **informação é, muitas vezes, mais valorizada do que a reflexão e a problematização dos temas**. Predominam os **conteúdos da Geografia Humana, que estão pouco articulados com os da Geografia Física, fato que limita a compreensão da relação entre sociedade e natureza**. As atividades propostas estimulam a expressão escrita do aluno e são complementadas por ilustrações de qualidade e adequadas para as finalidades a que se propõem, auxiliando na compreensão dos textos. A riqueza de informações e ilustrações favorece o trabalho do professor, pois amplia suas possibilidades pedagógicas.” (BRASIL. MEC, 2008, p. 73, grifo nosso)

5.1 Primeira análise - Capítulo do livro *Geografia: pesquisa e ação*

O capítulo *Movimentos Sociais e Cidadania* inicia-se na página 337 e segue até a página 348. Ele é subdividido em três itens gerais: (1) Movimentos sociais no campo; (2) Movimentos sociais no campo no Brasil; (3) Movimentos sociais na cidade. (Anexo A).

Pela estrutura organizativa do capítulo, podemos inferir o silenciamento nele existente, no tocante à questão agrária. O único espaço para o tema é encontrado nesse capítulo, mas a temática central são os movimentos sociais. Assim, o texto chega ao leitor a partir de uma contextualização geral sobre alguns movimentos e, principalmente, a partir de uma referência intertextual ao clássico da literatura universal Robin Hood que:

foi construído como o herói que “**roubava** dos ricos para dar aos pobres”. Para o historiador Eric Hobsbawm, eles podem ser vistos como **iniciadores de uma resistência à concentração da riqueza. Infringiam as leis**, mas eram apoiados pela maioria pobre, que, senão os protegia, também não **os delatava**. Assim, representavam a possibilidade de, ao desobedecerem as normas e leis, buscar uma **estrutura social mais justa** (KRAJEWSKI; GUIMARÃES; RIBEIRO; 2005, p. 337, grifo nosso)

Não obstante o aparente posicionamento de apoio aos movimentos sociais, os enunciadores deixam entrever, pelo uso dos termos em destaque, outro posicionamento contrário, que parece ter mais relevância no texto didático. Podemos parafrasear o trecho com a seguinte proposição: membros de movimentos sociais são ladrões, bandidos que estão a serviço da população pobre. Assim como se pode falar dos traficantes em relação aos moradores de algumas zonas periféricas.

A contextualização segue, no texto em questão, com versões internacionais e tupiniquins do herói que roubava para dar aos pobres: os *bandoleros*, camponeses da Andaluzia; os *cangaceiros* e seu Robin Hood, Virgulino Ferreira da Silva; os líderes da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata e Pancho Villa; os russos da revolução de 1917; Mao Tse-tung, na China; e, por último, Fidel Castro, em Cuba. Ao apresentarem a Revolução Mexicana, os autores fazem aparecer pela primeira vez a expressão “reforma agrária”, marcada no texto na cor laranja, para indicar como expressão parte do glossário, ao final do livro didático.

O último parágrafo, que finaliza o primeiro item – *Movimentos Sociais no Campo* – sugere, de modo bastante sutil, um posicionamento polêmico frente aos movimentos histórico-sociais de luta pela terra: “Já na segunda metade do século XX, outros eventos **combinaram movimentos camponeses e acesso ao poder político**”. (p. 338, grifo nosso)

Pelo excerto, torna-se evidente que os movimentos sociais tem duplo objetivo: garantir o direito à reforma agrária e, concomitantemente, tomar o poder, assim como fizeram os cubanos. O posicionamento ocultado nas entrelinhas valida a polêmica e estereótipo que antes de qualquer outro interesse, o que move os movimentos sociais são interesses estritamente políticos, ou melhor, politiqueiros.

O segundo item – *Movimentos sociais no campo no Brasil* – parece ser, à primeira vista, o que mais nos interessa, já que pressupõe um tratamento específico à reforma agrária no Brasil. Porém, isso não ocorre. O item “aparenta” ser mais

adequado a um livro didático de História do que de Geografia. É muito marcado o trato histórico dado ao conteúdo. Torna-se muito perceptível uma linha do tempo traçada pelos autores, sendo que o percurso apresentado inicia-se com as lutas indígenas contra os portugueses pela posse da terra, momento em que há referência à Confederação dos Tamoios. Em seguida, é feita uma alusão à resistência dos escravos, destacando aí um Robin Hood afro-brasileiro, o Zumbi dos Palmares. Esse tópico avança longamente tratando, inclusive, de sincretismo religioso, costumes africanos, comunidades remanescentes, para, finalmente, justificar o direito à terra aos quilombolas, garantido pela Constituição de 1988, com vistas a *manter o estilo de vida* (p. 339).

O percurso histórico faz um retrocesso, voltando ao Brasil colônia, mais precisamente em 1534 quando Portugal cria a lei das Sesmarias, dividindo a costa brasileira em capitanias hereditárias, de modo a concentrar grandes extensões de terras nas mãos de nobres portugueses, favorecendo, desde aquela época, a exclusão do acesso à terra. O fim da lei das Sesmarias é lembrado como momento em que surgem os posseiros, no século XVII, substituídos somente no século XIX pelos fazendeiros agraciados com a criação da Lei de Terras e conseqüente chegada dos imigrantes, configurando-se aí outro grupo, o dos colonos.

Na seqüência, são recuperados episódios históricos de revolta e seus respectivos “Robins”: um sertanejo e outro sulista. O primeiro trata-se de Antonio Conselheiro e o episódio de Canudos, momento no qual o texto didático insiste na retomada histórica, fazendo menção aos “Sertões”, de Euclides da Cunha. O segundo é o “monge” José Maria, da Guerra do Contestado.

O *continuum* segue até o ponto que mais nos interessa neste trabalho: os movimentos sociais de luta pela terra. Mas para o qual são dedicados apenas meia dúzia de curtos parágrafos, um mapa e um *boxe*.

Nos parágrafos, há predominância do caráter histórico. Da Guerra do Contestado (1912-1916), os autores fazem um salto histórico à década de 50 quando surgiram as Ligas Camponesas, inicialmente em Pernambuco. Um subtópico nos é apresentado, constituído pelo: histórico da liga camponesa de Engenho da Galiléia, de Vitória do Santo Antão-PE, cuja primeira vitória foi a isenção do aluguel das terras abandonadas pelos senhores de engenho. A rememoração a esse evento é justificada pelos autores porque, tal conquista *foi o estopim de uma série de*

levantes camponeses para a realização da reforma agrária no Brasil (p.341). Dentre as conseqüências desse evento, os autores apontam a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1963.

No entanto, no momento em que os movimentos agrários ganhavam força foram freados pelos governos militares, a partir de 1964. Esse percalço é lembrado pelos autores do livro didático, inaugurando um movimento de resistência. Somente nesse trecho é que essa palavra – resistência – é utilizada. Com isso, inferimos por uma luta contra o governo militar tão somente, não contra os latifundiários. A Igreja Católica, representado pela Comunidade Eclesiais de Base (CEB) e pela Teologia da Libertação, é apresentada como forte aliado dos camponeses na luta pela posse da terra e contra a ditadura militar. Os autores dizem que *a Igreja manifestava sua “opção preferencial pelos pobres”*. (p. 341) Dois aspectos são relevantes nesse excerto: primeiro, o uso do verbo no pretérito imperfeito – manifestava – o que sugere apoio à luta pela reforma agrária somente naquele período, hoje não manifesta mais esse apoio; o uso da expressão entre aspas: além de redundante, ao tratar de opção preferencial, já que toda opção implica uma preferência, não há referência à autoria do texto entre aspas, fazendo apenas alusão aos camponeses como os pobres, assim corroborando com a concepção apresentada inicialmente do Robin Hood, aquele que rouba para dar aos pobres.

A criação do Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 1975, teve atuação direta na primeira ação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), de 1979, “quando 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Ronda Alta (RS)” (p. 341).

O ponto de chegada do percurso histórico apresentado é a criação do MST. Os autores indicam como principais formas de luta dos membros do movimento, os acampamentos e as ocupações. Não obstante os autores terem usado o termo “principais” para as formas de luta, podemos perceber no trecho certo silenciamento a outras formas: marchas pelas rodovias, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, acampamentos nas capitais, acampamento diante de bancos, vigílias e manifestações nas grandes cidades.

Os autores apontam que o movimento cresceu consideravelmente, momento indicado no mapa intitulado “ocupações de terras no Brasil (1988-1998)”. Embora a fonte do mapa seja de Bernardo Mançano Fernandes (2000), um dos nomes da

geografia agrária, o mapa apresenta-se bastante desatualizado. Há pelo menos dez anos de luta do MST que não são considerados.

O último parágrafo do capítulo nos chama a atenção em seus aspectos. Antes de considerá-los, fazemos sua transcrição: “As ações do MST seguem suas principais palavras de ordem: ‘Ocupar, resistir e produzir’. Muitas vezes, a resistência gera mortes de sem-terra, como em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996”. (p.341)

Podemos perceber certa convergência entre os autores e o movimento. Eles usam o termo ‘ocupar’ em vez de ‘invadir’, o que revela posicionamento em consonância com as práticas de ocupação de terra. Por outro lado, há um tratamento ao termo *resistência* que se opõe ao posicionamento aparentemente apresentado. A resistência é ali tratada como uma doença que gera mortes, há um silenciamento no que se refere aos confrontos com a polícia que, de fato, geram as mortes.

Os autores silenciam-se e não provocam discussão no tocante aos confrontos. Fatos históricos foram exaustivamente lembrados durante todo o capítulo, porém, o episódio de Carajás é somente mencionado, como se os alunos, leitores, já trouxessem em sua memória uma chacina do nosso tempo, envolvendo trabalhadores rurais. Outro aspecto que deve ser considerado é que, pela leitura do parágrafo, podemos concluir que a resistência não seja uma ação viável, uma vez que a sua consequência é a morte e a ausência da paz.

Ao final dessa página, encontramos um box, intitulado: “*Como funciona um acampamento do MST*”, que de acordo com a fonte é um fragmento do livro: “*A formação do MST no Brasil*”, publicado em 2000 e assinado por um influente nome da Geografia agrária brasileira: Bernardo Mançano Fernandes. A obra é referência nessa temática, já que na sua versão integral, o autor estuda a origem do MST em todos os estados em que ele se faz presente, desde a organização dos trabalhadores de base, as ocupações de terra e as formas de resistência, os confrontos com os latifundiários, com os governos federal e estaduais e os enfrentamentos com jagunços e policiais, até o estabelecimento dos assentamentos rurais. Recorda as experiências que levaram à construção do MST, em suas relações com aqueles que apóiam à reforma agrária, bem como as suas conquistas: terra, trabalho, cooperação e educação de parte da população que antes estava

excluída. O boxe condensa em poucas palavras quais as principais características de um acampamento.

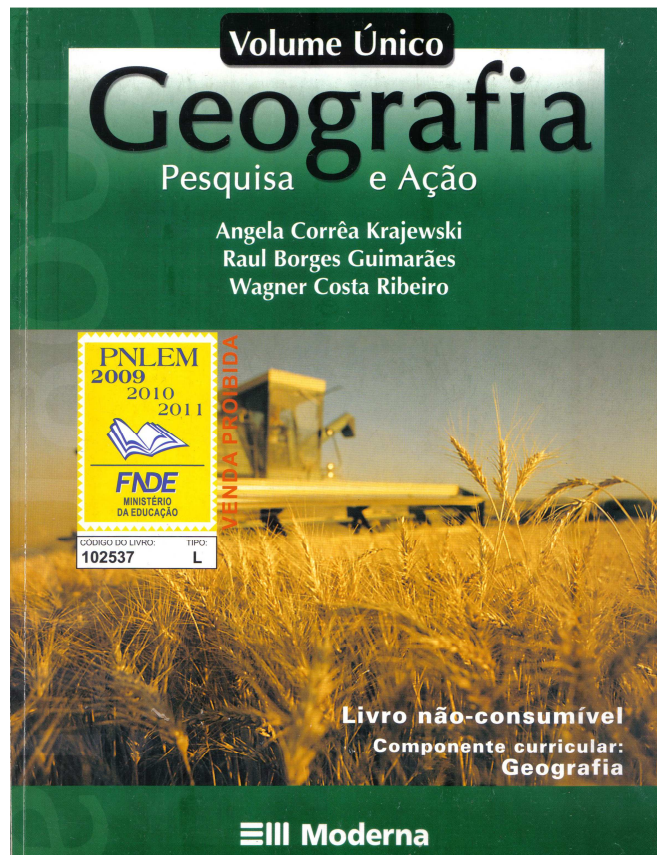
Assim sendo, compreendemos porque um pequeno fragmento, como o presente no livro didático não consegue mostrar de forma clara quais são as realidades em vivem os integrantes do MST, estejam eles acampados ou assentados. Não se pode negar que a fonte usada é muito pertinente a questão, porém o boxe acaba não sendo tão relevante, devido a sua fragmentação. A ação de tornar o texto breve, só vem a reforçar a concepção de silenciamento (ORLANDI, 2002), das questões envolvendo os conflitos de terras no livro didático.

O subtítulo que segue na composição do capítulo – *Movimentos sociais na cidade* – formado pelos itens: *o movimento operário, o movimento operário no Brasil, os movimentos sociais urbanos, os novos movimentos sociais*, não se configuram como parte de nossa análise. Contudo, vale considerá-los como uma estratégia de silenciamento no que se refere à luta pela terra no Brasil, uma vez que, novamente, o aspecto histórico dos movimentos são considerados, em cinco páginas seguintes. Dentre os novos movimentos, o movimento dos homossexuais é assim introduzido: *é o mais controverso e o que enfrenta maior preconceito...* (p. 346) Note-se o caráter avaliativo aí presente.

O silenciamento não se concretiza tão somente pela ausência de palavras, mas também de imagens. Como entendemos o discurso do livro didático como uma prática intersemiótica, convém analisarmos as imagens que compõe o capítulo e em que medida elas corroboram o posicionamento dos autores.

Antes de analisarmos as imagens que compõem o capítulo propriamente dito, é válida uma análise a respeito da capa do livro didático. Encontramos em sua capa a foto de uma cultura de trigo, onde vemos ao fundo a máquina responsável pela colheita executando o seu trabalho. Conforme podemos observar:

Figura 7 - Capa em detalhe do livro - Geografia: Pesquisa e Ação - volume único



Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005)

Diante de um imponente equipamento agrícola, como o apresentado na imagem, fica evidente que uma máquina desse porte não é usada por um pequeno agricultor, e sim por aqueles que têm a agricultura, baseada no sistema do agronegócio. Assim, a capa do livro por si só, já é capaz de revelar um posicionamento por parte dos autores. Nesse caso específico, há um favorecimento ao agronegócio.

Vamos agora às imagens que fazem parte do capítulo específico de nossa análise. Em um primeiro momento, podemos perceber que das oito imagens (fotografias e mapas) que compõem o capítulo, não há nenhuma que faça referência direta aos movimentos de luta pela terra.

Vejamos quais são as imagens que constituem esse capítulo e o papel desempenhado por cada uma no tocante à questão agrária:

Figura 8 - O Robin Hood nordestino.



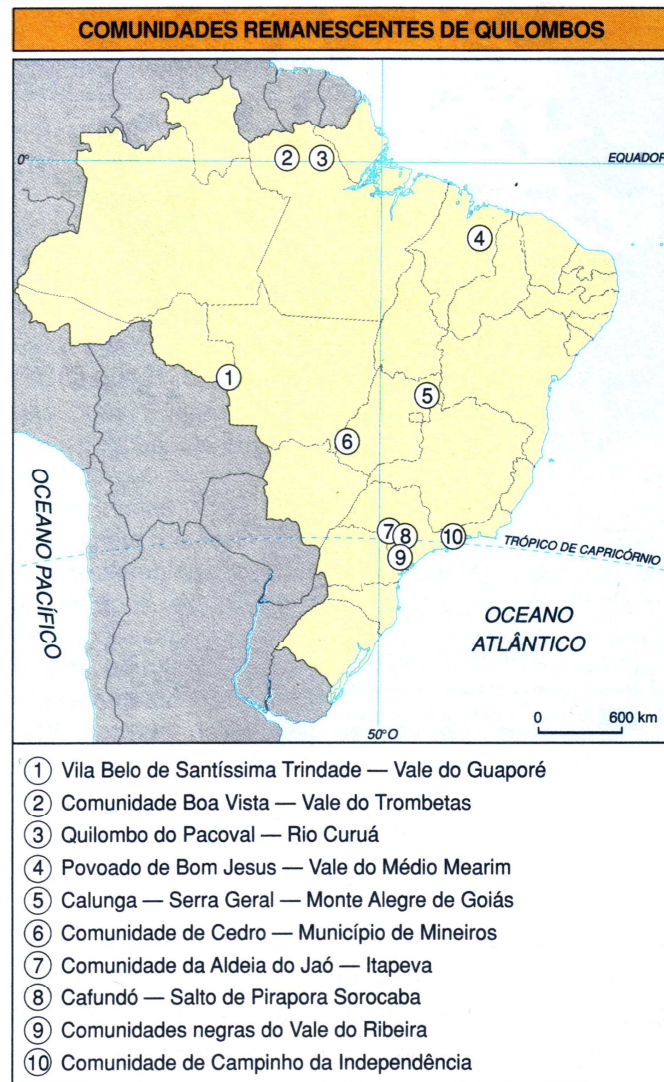
Lampião (em destaque) e seu bando, em Limoeiro (CE), em foto de 16 de junho de 1927.

Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 337)

Na foto acima, podemos verificar a presença de 31 pessoas, sendo 30 homens e uma mulher (provavelmente, Maria Bonita), a maior parte dos personagens que constituem a imagem posam para a foto com armas de fogo nas mãos. Lampião está em destaque com um círculo vermelho.

A fotografia apresentada, na primeira página do capítulo, parece ter a função de reforçar a concepção mental de que os movimentos sociais são constituídos muitas vezes por bandidos e ladrões, que roubam dos ricos para dividir com os pobres. O uso dessa imagem é capaz de revelar um posicionamento contrário a qualquer movimento social que venha a lutar por uma reforma agrária, pois dá entender que essa não seja uma luta justa, pois não é certa uma distribuição igualitária, construída nesses moldes.

Mapa 2 - Comunidades remanescentes de Quilombos



Fonte: CARRIL, Lourdes. *Terra de negros, herança de quilombos*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 13. Coleção Ponto de Apoio.

Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 337)

A autora do mapa apresenta a distribuição de quilombolas no país. Há menção ao Cafundó, que é uma comunidade localizada no município de Salto de Pirapora. As informações prestadas pelo mapa e o texto em anexo não remetem a nenhuma discussão sobre essa temática.

Figura 9: Movimento indígena



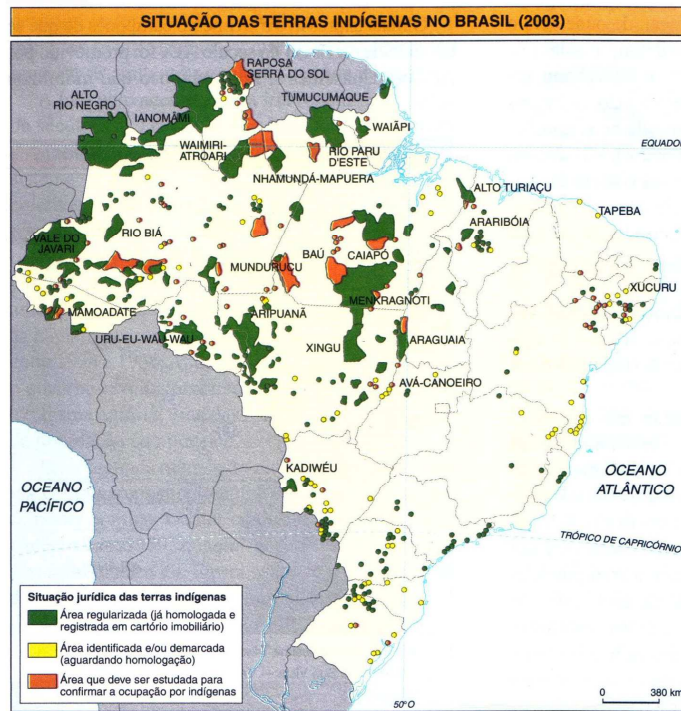
O movimento pela demarcação das terras indígenas une povos e lideranças indígenas. Na foto, manifestação pela demarcação de terras, em Brasília (DF), em 1993.

Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 340)

Nesta outra imagem podemos ver três indígenas cada um com um cartaz, na qual é possível lermos: “Até quando?” e “IANOMAMI”. É possível observarmos o desenho de uma índia com uma faca encravada em seu pescoço, da qual escorre bastante sangue, tornando perceptível o sofrimento estampado em seu rosto. A legenda da fotografia diz o seguinte: “O movimento pela demarcação das terras indígenas une povos e lideranças indígenas. Na foto, manifestação pela demarcação de terras, em Brasília (DF), em 1993”.

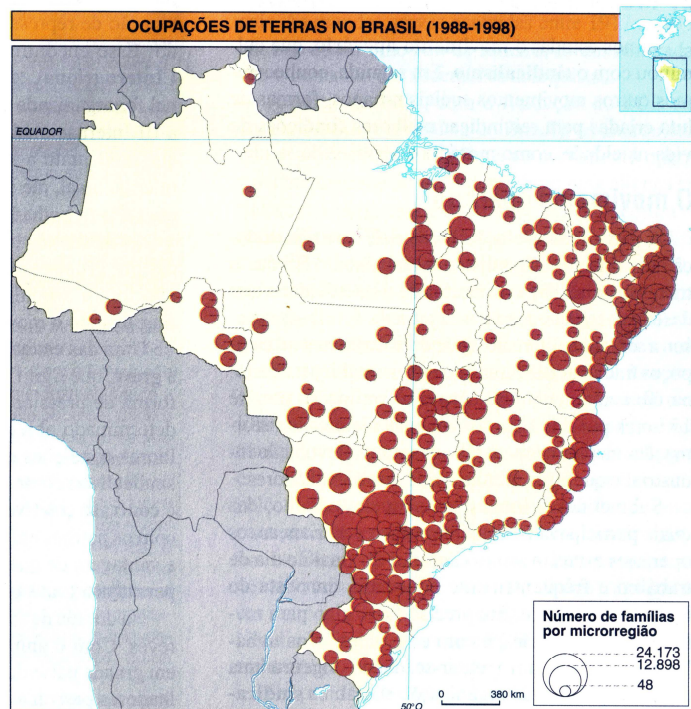
Um mapa mostra a situação das terras indígenas no Brasil, no ano de 2003, apresentadas em três áreas: regularizada, aguardando regulamentação e aquela que deve ser estudada para comprovar a ocupação por indígenas. A análise desse mapa, associada ao mapa *Ocupações de Terra no Brasil (1988 – 1998)* construído por Fernandes, revela que as áreas indígenas têm a mesma ambivalência daquelas não utilizadas pelas ocupações de famílias sem terra. Ao mesmo tempo, acampamentos e ocupações de terra é intensa no litoral do Nordeste e no Sul do Brasil.

Mapa 3 - Situação das terras indígenas no Brasil (2003)



Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 340)

Mapa 4 - Ocupação de terras no Brasil (1988 – 1998)



Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 341)

No tópico intitulado: *Movimentos Sociais na Cidade* seguem-se as fotos de Luiz Inácio Lula da Silva (década de 70); de Martin Luther King (1963); e da parada Gay em Nova York (1999).

Na figura 10, temos o então líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, de posse de um microfone na mão esquerda e discursando para uma multidão de trabalhadores:

Figura 10 - Lula



No final da década de 1970, os metalúrgicos do ABC paulista organizaram uma forte campanha da categoria contra o desemprego e a redução salarial. Na foto, assembléia dos metalúrgicos do ABC no estádio de Vila Euclides, São Bernardo do Campo (SP), em 1979.

Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 344)

A finalidade da foto é remeter o leitor a um fato histórico, da década de 1970, marcada por lutas sindicais contra o arrocho salarial. Novamente, o caráter historiográfico do capítulo é reforçado. É certo que a Geografia apóia-se na História, mas, durante o capítulo não se faz referência ao espaço, tornando pouco claro o objeto de estudo da disciplina.

Na seqüência, vemos a imagem na qual o líder estadunidense Martin Luther King discursa contra o preconceito racial, em 1963, na capital dos Estados Unidos. De acordo com a legenda, podemos inferir que a finalidade da foto é a de mostrar a importância do movimento negro, assim como lembrar por quais motivos esse líder influenciou e ainda continua a influenciar outros movimentos que lutam por um mundo sem preconceito racial. Mais uma vez a imagem justifica o caráter historiográfico.

Figura 11 - Martin Luther King



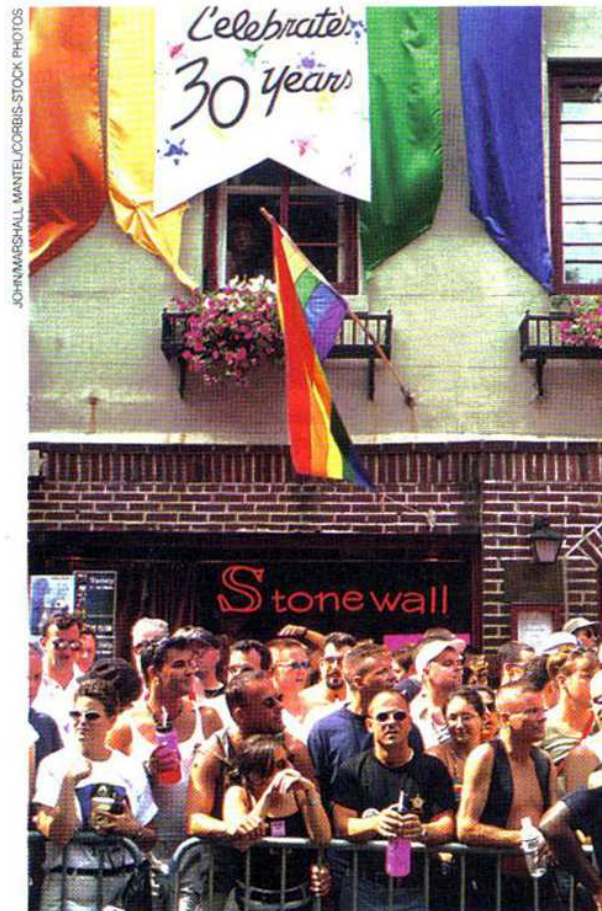
O líder negro norte-americano Martin Luther King discursando em Washington, EUA, em agosto de 1963.

Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 345)

Em nossa análise anterior, pudemos constatar que ao fazer referência sobre os movimentos sociais na cidade, o movimento homossexual não foi deixado de lado, encontramos também uma imagem, que mostra participantes da parada Gay em Nova York.

Por meio da legenda, entendemos que o objetivo dos interlocutores ao utilizarem essa fotografia é a de mostrar o quanto esse movimento tem crescido nos últimos anos, e que esses militantes são organizados e lutam pelo reconhecimento de sua opção sexual. Ademais, a fotografia informa os alunos leitores que o símbolo desse movimento são as cores do arco-íris, representadas pela faixa e bandeira. Conforme podemos perceber na imagem reproduzida na página seguinte:

Figura 12 - Parada Gay em Nova York



Parada gay em Nova York, nos Estados Unidos, em junho de 1999. Realizada todos os anos, ela reúne milhares de homossexuais masculinos e femininos, que lutam pelo reconhecimento de sua opção sexual. As cores do arco-íris são o símbolo internacional do movimento gay, como aparece na bandeira e na faixa.

Fonte: Krajewski; Guimarães; Ribeiro (2005, p. 346)

Considerando o discurso didático como uma prática intersemiótica, fica claro que o uso da fotografia que retrata a parada gay tem a nítida finalidade de mostrar o crescimento e organização desses movimentos. Vemos então, o florescer de um mecanismo do capitalismo para tentar tirar o foco às questões pertinentes ao trabalho. Em outras palavras para desfocar a centralização dos debates social, com isso passa a encarar essa problemática de forma natural e com bastante comodismo. Esses mecanismos buscam favorecer a paz, o amor, mas esquece daquilo que o problema central do capitalismo: a exploração.

Há também uma charge de Angeli, que serve de base para a resolução de uma atividade, no item denominado: “Agora é com você!”. É solicitado aos alunos que após observar a charge elaborem um texto que inclua as seguintes expressões:

sobre a população chinesa. O texto também trabalha a idéia de que a desigualdade é um problema grave e de difícil solução; e que até os dias da publicação da matéria jornalística não havia sido inventada outra política pública tão eficaz e barata para o combate da desigualdade social, quanto ao que se refere ao programa de assentamentos, adotado pelo governo brasileiro.

Analisando a reportagem na íntegra, percebemos um silenciamento para reforçar o posicionamento dos autores, a essa temática. O primeiro parágrafo da reportagem, silenciado, omitido pelos autores continha o seguinte:

O desemprego é uma das mais flagrantes manifestações de desigualdade. Mesmo que fosse possível compensar a perda de renda por ele provocada, continuaria absurdo subestimar seus gravíssimos efeitos sobre a vida dos indivíduos e de sua família. Há provas abundantes de que seus impactos são vastos e abrangentes: dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez, perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social, acentuação das assimetrias entre os sexos, e assim por diante. (O ESTADO DE S. PAULO, 07 out. 2000, p.B2)

O último parágrafo da reportagem, que também foi excluído pelos autores, ajuda a reforçar tal posicionamento:

Só se pode lamentar, então, que nos últimos 5 anos apenas 2,5% da área total dos estabelecimentos agrícolas brasileiros tenha sido transferida de perdulárias fazendas para os sítios familiares. Nesse período, o patrimônio fundiário dos sítiantes aumentou quase 7%, enquanto o dos grandes domínios diminuiu 4%. Não há como disfarçar, portanto, que um programa de assentamentos dessas proporções nem possa ser considerado reforma agrária. Basta compará-lo, por exemplo, à reforma japonesa, que em dois anos transferiu para trabalhadores rurais um terço da área total dos estabelecimentos, beneficiando 4 milhões de famílias. Mesmo assim há políticos que atacam o governo FHC porque ele estaria realizando "a maior e mais cara reforma agrária do mundo".

Em outras palavras, a forma na qual se encontra constituído o fragmento publicado no livro didático, tem o claro objetivo de reforçar o silenciamento e posicionamento dos autores quanto às questões polêmicas e que auxiliariam na compreensão da questão agrária brasileira. Os autores silenciam-se no tocante aos principais problemas gerados pelo desemprego e também quanto aos planos políticos e governamentais de reforma agrária no Brasil têm sido deficitária.

5.2 Segunda análise - Capítulo do livro *Geografia: geografia geral e do Brasil*

Para o livro *Geografia: geografia geral e do Brasil* elegemos o capítulo de número 49, que recebe o seguinte título: *A agricultura e a pecuária no Brasil: estrutura fundiária*. Ele se encontra na unidade V: “*Fronteiras Tecnológicas: Progresso e Exclusão*”. O capítulo é composto de 10 páginas, iniciando-se na 439. Dentro dele, encontramos os seguintes subtítulos: *Latifúndio, Monocultura e escravidão; A agricultura brasileira após a industrialização; Brasil – principais produtos agrícolas (Lavouras temporárias: Algodão, Cana-de-açúcar, Soja, Milho, Feijão e arroz, e trigo. Lavouras permanentes: Café, Cacau e Laranja); A pecuária no Brasil (Rebanho bovino, Rebanho suíno e Outros rebanhos); O agronegócio no Brasil (A força do agronegócio); A estrutura fundiária no Brasil (Estatuto da Terra, O módulo fiscal, Características da estrutura fundiária brasileira, Tensão no campo, As relações de trabalho no campo e Outras formas de trabalho no campo)*, o capítulo encerra-se com um texto de apoio denominado: *Problemas climáticos reduzem previsão de safra*.

A estrutura do capítulo é marcada pelo silenciamento da luta pela terra, pois a temática está presente em apenas três páginas do capítulo. Os demais itens não se relacionam com os movimentos sociais e, tampouco, com o debate da reforma agrária no Brasil.

A introdução do capítulo tem por objetivo mostrar o papel da agricultura na história econômica do país, lembrando que a: “fundação do novo país, portanto, foi marcada pela exploração da biomassa vegetal (pau-brasil)”. (p. 434.). Esse texto também tem a finalidade de mostrar que a agricultura predominante no período colonial foi aquela baseada em um modelo predatório, mostrando que ainda hoje esse tipo de agricultura se faz presente em nosso país. Em seguida, revela que o principal objetivo do capítulo vai ser a de mostrar as principais características e problemas da agricultura brasileira. Destacando referências sobre a força do agronegócio, com predominância de gêneros agrícolas destinados à exportação, com prejuízo dos produtos alimentícios.

Ao fazerem referência aos grupos transnacionais que atuam no campo brasileiro, os autores lembram que existe uma relação de interdependência entre a

cidade e o campo: “Nesse processo que subordina o campo à cidade, é marcante a presença de grupos transnacionais. Podemos citar como exemplos a Nestlé (alimentos), a Agroceres (sementes) e a Massey Ferguson (tratores e máquinas)”. (p.434) Em nenhum momento o assunto é polemizado. Os enunciadores dão a entender que a vinda desses grupos é inevitável e que a agricultura moderna tem que aceitar a presença das grandes corporações transnacionais para que possa obter um ganho de produtividade e acompanhar o processo de globalização.

Em seguida, há um novo tópico: “*O agronegócio no Brasil*”, lembra que esse setor envolve outros como: a agricultura de precisão e a biotecnologia. Refere-se à EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), que desenvolve projetos em todas as regiões do país. Novamente os autores recorrem à idéia de que é comum encontramos grupos transnacionais atuando nesse ramo: “No Brasil, o agronegócio é dominado por transnacionais do ramo alimentício (Bunge, Unilever) e de fabricantes de insumos para agricultura (Monsanto, Bayer)”. (p. 439). Mais uma vez, encontramos um silenciamento das conseqüências geradas pela presença desses grandes grupos estrangeiros em nosso país. Ao final do texto, encontramos uma frase na qual os autores marcam posicionamento:

Apesar de responder por um terço do PIB nacional, o agronegócio não é unanimidade. Alguns críticos do setor acusam-no de exportar produtos que são necessários à alimentação da população e de estar acabando com a agricultura familiar, sendo, em última análise, o responsável por grande parte dos conflitos no campo em nosso país. (p. 439)

Em seguida, nos é apresentado um texto, denominado: “*A força do agronegócio*”. O próprio título já sugere um posicionamento, que é reforçado ainda mais pela fonte: “*Revista da Indústria, Fiesp, mar. 2005*”. Para evidenciar a importância do agronegócio, o texto lembra que esse segmento da economia tem um peso grande, pois é: “Responsável por 33% do PIB nacional, por 41% das exportações totais e por 37% dos empregos, o setor iniciou sua curva ascendente nos anos 1990 e não parou mais de crescer.” (p. 439).

No tópico seguinte, intitulado: “*A estrutura fundiária no Brasil*”, os autores começam lembrando que, para tratar da agricultura e pecuária, não se deve deixar de lado os problemas presentes no campo brasileiro. Entre esses problemas os

autores destacam a estrutura fundiária marcada pela concentração de terras, os conflitos pela posse de terra e as relações desiguais de trabalho.

Nos parágrafos seguintes, assim como o primeiro livro analisado, os autores retomam a divisão do país, no período colonial, em Capitanias hereditárias, ressaltando a expansão da lavoura açucareira e a Lei de Terras de 1850. Elaboram então um levantamento histórico, mas com a finalidade de mostrar por quais razões a terra no Brasil tem uma distribuição tão desigual.

De 1850, os autores avançam um século, para 1950 e 1960, lembrando do surgimento da Ligas Camponesas e a Contag. De acordo com o texto essas organizações surgiram pelo fato de: “Com o passar do tempo, essa desigual distribuição de terras acabou gerando conflitos cada vez mais violentos e generalizados entre proprietários e não proprietários” (p. 440).

No último parágrafo, os autores lembram como foi o tratamento dado a essa questão nos governos militares:

[...]preocupados com o descontentamento social no campo, elaboraram um conjunto de leis para tentar controlar os trabalhadores rurais e acalmar os proprietários de terras. Essa tentativa deu-se por meio de um projeto de reforma agrária para promover uma distribuição mais igualitária da terra, que resultou no Estatuto da Terra [...]. (p. 440).

No tópico: “*Características da estrutura fundiária brasileira*”, os autores deixam claro que a distribuição das terras no Brasil é bastante irregular: “Existe uma concentração muito grande de terras em nosso país, onde poucos latifúndios ocupam a maior parte da área total brasileira e o grande número de minifúndios não chega a ocupar 2% dessa área.” (p. 441).

Ao se referir aos personagens que atuam nos conflitos pela posse de terra no Brasil, os autores lembram que: “A forma de obter a propriedade da terra fez surgir duas figuras que estão freqüentemente envolvidas nos conflitos pela terra: o posseiro e o grileiro”. (p. 442). Não podemos negar a presença desses personagens no campo brasileiro, mas há um personagem que não poderia ser silenciado quando se trata da luta pela distribuição das terras agricultáveis em nosso país: os trabalhadores rurais sem terra, que, entretanto, estão excluídos do texto.

Em seguida, os autores utilizam apenas quatro parágrafos para tratar do seguinte tema: “*Tensão no campo*”. Para isso, recorrem à História, lembrando que em 1950 surgiu no Nordeste as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Já no segundo parágrafo, os autores lembram que os primeiros movimentos dos trabalhadores rurais sem terra surgiram em 1970, no Rio Grande do Sul, se espalhando por outros estados do Brasil, com a criação de uma entidade que tem o “objetivo de fazer uma reforma agrária rápida e justa – o MST”.(p. 442).

Ao citar a função social da terra, os autores deixam o termo entre aspas, alegando também que a interpretação da sua função social é feita de maneira diferente pelo governo e pelos proprietários rurais. Porém, não faz nenhuma explanação do que vem a ser função social da terra, não declarando qual é a interpretação do governo e a dos proprietários rurais quanto a essa questão. Assim, podemos perceber um absoluto silenciamento dessa temática, ignorando nossa Constituição que data de 1988, no seu artigo 184, ao deixar claro que a terra tem de cumprir sua função social podendo para isso ser destinada à fins de reforma agrária.

Nesse mesmo parágrafo, ao fazer referência aos integrantes do MST, os autores usam o adjetivo “*invasores*” que, por sua vez, é carregado de um posicionamento que vai contra os interesses dos movimentos sociais ou daqueles que apóiam esses movimentos, pois como vimos em capítulos anteriores o uso dos verbos “invadir” e “ocupar”, são bastante distintos quanto se referem às questões agrárias no Brasil. No caso do livro didático, percebemos que o adjetivo utilizado possui relação direta com o verbo “invadir”, assim, os autores deixam transparecer o seu posicionamento de que os membros do MST, não passam de pessoas engajadas em realizar invasões pelo Brasil afora.

Ao se referirem ao MST, os autores sugerem que as ações desse movimento social têm a finalidade de tomar posse de terras improdutivas. Na verdade, a entrada e a posterior construção de acampamentos em propriedades têm o objetivo de alertar a estrutura vigente na sociedade e pressionar o governo e os órgãos responsáveis pela execução da reforma agrária sobre o problema existente no campo brasileiro, de forma que tais representantes possam desapropriar determinada fazenda a fim de promover de fato a reforma agrária almejada por esses movimentos.

No penúltimo parágrafo, os autores apresentam, de forma sintetizada, os resultados dessa luta entre diferentes classes sociais:

Esses diferentes pontos de vista têm causado violentos conflitos com baixas em ambos os lados, embora o número de trabalhadores rurais mortos nesses embates seja bem maior que o de policiais ou de homens contratados por fazendeiros para defender suas terras. Muitas vezes, grileiros que pretendem lucrar com a especulação imobiliária promovem verdadeiras chacinas de posseiros e famílias que ocupam a terra para produzir. (p. 442).

Para encerrar esse tópico no último parágrafo, segundo os autores: “Os conflitos no campo e a participação do MST em invasões que nem sempre visam à posse de terras improdutivas são um assunto polêmico na sociedade brasileira”. (p.442). Mais uma vez, é reforçada a concepção, pelos autores do livro didático, de que o MST é formado por um grupo de invasores, responsáveis por tensão no campo brasileiro.

O capítulo que estamos analisando – *A agricultura e a pecuária no Brasil: Estrutura fundiária* –, encerra-se com três tópicos: “*As relações de trabalho no campo*”, “*Outras formas de trabalho no campo*” e “*Problemas climáticos reduzem previsão de safra*”.

No primeiro caso, são apresentadas as péssimas condições na qual estão sujeitos os trabalhadores rurais brasileiros, sob a “*capitalização da atividade agrícola*”, como o trabalho assalariado temporário e a morada precária na periferia das cidades.

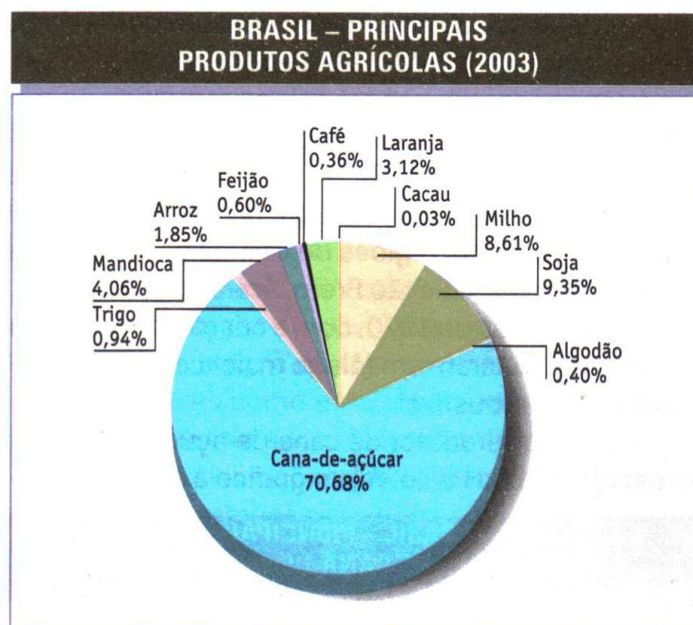
O tópico “*Outras formas de trabalho no campo*”, sintetiza o trabalho familiar, o arrendamento e a parceria. Ao tratar do trabalho familiar os autores lembram que esse tipo de produção se encontra bastante comprometida em nosso país, por conta da falta de capital para investimentos e também devido as secas periódicas a que estão sujeitos; por essas razões, segundo os autores, essas famílias acabam migrando do campo para a cidade onde se tornam trabalhadores temporários. De acordo com o texto: “Uma exceção aos trabalhadores familiares é encontrada nas áreas vizinhas aos grandes centros urbanos (cinturões verdes), porque eles conseguem vender sua produção...” (p. 442). Por último, o arrendamento e a

parceria são abordados de forma positiva, já que constituem novas oportunidades as famílias destituídas de propriedade rural.

Ao findar do capítulo, encontramos um posicionamento “favorável” ao agronegócio, com a construção do tópico denominado: *Problemas climáticos reduzem previsão de safra*, baseando em uma notícia do jornal O Estado de S. Paulo (26 de mar. 2004), expõe preocupação quanto às futuras colheitas das safras de soja e milho, dois importantes produtos do agronegócio brasileiro.

O capítulo: “*A agricultura e a pecuária no Brasil: estrutura fundiária*” apresenta um conjunto de dez gráficos, dos quais oito são gráficos setoriais, que tem a função de mostrar quais são os principais produtos agropecuários do país. Dentre eles selecionamos dois: um que mostra os principais produtos agrícolas (2003) brasileiros, sendo que a cana-de-açúcar, lavoura temporária, introduzida nos primeiros anos de colonização, se destaca com 70,68% de produção. O segundo, que revela os principais produtos do agronegócio, utilizando as exportações de 2003, sendo que aquele que se destaca é o chamado complexo da soja com 26,6% do total das exportações.

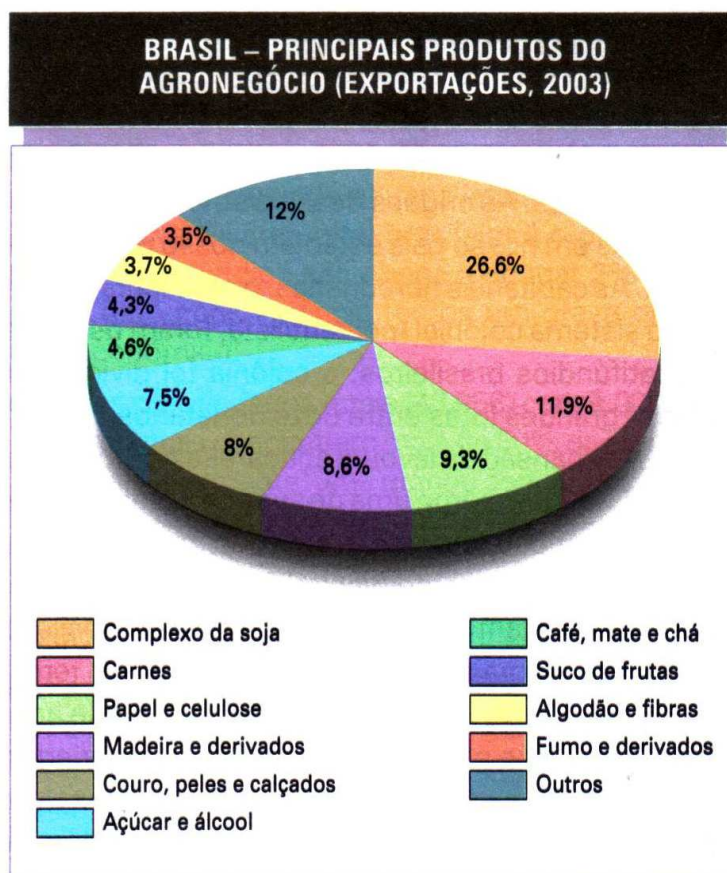
Gráfico 1 – Brasil – Principais Produtos Agrícolas (2003)



Fontes: 1. Levantamento sistematizado da produção agrícola. <www.ibge.gov.br>. 2. <www.faostat.fao.org>. Acesso em mar. 2004.

Fonte: Almeida e Rigolin (2005, p. 435)

Gráfico 2 - Brasil – Principais Produtos do agronegócio (Exportações, 2003)

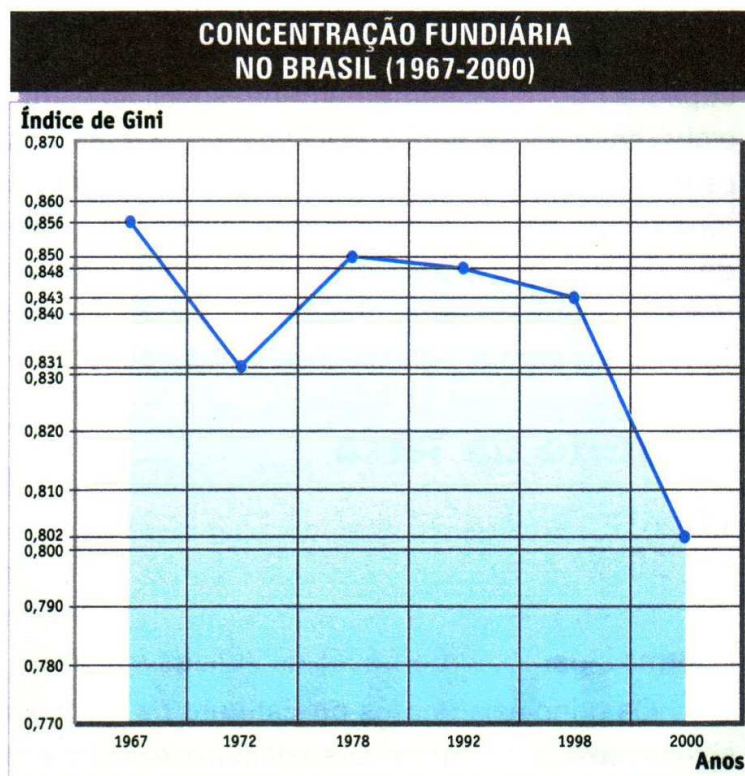


Fonte: Ministério da Agricultura. Agricultura Brasileira em Números. Anuário 2003.

Fonte: Almeida e Rigolin (2005, p. 439)

Na página seguinte há um gráfico intitulado: *A Concentração Fundiária no Brasil (1967 – 2000)* (p.439), constituído com índice Gini (quanto maior o índice, maior a concentração de terras):

Gráfico 3 - Concentração fundiária no Brasil (1967 - 2000)



Fonte: <www.incra.gov.br>. Acesso em out. 2002.

Fonte: Almeida e Rigolin (2005, p. 439)

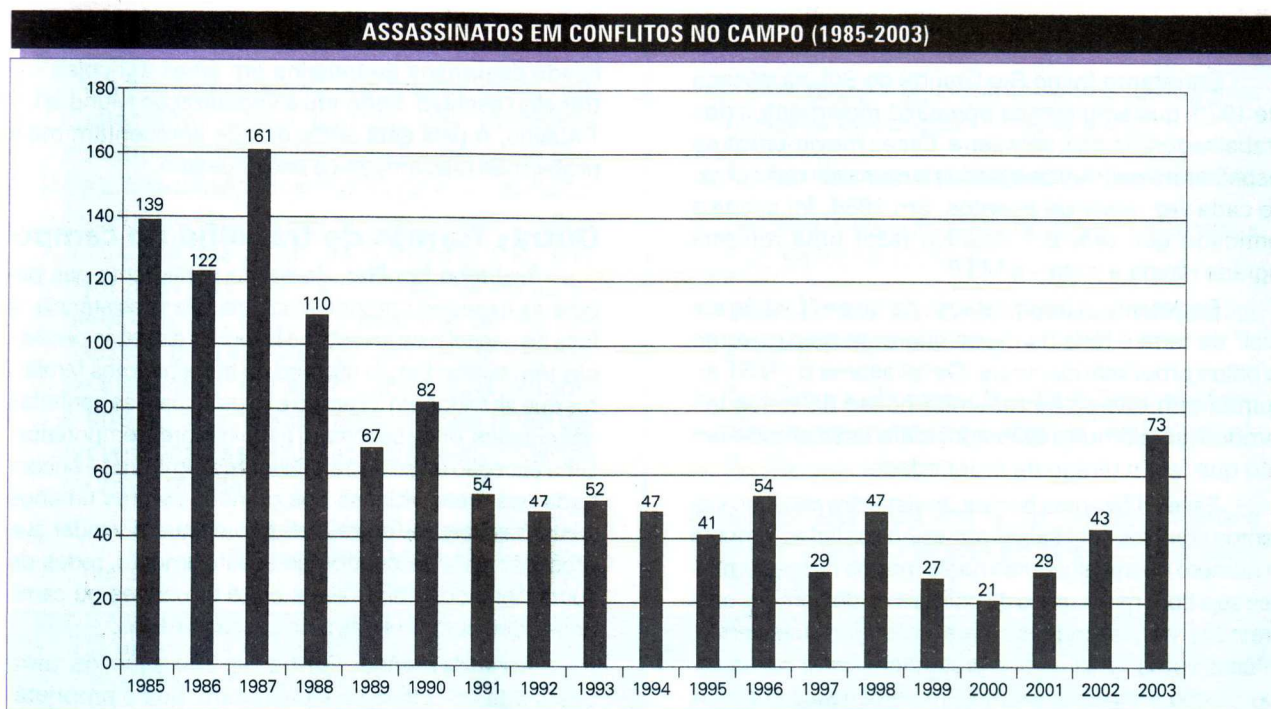
Ele mostra uma queda na concentração de terras em nosso país, entre 1998 a 2000 que, entretanto, é ilusória, pois ainda estamos com o índice alto, ou seja, muito longe do zero.

Tivemos sim um avanço nesse indicador, conforme lembrou o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 13 de Abril de 2009. O geógrafo, Eduardo Girardi, comenta ao jornalista:

[...] ao contrário do que acreditam líderes dos movimentos de sem-terra, a propriedade da terra não ficou mais concentrada nos últimos anos. Utilizando os dados disponíveis, Girardi mostra que houve até uma alteração para menos no chamado índice de Gini - critério de avaliação que varia 0 a 1, sendo que quanto mais alto maior é o grau de concentração de terras. Entre 1992 e 2003, o índice nacional baixou de 0,826 para 0,816 - uma variação de -0,010. Não se trata, porém, de motivo para comemorar. Segundo Girardi, a marca de 0,816 é das mais altas, sinalizando que a terra continua concentrada nas mãos de poucos proprietários. Por outro lado, ela indica também o fracasso das políticas de reforma agrária desenvolvidas por sucessivos governos. (p. A 4)

A seguir, há um gráfico intitulado: *Assassinatos em conflitos no campo (1985 – 2003)*, (p.441), construído pela Comissão da Pastoral da Terra e publicado em *Conflitos no Campo – Brasil, 2003*.

Gráfico 4: Assassinatos em conflitos no campo (1985 - 2003)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo – Brasil, 2003*.

Fonte: Almeida e Rigolin (2005, p. 439)

O gráfico acima revela os índices da violência no intervalo de 19 anos, gerados por conflitos fruto da estrutura fundiária brasileira, destacando-se entre eles os massacres de Corumbiara, no Estado de Rondônia, em 1995, e aquele que é considerado um dos maiores massacres da história da luta pela reforma agrária no Brasil ocorrido em 17 de abril de 1996, no estado do Pará, que ficou conhecido no mundo todo: o massacre de Eldorado dos Carajás. Ambos acontecimentos foram totalmente silenciados pelos autores do texto.

O capítulo não foi explorado pelos autores do livro didático, não há fotos, figuras ou imagens que mostrem a realidade do campo brasileiro. O que reforça a concepção de silenciamento da questão agrária, conforme mostrada em nossos capítulos anteriores, que de acordo com Orlandi (2002 p. 75) “se define pelo fato de que ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de retomarmos alguns dos principais pontos deste trabalho e compartilhar questões surgidas nesse entremeio, inclusive algumas que, por ventura, não tenham sido tratadas adequadamente.

A pesquisa contemplou um capítulo no qual foram abordadas as principais características de parte da história do livro didático público em nosso país. Fizemos um percurso, levantando dados sobre o processo de produção, escolha e distribuição do livro didático nas escolas públicas brasileiras. Para compreender de forma específica a aquisição de livros pelo Estado, inserimos um conjunto de quatro tabelas elaboradas pelo FNDE, que mostram quais foram os valores negociados pelas editoras com o Estado. São cifras astronômicas e as editoras que encabeçam o ranking das maiores vendedoras de livros ao Estado são sempre as mesmas. Assim, podemos dizer que no Brasil, além do latifúndio agrário há também um latifúndio editorial.

Após a análise dos capítulos selecionados dos livros didáticos de Geografia, utilizados na cidade de Salto de Pirapora/SP, hipotetizamos pela existência de, pelo menos, dois pareceres básicos: primeiro, um tratamento mais historiográfico que geográfico à questão; segundo, encontramos posicionamentos nos livros didáticos que se revelam favoráveis ao agronegócio em detrimento aos movimentos sociais.

Uma estratégia empregada pelos autores dos livros didáticos para não colocar à tona questões específicas sobre os movimentos sociais brasileiros que lutam pela reforma agrária é a valoração da historicidade. Em alguns momentos, os livros de Geografia parecem ser livros de História. Os autores dedicaram várias páginas abordando apenas questões históricas, como foi o caso de várias versões de Robin Hoods (os bandoleiros, camponeses da Andaluzia; os cangaceiros e seu Robin Hood, Virgulino Ferreira da Silva; os líderes da Revolução Mexicana, Emiliano Zapata e Pancho Villa; os russos da revolução de 1917; Mao Tse-tung, na China; e, por último, Fidel Castro, em Cuba), perpassando inclusive pelo surgimento do sincretismo religioso em nosso país e os novos movimentos urbanos, como dos grupos minoritários raciais, de gênero e da diversidade sexual.

Na ciência geográfica, a História tem a finalidade de auxiliar na compreensão de fatos e/ou fenômenos geográficos, mas ela não pode suprir o debate geográfico. Milton Santos (2002 [1996]) propõe que o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. (p.63) Ou seja, como o livro didático é de Geografia o tema central precisa estar relacionado a essa área do conhecimento que, no caso, deve estar vinculada ao espaço geográfico.

Já no tocante à referência à expansão do agronegócio, a partir da década de 1990, os autores não retomam questões históricas importantes, tais como o início da política neoliberal e conseqüente abertura da economia, que estava sendo implantada no momento. De acordo com Fernandes (2003), fato que representou um verdadeiro retrocesso para os movimentos sociais que lutavam por uma melhor partilha da terra no país, em virtude das mais diversas ações, com vistas à aniquilação dos movimentos. Além disso, segundo Abramovay (1992), foi no início dos anos 90 que surgiu a corrente teórica denominada: “Paradigma do Capitalismo Agrário”, que propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital, resultando na execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, capazes de superar o problema agrário do capitalismo.

Além disso, para reforçar a idéia de que o agronegócio é vital para a economia do Brasil, em determinada atividade avaliativa os autores sugerem que os alunos respondam a seguinte questão: “Justifique a importância do agronegócio na balança comercial brasileira”. Ante o exposto, a respeito do agronegócio no Brasil, o aluno irá comentar a questão tomando por base os pressupostos apresentados até o momento, com destaque para aquele de que não se pode ir contra ao agronegócio, pois ele tem mais aspectos positivos que negativos. Assim, principalmente o livro didático – *Geografia – Geografia Geral e do Brasil* – direciona o pensamento do professor e do aluno para assumir o mesmo posicionamento sustentado pelos autores.

Esse posicionamento desfoca o real entendimento das questões agrárias, pois Milton Santos (2003) deixa claro: se a agricultura estiver no contexto da globalização perversa, ela se tornará uma mercadoria como qualquer outra e sua produção e consumo estarão submetidos à lógica do lucro. Girardi (2008) lembra

que o agronegócio tem sido o grande responsável pela concentração de terras e riquezas em nosso país.

Ao analisarmos as imagens dos dois capítulos que tratam da questão agrária nos livros didáticos selecionadas, pudemos perceber que a escolha desse material não foi feita a esmo, havendo a nítida finalidade de silenciar os debates a respeito das questões agrárias, contrapondo-se àquelas consideradas mais importantes pelos autores: agronegócio e a historicidade. Encontramos imagens históricas, como no caso da imagem em que Lampião fora fotografado junto com seu bando, além dos gráficos que quase em sua totalidade se preocupam em revelar dados a respeito da produção do agronegócio brasileiro.

Nosso percurso nos serviu para poder afirmar que o livro didático não deve ser entendido como referência única ao professor de Geografia; deve, antes, ser objeto de crítica, reflexão, (re)construção estabelecidos pela interação aluno-professor. Esses movimentos fazem-se necessários ao lançar o olhar sobre os diversos fatos e/ou fenômenos que fazem parte do nosso cotidiano, rompendo com as aparências e cedendo lugar às verdadeiras essências.

Por fim, o trabalho aqui que se encerra – pelo menos formalmente, já que a discussão a que ele se dispõe é inacabada, assim como o próprio processo de ensino-aprendizagem – encerra-se fortalecido por ter dado voz aos que estavam silenciados nas publicações didáticas. Nosso desejo é que o trabalho desperte nos professores de Geografia o rompimento com o silenciamento presente em textos e imagens, para dar voz a todos os que compõem o espaço geográfico repleto de lutas, de relações de poder e cenário dos fatos históricos.

REFERÊNCIAS

ABRALE; ABRELIVROS. **Para formar um país de leitores**: contribuições para a política do livro escolar no Brasil. São Paulo: Abrale; Abrelivros, 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec, 1992.

ALMEIDA, L. M. de; RIGOLIN, T. B. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 2005.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Alguma poesia. In: _____. **Reunião**: dez livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

ARRUDA, Roldão. "Concentração de terra resiste a ação de governo, diz atlas". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2009. NACIONAL.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Gêneros do discurso.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina**: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL. **Decreto n. 68.728, de 9 de junho de 1971**. Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. 1971. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 5 setembro 2008.

BRASIL. **Decreto n. 77.107, de 4 de fevereiro de 1976**. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. 1976. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 4 setembro 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. 1938. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 5 setembro 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. 1985. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 4 setembro 2008.

BRASIL. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. 1964. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 5 janeiro de 2009.

BRASIL. **Lei n. 5.327, de 2 de outubro de 1967.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar. 1967. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 4 setembro 2008.

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. 1993. Disponível em: < www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de julho de 2009.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 .** Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 17 setembro 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Panorama da educação nacional.** Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Ministério da Educação. **Geografia:** catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2009/ – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

BRASIL. **Portaria nº 2922, de 17 de outubro de 2003 .** Institui o Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM. 2003. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 20 setembro 2008.

BRASIL. **Portaria nº 542, de 10 de maio de 1995.** Determina à Fundação de Assistência ao Estudante - FAE que destine, mediante procedimentos adequados a cada situação, recursos para a aquisição de livros didáticos relativos às disciplinas de 5ª e 8ª séries do ensino fundamental ministrado nas escolas das redes públicas. 1995. Disponível em: < www.prolei.inep.gov.br>. Acesso em: 10 setembro 2008.

BRASIL. **Resolução FNDE n. 0006, de 13 de julho de 1993.** Destina recursos do orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para aquisição de livros didáticos para os alunos da rede pública de ensino fundamental. 1993. Disponível em: < www.prolei.inep.gov.br>. Acesso em: 10 setembro 2008.

BRASIL. **Resolução n. 38, de 15 de outubro de 2003.** Dispõem sobre o Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM. 2003. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 20 setembro 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In Graziano Neto, Francisco. **A tragédia da terra:** o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTANHO, E. G; NASCIMENTO, J, V; **Continuidades e descontinuidades Históricas em análise do discurso**. Revista Transdisciplinar de Letras, Educação e Cultura da UNIGRAN - Interletras, on line. Dourados, MS. v. 1, n. 6 e 7, jan.-jul. 2008. Disponível em:
http://www.unigran.br/interletras/ed_anteriores/n6_n7/textos/papel_morfologia.pdf. Acesso em 17 maio de 2008.

DIJK, T. A.V. Estruturas da notícia na imprensa. In: _____ **Discurso, cognição e interação**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 122-156.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança. Presidente Prudente: NERA, set. 2003**. Disponível:
http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf Acesso em: 15 abril de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 92).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.75. p. 83-129, 1999.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2.ed. São Paulo: Claraluz, 2007.

FOLHA ONLINE. Empresa brasileira fará parceria para produzir biocombustível em Gana. São Paulo, 21 abril 2008. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u394318.shtml>>.

FOLHA ONLINE. Leia a íntegra do discurso de Lula na reunião da FAO. São Paulo, 03 jun. 2008. Dinheiro. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u408450.shtml>>.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia Geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988**. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP, Campinas, 1993.

HOLANDA, G. **Programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro de 1930 a 1956**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1957.

KATTAH, Eduardo et. al. Terra sem lei – No ‘abril vermelho’, MST invade até universidade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2007. p. A8.

KRAJEWSKI, A. C.; GUIMARÃES, R.B; RIBEIRO W. C,. **Geografia: pesquisa e ação**. São Paulo: Moderna, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MONTEIRO, Tânia; ARRUDA, Roldão. “Abin monitora “aliança” entre MST e Paraguai para rever acordo de Itaipu”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2009. NACIONAL.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O Campo no século XXI: território de vida e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PEREIRA, Camila. Invasão na universidade. **Veja**, São Paulo, ano 40, n. 2028, p. 72-73, 03 out. 2007.

RUA, João. **Em busca da autonomia e construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático**. 1992. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SALGADO, Eduardo; PERES, Leandra. O beato rainha. **Veja**, São Paulo, ano 36, n. 1807, p. 72-80, 18 jun. 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. _____. São Paulo: Edusp, 1996.

SILVA, Jeane Medeiros. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Livros didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

VEIGA, José Eli da. Maravilhoso dragão da desigualdade? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 out. 2000. p. B2.

“*Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é a realidade que começa.*” A frase do arcebispo brasileiro D. Hélder Câmara sintetiza o que vamos trabalhar neste capítulo: os movimentos sociais e dos trabalhadores urbanos e rurais no mundo e no Brasil. Muitas vezes é mais fácil se alcançar um objetivo quando as pessoas interessadas se reúnem para lutar por ele.

A sociedade organiza-se por diversas causas na forma de movimentos sociais, e cada maneira de manifestar anseios resulta de situações específicas.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

A vida social no campo antecedeu a vida social urbana, e a mesma coisa ocorreu com a organização dos movimentos sociais. Embora existam poucos registros históricos, sabe-se que os escravos da Antiguidade resistiram à dominação, opuseram-se à ausência de direitos — como o direito ao voto — e inauguraram a rebeldia contra a ordem estabelecida.

Na Europa, principalmente na Baixa Idade Média, houve os “bandidos” salteadores, que roubavam senhores feudais e burgueses em estradas. Eles chegaram à ser personagens da Literatura: Robin Hood,

por exemplo, foi construído como o herói que “roubava dos ricos para dar aos pobres”. Para o historiador Eric Hobsbawm, eles podem ser vistos como iniciadores de uma resistência à concentração da riqueza. Infringiam as leis, mas eram apoiados pela maioria pobre, que, se não os protegia, também não os delatava. Assim, representavam a possibilidade de, ao desobedecerem a normas e leis, buscar uma estrutura social mais justa.

Um dos princípios dos movimentos sociais é justamente o de que é preciso lutar coletivamente contra uma situação para estabelecer novos moldes de organização da sociedade. Historiadores apontaram sobrevivências contemporâneas desse gênero de movimentos sociais rebeldes. Por exemplo, na província espanhola de Andaluzia, durante o século XIX, atuaram os *bandoleros*, camponeses que lançavam sua ira de maneira desorganizada contra as elites locais.

O Brasil também teve sua versão de “Robin Hood”. Os cangaceiros — entre eles o mais famoso foi Virgulino Ferreira da Silva (1897-1940), conhecido como Lampião — atacavam as fazendas e repassavam parte de sua “coleta” aos mais pobres, nas primeiras décadas do século XX (figura 1).



Figura 1 Lampião (em destaque) e seu bando, em Limoeiro (CE), em foto de 16 de junho de 1927.

Com o avanço das técnicas agrícolas, houve, no final do século XIX, um surto histórico de crescimento da produção de alimentos na Europa. Além disso, os principais países europeus importavam produtos primários de suas colônias, e os Estados Unidos passaram a fornecer alimentos ao mercado internacional. Esses aspectos, somados, derrubaram os preços agrícolas e inviabilizaram a vida de famílias camponesas, que abandonaram suas terras e dirigiram-se às cidades, onde se empregavam na indústria, então nascente. Um pouco mais tarde, porém, não foi mais possível à atividade industrial absorver todo esse êxodo rural; os camponeses, expropriados de suas terras, migraram para outros países.

No início do século XX, a luta pela terra ganhou contornos mais nítidos no México, na Revolução Mexicana, liderada por Emiliano Zapata e Pancho Villa. O primeiro, atuando no sul do país, realizou uma **reforma agrária**, desapropriando *haciendas* e distribuindo terras à população camponesa; o segundo destinou as terras a seus seguidores — em especial militares de alta patente —, que deveriam produzir e repassar os ganhos à população carente do país.

A luta pelo acesso à terra iria repetir-se ao longo do século XX. Da Revolução Russa de 1917, apesar da predominância de lideranças urbanas, resultou um sistema de produção agrícola baseado em fazendas coletivas — os *kolkhoses* — e em unidades menores, geralmente familiares — os *sovkhoses*.

Na Revolução Chinesa de 1949, a atuação da população camponesa foi predominante. Na década anterior, lideradas por Mao Tsé-tung, 100 mil pessoas haviam percorrido 12 mil quilômetros pelo país, entre 1934 e 1936. Após a tomada do poder, em 1949, o governo revolucionário de Mao Tsé-tung decretou a reforma agrária, uma das principais reivindicações da população camponesa.

Já na segunda metade do século XX, outros eventos combinaram movimentos camponeses e acesso ao poder político. O mais conhecido foi a Revolução Cubana, em 1959, quando guerrilheiros camponeses, acantonados em Sierra Maestra sob o comando do então jovem advogado Fidel Castro, tomaram o poder e destituíram o ditador Fulgêncio Batista.

AGORA É COM VOCÊ!

1 Leia o trecho da entrevista do filósofo francês Jacques Bidet, professor da Universidade Paris-X e diretor do periódico semestral *Actuel Marx*, editado pelo Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS) da França, concedida a Virgínia Fontes (LDH/Departamento de História/UFF), Letícia Palha Carvalho e Micheline Nussenzveig (*Ciência Hoje/RJ*). Elabore uma síntese

do pensamento de Jacques Bidet, posicionando-se diante das idéias que ele defende.

“*Ciência Hoje* — Ainda é possível falar em revolução?”

Jacques Bidet — Sim. Houve revoluções importantes cujas metas foram atingidas. É um ciclo que terminou, mas achar que a história acabou é ser ingênuo, porque ainda existem revoluções das forças produtivas, a informação generalizada, o maior acesso à cultura e essa violência extraordinária. Calcula-se, atualmente, que existam 200 milhões de escravos no mundo ou pessoas que trabalham num regime de quase escravidão no Paquistão, na Índia, em certas regiões da China, no Sudeste Asiático, no mundo árabe e no Brasil, provavelmente. Por outro lado, há um volume enorme de jovens aprendendo que a música atravessa fronteiras, que tudo passa pela internet etc. Eu acho que não podemos pensar que existe agora uma sociedade civil internacional regulamentada pelo mercado; isso é um absurdo. Quando [o filósofo alemão Immanuel] Kant (1724-1804) dizia que ninguém podia afirmar que possuía algo e [o filósofo inglês John] Locke (1632-1704) analisava a sociedade civil a partir do idílio e da propriedade comunal originária, eles estavam dizendo que a terra é de todos. Hoje, a mesma questão está voltando com muita força. Portanto, pensar que a lei do mercado vai se impor é uma ilusão. Já estamos em uma única e mesma máquina produtiva, e há o projeto de um contrato social universal, uma democracia universal que, creio, aumentará nos próximos 10 a 20 anos. Existem novas possibilidades para uma nova revolução de emancipação.”

Ciência Hoje, Rio de Janeiro: SBPC, n. 152, ago. 1999. p. 8-9.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO NO BRASIL

A luta pela posse da terra no Brasil remonta à época da colonização portuguesa. Se é verdade que os indígenas que viviam nas terras hoje pertencentes ao território brasileiro não opuseram resistência à invasão dos portugueses, não é menos verdade que, passado algum tempo, lutaram contra a presença europeia.

A escravização de integrantes das comunidades indígenas gerava revolta e resistência, muitas vezes com mortes dos dois lados. Porém, os indígenas levaram a pior e quase foram dizimados pelos colonizadores. Estima-se que viviam nas áreas que viriam a formar o Brasil entre 3 milhões e 5 milhões de indígenas que, no início do século XXI, não passavam de 300 mil, a maior parte na Amazônia.

Em diversas ocasiões, os povos indígenas organizaram-se contra a presença portuguesa, como na **Confederação dos Tamoios**. No sul do país, foram deslocados para a região das Missões, para ocupar uma área que era foco de disputa entre Portugal e Espanha.

Os escravos negros também resistiram à sua situação. Muitos deles conseguiram fugir e fundaram os

quilombos, organizações sociais distintas de tudo que havia no Brasil da época. Nesses lugares, afastados da dominação portuguesa, buscaram organizar outra ordem de relações sociais, onde pudessem retomar seus costumes e viver em liberdade. Geralmente, os quilombos ficavam em áreas de difícil acesso — como serras ou beira de rios a montante de cachoeiras — que dificultassem a chegada de seus perseguidores. O maior e mais conhecido quilombo no Brasil foi o de Palmares, na Serra da Barriga, atual município de União dos Palmares (AL). Nele viveu Zumbi dos Palmares, a mais expressiva liderança negra contra a escravidão. Zumbi foi escolhido pelo movimento negro do Brasil como o símbolo da luta contra a segregação racial.

Do estreito contato com povos indígenas, os negros acabaram adquirindo parte de seus hábitos. Do convívio forçado com a cultura européia, receberam a influência do catolicismo, que, combinado às tradições religiosas das nações africanas de origem (em especial de Angola, outra colônia de Portugal, de onde veio o maior número de escravos para o Brasil), resultou na interpenetração de cultos chamada de **sincretismo religioso**. Na luta da resistência à escravidão, os negros inventaram uma luta tipicamente brasileira: a capoeira.

Vestígios da organização quilombola são encontrados em diversos pontos do Brasil (figura 2). Nas comunidades remanescentes de quilombos, vivem descendentes de antigos escravos. A Constituição de 1988 reconhece o direito de seus moradores à posse das terras, para que possam manter seu estilo de vida.

Tanto descendentes dos quilombolas quanto povos indígenas enfrentam, ainda hoje, problemas ligados ao reconhecimento de suas terras (figuras 3 e 4, na página seguinte).

A existência de recursos minerais nessas áreas, a execução de projetos de aproveitamento hidroelétrico de rios e a demora na tramitação de documentos dificultam o reconhecimento da posse das terras, além de gerar conflitos com vizinhos e invasores. A história da exclusão de descendentes de escravos e dos povos indígenas da posse da terra correu paralelamente à da concentração fundiária no Brasil. Em 1534, a Coroa portuguesa criou a **Lei das Sesmarias**, que dividiu a colônia brasileira em capitânicas hereditárias. Com essa medida, a Metrópole procurava garantir a ocupação de seu território na América, para evitar que ele fosse invadido por outros povos.

As capitânicas foram concedidas a nobres do reino e algumas delas foram ocupadas na forma de *plantations*, com cultivo preferencial de cana-de-açúcar para exportação. O caráter hereditário, legalmente determinado, dessas imensas faixas de terra está na origem da concentração das terras no país.

A Lei de Sesmarias foi suspensa em 1822, tornando livre a ocupação de terras no país. Nessa época, muitas pessoas ocuparam terras, mas não tinham documentos de propriedade, daí serem chamadas de **posseiros**. Em 1850, com a criação da Lei de Terras, o governo passou a vender terras e regularizar antigas concessões e posses, visando a financiar a vinda de imigrantes para as fazendas, tendo como perspectiva a inevitável libertação dos escravos, que acabaria ocorrendo quatro décadas depois.

Como resultado, a terra no Brasil passou a ser uma mercadoria, gerando especulação em torno de seu preço e valor. Muitos posseiros tiveram dificuldades, principalmente financeiras, para reconhecer suas posses e foram expropriados por grandes proprietários de terra, que viam nas grandes fazendas uma reserva de valor monetário a ser aferido no futuro, mediante a venda das propriedades. Esse foi mais um capítulo da história da concentração fundiária no país.

O mais expressivo movimento camponês de que se tem notícia no Brasil do século XIX foi promovido por Antônio Conselheiro, líder religioso que mobilizou

Figura 2

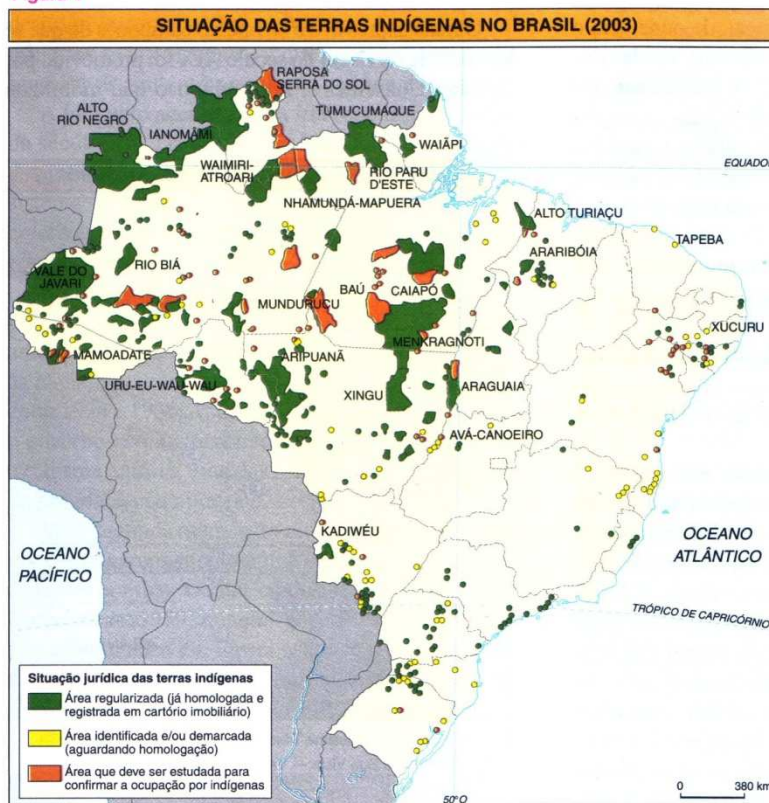


Fonte: CARRIL, Lourdes. *Terra de negros, herança de quilombos*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 13. Coleção Ponto de Apoio.



Figura 3 O movimento pela demarcação das terras indígenas de povos e lideranças indígenas. Na foto, manifestação pela demarcação de terras, em Brasília (DF), em 1993.

Figura 4



camponeses expropriados e negros libertos, levando-os a estabelecer-se no Arraial de Canudos, na Bahia, entre 1893 e 1897. Nesse local, a que deram o nome de Belo Monte, cerca de 10 mil pessoas desenvolveram formas alternativas de produção, promovendo o trabalho cooperativo de base familiar, sem

se importarem com a propriedade da terra. O pretexto usado pelo governo federal para combater esses potenciais subversores da ordem, que se negavam a pagar impostos, foi a suposta defesa da volta da Monarquia. O embate entre as forças governistas e os sertanejos comandados por Antônio Conselheiro terminou em um verdadeiro massacre da população.

A **Guerra de Canudos**, como o episódio ficou conhecido, foi registrada por Euclides da Cunha — na época, repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, deslocado à região para cobrir os acontecimentos — em sua magistral obra *Os sertões*.

Entre 1912 e 1916, eclodiu outra manifestação camponesa de vulto. Após finalizada a construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande, trabalhadores desempregados juntaram-se a camponeses sem terra, sob o comando do “monge” José Maria, também um líder religioso, e ocuparam várias localidades de uma área de litígio entre Santa Catarina e o Paraná,

por isso chamada de **Contestado**. Inicialmente, sofreram ataques das forças estaduais do Paraná, que defendiam os interesses do estado contra os supostos invasores catarinenses. Morto em combate o “monge”, o movimento cresceu e, a pretexto de ser monarquista, passou a ser combatido por forças federais. A **Guerra do Contestado** envolveu 20 mil camponeses e terminou com quase 3 mil mortos.

Na década de 1950, inicialmente em Pernambuco e depois em vários outros estados brasileiros, surgiram as **Ligas Camponesas**. O marco inicial do movimento encontra-se na criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, em 1954, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. A Liga da Galiléia, como ficou conhecida, opôs-se ao aumento

do foro, aluguel anual que os camponeses pagavam para cultivar terras abandonadas pelos senhores de engenho. O empenho do advogado Francisco Julião, então deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro, foi decisivo para a vitória do movimento, a partir da qual as Ligas Camponesas se expandiram

pelo Nordeste. A repressão a esse movimento foi o estopim de uma série de levantes camponeses pela realização da reforma agrária no Brasil.

Paralelamente, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ganhava adeptos; porém, sem ter atingido a mesma notoriedade que as Ligas.

A modernização das relações de trabalho no campo brasileiro permitiu a criação de sindicatos de trabalhadores rurais e culminou com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1963, congregando vários sindicatos rurais. Com o golpe militar de 1964, as iniciativas populares em geral foram sufocadas, e não foi diferente com as Ligas Camponesas e a Contag.

Durante os governos militares (1964-1985), a resistência camponesa contou com o apoio da Igreja Católica. Por meio das Comunidades

Eclesiais de Base (CEB), criadas na década de 1960, a Igreja manifestava sua "opção preferencial pelos pobres", cuja prática foi assumida por lideranças seguidoras da **Teologia da Libertação**. Como decorrência dessa decisão, surgiu, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passou a apoiar os movimentos sociais no campo. A CPT teve uma atuação destacada na afirmação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (**MST**), nascido em 1979, quando 110 famílias ocuparam a Gleba Macali, no município de Ronda Alta (RS). De lá para cá, o MST cresceu e desenvolveu diversas formas de luta, sendo as principais os acampamentos e as ocupações de terra (figura 5).

Um dos acampamentos mais importantes foi o de Encruzilhada Natalino, existente entre 1980 e 1981. Nele, mais de 600 famílias montaram seus barracos no entroncamento de uma rodovia no Rio Grande do Sul, para reivindicar o acesso à terra. Depois de muita luta, negociações e repressão, acabaram sendo assentadas. Leia o boxe.

As ações do MST seguem suas principais palavras de ordem: "Ocupar, resistir e produzir". Muitas vezes, a resistência gera mortes de sem-terra, como em Eldorado dos Carajás (PA), em 1996.

Figura 5



Fonte: FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 266.

Como funciona um acampamento do MST

"À primeira vista, os acampamentos parecem ser ajuntamentos desorganizados de barracos. Todavia, possuem disposições conforme a topografia do terreno e as condições de desenvolvimento da resistência ao despejo e das perspectivas de enfrentamento com jagunços. Podem estar localizados em fundos de vale ou espigões. Os arranjos são predominantemente circulares ou lineares. Nesses espaços existem lugares onde, muitas vezes, os sem-terra plantam hortas, estabelecem a 'escola' e a 'farmácia', bem como o local das assembléias. [...] Os sem-terra criam comissões ou equipes, que dão forma à organização. [...] Criam condições básicas para manter as suas necessidades: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho etc. Os acampamentos, freqüentemente, têm escolas, ou seja, barracos de lona em que funcionam salas de aula, principalmente as quatro primeiras séries do ensino fundamental; um barraco funciona como 'farmácia' improvisada. Quando no latifúndio, plantam em mutirão para garantir parte dos alimentos de que necessitam; quando na estrada, plantam entre a rodovia e a cerca; quando próximos de assentamentos, trabalham nos lotes dos assentados, como diaristas ou em diferentes formas de meação. Também vendem sua força de trabalho como bóias-frias para usinas de álcool e açúcar ou outras empresas capitalistas, ou para pecuaristas."

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. p. 294.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIDADE

Vamos estudar o **movimento operário**, que culminou com o **sindicalismo**. Em seguida, conheceremos outros movimentos sociais urbanos, formas de luta criadas para reivindicar melhores condições de vida na cidade, como moradia e serviços de saúde.

O movimento operário

A partir da Revolução Industrial, com a introdução das relações capitalistas de trabalho — em que o trabalhador recebe em função de uma atividade que desenvolve para o patrão — a jornada de trabalho passou a ser muito diferente. Quando trabalhavam no campo, os trabalhadores atuavam em um ambiente aberto; na fábrica, ao contrário, ficavam confinados por até 15 horas por dia. Essa foi uma das maiores transformações na paisagem verificadas com a Revolução Industrial e que mais afetou a vida dos trabalhadores.

Submetidos a longas jornadas de trabalho, das quais participavam também mulheres e crianças, os operários estavam muito cansados no final do dia de trabalho e freqüentemente adoeciam, em vista do ambiente insalubre. Era preciso fazer algo para melhorar tais condições, e com esse objetivo os trabalhadores começaram a reunir-se, dando origem a uma nova modalidade de organização social: os **sindicatos**. As lutas pela redução da jornada de trabalho e por melhores condições laborais geraram muitas conquistas ao longo dos anos (leia o boxe).

1º de maio, dia de luta

O 1º de maio foi instituído em todo o mundo como o Dia Internacional do Trabalho. No ano de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, um violento confronto entre operários que realizavam uma manifestação pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e policiais resultou na prisão dos líderes do movimento e na execução de cinco deles, no dia 1º de maio daquele ano. O episódio ficou conhecido como o **Massacre de Chicago**. Muitos sindicalistas promovem manifestações nessa data, que ficou marcada como um dia de luta dos trabalhadores.

Inicialmente, os sindicatos tinham uma base geográfica, ou seja, representavam os trabalhadores de certo município; depois, passaram a obedecer a outro critério, que permanece até hoje, inclusive no Brasil: a organização por categoria profissional, donde surgiram, por exemplo, os sindicatos de metalúrgicos, químicos, professores e médicos.

O ápice da organização dos trabalhadores no século XIX foi a realização em 1864, em Londres, da primeira reunião da Associação Internacional dos Trabalhadores, que objetivava estruturar a luta con-

junta por direitos trabalhistas, contando com a participação de representantes de várias partes do mundo. Esse encontro levou à formação da chamada **I Internacional**, que durou até 1876. A II Internacional foi organizada em 1889 e encerrada em 1914. Já a III Internacional, inaugurada em 1919, findou-se em 1947 junto à idéia de uma revolução socialista internacional, até então preconizada pelas organizações dos trabalhadores.

As diferentes concepções de sociedade defendidas por grupos anarquistas, comunistas e socialistas não foram articuladas em nenhum dos encontros, fragilizando o movimento operário internacional.

Uma das estratégias utilizadas pelos sindicatos é a **greve**, que significa a paralisação do trabalho como forma de pressionar os patrões para a obtenção de determinado objetivo, como reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Com sua atuação, os sindicalistas conseguiram vitórias importantes, como o **contrato coletivo de trabalho**, pelo qual negociam com os patrões em nome de toda uma categoria, com a vantagem de que as vitórias na negociação são repassadas a todos os que a integram.

Na década de 1990, o sindicalismo sofreu um forte revés. Com o aumento dos índices de **desemprego** em grande parte do mundo, a mobilização dos trabalhadores passou a ser mais difícil, diminuindo a capacidade de pressão dos sindicatos. Além disso, verificou-se uma diminuição no número de filiados, o que acarreta maior dificuldade de manter os trabalhadores unidos.

O aumento do desemprego levou os sindicatos a mudarem sua pauta de reivindicações; eles passaram a lutar pela manutenção de postos de trabalho e pela redução da jornada. O raciocínio é simples: com jornadas menos longas, são necessários mais trabalhadores para desenvolver as atividades, o que ajuda a diminuir o desemprego. Essa bandeira tem sido levantada em vários lugares do mundo, e o debate está muito acirrado. Em alguns países, como na França, a jornada passou a ser de 36 horas semanais, enquanto no Brasil ela permanecia em 44 horas no ano 2003, embora alguns acordos específicos já venham sendo feitos no sentido de diminuir esse número.

O movimento operário no Brasil

No Brasil, a organização sindical teve início no começo do século XX e foi nutrida por um intenso debate: de um lado, os anarquistas, oriundos principalmente da Itália; de outro, comunistas e socialistas, que reproduziam no país uma articulação política — também presente em outros países — para combater o anarquismo. Leia o boxe a seguir.

Anarquismo e socialismo

“Os inovadores comportamentos políticos das gerações jovens seriam resultantes de uma relativa emancipação do controle da família e da escola, bem como do desenvolvimento de uma ‘cultura’ específica da adolescência e da juventude.”

Entre os projetos políticos alternativos ao sistema capitalista, o anarquismo e o socialismo sempre atraíram o interesse de muitos jovens.

Segundo o *Dicionário de política*, “o termo *anarquismo*, ao qual freqüentemente é associado o de ‘anarquia’, tem uma origem precisa do grego — sem governo: através deste vocábulo se indicou sempre uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sociopolítico em que todos deverão ser livres [...]. Com a Revolução Francesa e com o desenvolvimento industrial, nasce e se firma um tipo de anarquismo a que pode ser dado o nome de ‘moderno’ e que permanece ainda no debate político de nossa época [...]. Esta nova sociedade tem como fundamento próprio é como condição essencial e única a liberação do indivíduo, em nível individual e social, de toda a imposição externa [...]. A base social da organização anárquica, paralela à econômica, é constituída [...] pelo próprio indivíduo ou pelo núcleo familiar. Estes, unidos num certo território geográfico e tendo interesses e atividades coletivas afins, constituem a comuna dentro da qual todos são iguais e as decisões são tomadas por iniciativas de todos, numa espécie de democracia direta [...].”

O socialismo, por sua vez, tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica e política), através da intervenção dos poderes públicos.”

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução: João Ferreira (Coord.). Brasília: Editora UnB, 1995. v. 1, p. 23, 24; v. 2, p. 1.205, 1.196-1.197.

As diferenças entre os dois grupos expressavam-se nas formas de luta que preferencialmente adotavam. Os anarco-sindicalistas consideravam a greve a principal forma de luta e defendiam a organização sindical autônoma; já os demais acreditavam na negociação com os patrões, preterindo a greve. Esse debate entre visões do movimento operário esteve presente em 1906, quando ocorreu o Congresso Operário Brasileiro, no qual os anarquistas saíram vitoriosos.

Dois anos depois, o movimento sindical conseguiu organizar a Confederação Operária Brasileira, a primeira a reunir os trabalhadores obedecendo à repre-

sentação estadual e reforçando o caráter federativo do país. As grandes greves ocorridas entre 1917 e 1919, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram realizadas sob o comando das federações anarquistas.

A partir de 1922, com a fundação do PCB (na época, Partido Comunista do Brasil), os anarquistas começaram a perder sua força no movimento operário. Os membros do PCB defendiam uma aliança tática com a burguesia industrial emergente, contra os cafeicultores. Essa posição era decorrente da política da III Internacional, que pregava a realização, nos países pobres, das tarefas do capitalismo (reforma agrária, eleições democráticas e industrialização) antes da revolução socialista. Ao apoiar a política de desenvolvimento industrial, o partido visava à expansão da classe operária, para ele a única capaz de realizar a revolução socialista. Os camponeses não eram chamados a compor as alianças do Partido até que, em 1928, o Bloco Operário, criado dois anos antes pelo PCB, na tentativa de formar uma frente única para combater os opressores da classe operária, tornou-se Bloco Operário-Camponês. Este passou a ser considerado o principal interlocutor dos trabalhadores junto ao governo, até a chegada à Presidência de Getúlio Vargas, que tornou o PCB ilegal, levando seus militantes à clandestinidade.

No período de 1930 a 1945, com Vargas no poder, a organização dos trabalhadores foi reprimida pelo governo e os sindicatos perderam a autonomia. Para se filiar a alguma organização internacional, por exemplo, tinham de pedir autorização ao Ministério do Trabalho. Essa submissão foi agravada em 1937, quando Vargas consolidou a ditadura. Em 1943, pela Constituição, alterou a legislação trabalhista brasileira com base na *Carta del lavoro* italiana, de orientação nitidamente fascista, criando a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Vargas foi o responsável pela difusão do **populismo** no Brasil e inaugurou uma outra face do sindicalismo, denominada de **peleguismo**, submetida aos interesses dos patrões.

Na década de 1950, o sindicalismo brasileiro enfrentou, com muitas greves, a inserção do país no capitalismo internacional; todavia, os resultados não foram bons. O salário mínimo, criado por Vargas, por exemplo, não cresceu na mesma proporção em que cresceu a economia brasileira.

A ditadura militar, implantada em 1964, representou outro forte revés para o movimento sindical. As intervenções nos sindicatos foram freqüentes e muitos tiveram a direção nomeada pelos governantes militares. No final da década de 1970, com a abertura política gradual do governo do general João Figueiredo, o sindicalismo brasileiro voltou a se for-

tales. Na região mais industrializada do país — o ABC, na Grande São Paulo —, a crise econômica ameaçava os trabalhadores com o desemprego e o arrocho salarial. Entre as novas lideranças sindicais, emergiu Luiz Inácio Lula da Silva (figura 6), eleito presidente da República em 2002.



Figura 6 No final da década de 1970, os metalúrgicos do ABC paulista organizaram uma forte campanha da categoria contra o desemprego e a redução salarial. Na foto, assembleia dos metalúrgicos do ABC no estádio de Vila Euclides, São Bernardo do Campo (SP), em 1979.

Retomada a organização sindical, a volta das centrais sindicais foi uma questão de tempo. As mais importantes são a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. Fundada em 1983 e liderada até o ano 2003 por metalúrgicos do ABC paulista, a CUT congrega mais de 2.500 sindicatos, incluindo parcela importante dos sindicatos de servidores públicos. A Força Sindical, cuja principal base é o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi criada em 1991 e reúne mais de 700 sindicatos. As centrais sindicais passaram a representar os trabalhadores em rodadas de negociações com patrões e governo.

Na década de 1990, o sindicalismo brasileiro sofreu um refluxo, acompanhando a tendência mundial. Os sindicatos perderam filiados e alteraram suas bandeiras de luta. A manutenção de postos de trabalho e a redução da jornada de trabalho passaram a ocupar a pauta de reivindicações.

Os movimentos sociais urbanos

Na década de 1970, surgiram novas formas de organização social cujos objetivos não são a conquista da terra ou a melhoria das condições de trabalho. Foram chamadas de **movimentos sociais urbanos** porque, além de ocorrerem em cidades, estão vinculadas à demanda de serviços e equipamentos urbanos. Além delas, outras formas de luta, conhecidas como **novos movimentos sociais**, expressam demandas de grupos específicos da sociedade, como as mulheres, os negros e os homossexuais.

344

Os movimentos sociais urbanos são vinculados à luta pela moradia, pelo atendimento à saúde, por equipamentos de infra-estrutura pública (como esgotos e iluminação); enfim, pelo acesso a tudo o que a cidade oferece às camadas mais abastadas. Eles foram destaque na década de 1970, na França e na Espanha, e apontados como uma novidade, se comparados ao sindicalismo. Os analistas acreditavam que a novidade trazida por esses movimentos era a perda da identidade de classe social, já que deles participavam pessoas de diferentes situações sociais, ainda que de alguma forma excluídas.

No Brasil, os movimentos sociais urbanos ocorrem principalmente nas grandes cidades, por exemplo, os de Salvador (por melhorias no transporte coletivo), de Fortaleza (por moradia), do Rio de Janeiro (pela urbanização de favelas) e de São Paulo (por moradia e serviços de saúde).

AGORA É COM VOCÊ!

- 2 Leia o texto e destaque as causas apontadas para o desemprego.

“No final do século XX, o mundo testemunha o progresso de longo alcance das telecomunicações, da tecnologia da computação e da engenharia de produção. Estas constituem uma alavanca vital no processo de transferência das indústrias: os centros de tomada de decisão das corporações estão em contato permanente e instantâneo com os locais de fabricação e as linhas de montagem em todo o mundo. As inovações de alta tecnologia dos anos 1980 e 1990 representam, no capitalismo global atual, um poderoso instrumento de controle e supervisão mundiais das corporações. A empresa global minimiza os custos do trabalho em escala mundial por sua capacidade de conectar-se eletronicamente com os locais de produção com mão-de-obra barata em todo o planeta (ou de subcontratá-la): empregados são demitidos em um país (de altos salários), a produção é transferida para outro país (de baixos salários), um número menor de trabalhadores tem sua jornada aumentada e recebe salários substancialmente mais baixos.”

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999. p. 86.

- 3 Proponha estratégias para combater esse problema.

Os novos movimentos sociais

Por novos movimentos sociais entendem-se aqueles que envolvem lutas contra a **discriminação**. Nesse quadro pontuam com maior vigor os movimentos feminista, negro e dos homossexuais.

Não foi fácil para as **mulheres** conquistarem a cidadania. Até o século XIX, em muitos países do mundo, elas não podiam votar; no Brasil, só conquistaram esse direito em 1932.

A situação vem paulatinamente se alterando. As mulheres passaram a competir com os homens no mercado de trabalho e a ocupar cargos públicos no Brasil e no mundo, e sua luta não se limita a esses temas. Outros, como salário igual para função igual à dos homens, instalação de equipamentos públicos, como creches e escolas junto ao local de trabalho e ampliação da licença-maternidade, fazem parte de suas reivindicações. Outras demandas estão ligadas à saúde reprodutiva, como a legalização do aborto, que em muitos países ainda não ocorreu, incluindo o Brasil. Relegadas a segundo plano por séculos, as mulheres avançaram em sua consciência, chegando à compreensão da necessidade de mudanças estruturais na sociedade e no Estado para a conquista da equidade de gêneros. Apesar desses avanços, ainda sofrem discriminações e violência (leia o boxe).

Violência de gênero

“Os diferentes tipos de violência não incidem da mesma forma sobre as duas categorias de gênero. Os homens estão muito mais expostos à violência cometida por outros homens em lugares públicos, assim como a perpetrada por policiais. As vítimas privilegiadas da violência doméstica são as mulheres e, quando se leva em consideração o abuso sexual, as crianças, especialmente meninas. Ou seja, estas são as grandes vítimas da violência de gênero, sobretudo a cometida domesticamente.

No Brasil, só existem dados globais sobre violência física. Em 1988, as mulheres constituíam 66% das vítimas de agressões físicas cometidas por parentes; os homens compareciam, portanto, com apenas 34% do contingente vitimizado. A distribuição da violência intrafamiliar por faixa etária sugere várias hipóteses explicativas. Exceção feita às crianças, que podem ser espancadas pelas mães, os agressores de homens são, quase sempre, homens. Quanto às mulheres, são raras as vítimas de violência física cometida por outra mulher, sendo os agressores, na maioria esmagadora dos casos, também homens.

A sociedade estimula a conversão da agressividade masculina em agressão, ao passo que coíbe este processo na mulher. Desde cedo, os meninos querem conquistar o espaço público, envolvendo-se em desobediências à mãe e ao pai. A menina, em virtude de sua socialização para a docilidade e seu aproveitamento precoce em trabalhos domésticos, é menos exposta à agressão materna e paterna.

Nos grupos de idade entre 18 e 29 e entre 30 e 49 anos, as agressões podem provir de parentes de idade próxima à da vítima, uma vez que os homens costumam disputar espaço em várias áreas da vida. São educados para competir. Na última faixa etária, os homens tanto podem se envolver em rixas com outros homens da família como também, numa idade mais avançada, sofrer agressões de filho ou filha. [...]”

ONU/Pnud/Ipea. *Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil 1996*. p. 143.

O movimento negro nos Estados Unidos teve em Martin Luther King Jr. (figura 7) uma de suas maiores lideranças. Ele organizou várias manifestações anti-racistas, como as de meados da década de 1950, em Montgomery, no Alabama, cidade onde havia ônibus para negros e ônibus para brancos. King propôs, com sucesso, que a população negra não usasse os ônibus por vários dias e desenvolvesse suas atividades normalmente, deslocando-se a pé pela cidade. Passados alguns dias, os empresários resolveram acabar com a discriminação no transporte coletivo.

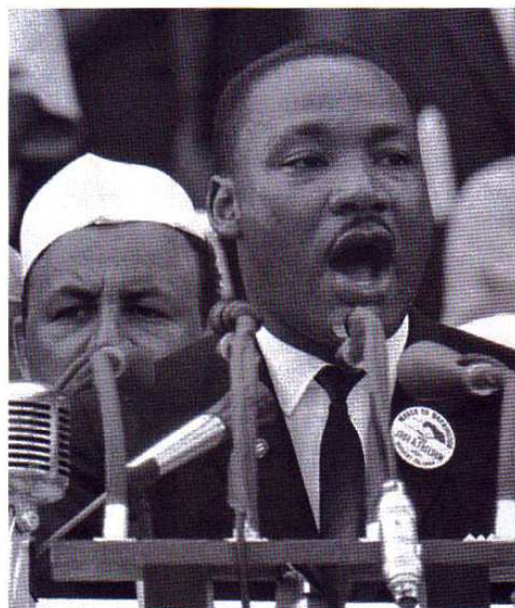


Figura 7 O líder negro norte-americano Martin Luther King discursando em Washington, EUA, em agosto de 1963.

Nos Estados Unidos, os negros conseguiram implementar a **discriminação positiva**, a partir da qual uma pessoa negra tem garantidos direitos, como acesso a universidades e a postos de trabalho. O argumento usado em defesa dessa proposta foi o de que, durante a escravidão, os negros não puderam se desenvolver em condições iguais às dos brancos, o que acabou sendo agravado depois que a escravidão acabou, já que os brancos continuaram em vantagem num mercado de trabalho altamente competitivo.

No Brasil, apesar de se afirmar que não existe preconceito racial, os negros enfrentam barreiras para conseguir emprego e recebem menos que os brancos, ainda quando fazem a mesma tarefa. Por isso, o movimento negro está crescendo, tendo como principal reivindicação condições de trabalho iguais às

dos brancos. Esse quadro tem reflexos na qualidade de vida da população negra do país, incluindo a sua expectativa de vida, que é mais baixa que a da população branca.

O **movimento dos homossexuais** é o mais controverso e o que enfrenta maior preconceito (figura 8). Embora durante muito tempo tenha se afirmado que a homossexualidade era uma doença ou um desvio da natureza humana, os militantes homossexuais, apoiados em estudos psicológicos e socioculturais, defendem que a escolha sexual é um direito de cada indivíduo.

Em vários países do mundo, estudos indicam que a comunidade homossexual possui grande capacidade de consumo, o que tem despertado a atenção de empresários de certos setores, como o do turismo. Nesse segmento, existem serviços — agenciamento de viagens e hotelaria — que atendem especificamente a homossexuais. Isso ocorre também com bares e danceterias, em especial nos grandes centros urbanos.



Figura 8 Parada gay em Nova York, nos Estados Unidos, em junho de 1999. Realizada todos os anos, ela reúne milhares de homossexuais masculinos e femininos, que lutam pelo reconhecimento de sua opção sexual. As cores do arco-íris são o símbolo internacional do movimento gay, como aparece na bandeira e na faixa.

A maior dificuldade que os homossexuais enfrentam, além do preconceito, está no reconhecimento legal da união homossexual, que ocorre quando duas pessoas do mesmo sexo vivem juntas, estabelecendo uma situação conjugal. Como todo casal, acabam desenvolvendo vida comum, adquirindo e desfrutando bens, como casas, automóveis, obras de arte, eletrodomésticos etc. Em caso de separação ou morte de um parceiro, como a união ainda não é reconhecida, a partilha de bens ou da herança é particularmente difícil de ser resolvida pela Justiça.

CONEXÕES

- 1 Na roda de capoeira, o mestre puxa o canto, que é repetido pelos jogadores. Leia o canto abaixo e discuta a situação dos negros no Brasil. Que expressão do texto sintetiza a situação dos negros no Brasil? Justifique a sua resposta.

“Ele também era escravo
 Na senzala ele lutou
 Trabalhava o dia inteiro
 Ainda apanhava do senhor
 Olha o negro, olha o negro (coro)
 Olha o negro, meu senhor (coro)
 Trabalhei na minha terra
 Roçando a capoeira
 Eu roçava os matos altos
 Só deixei matos rasteiros
 Olha o negro, olha o negro (coro)
 Olha o negro, meu senhor (coro)
 Trabalhei igual um burro
 Naquele canaviá
 Já não sou acorrentado
 Mas tenho que trabalhar
 Olha o negro, olha o negro (coro)
 Olha o negro, meu senhor (coro)
 Escolhi negros mais fortes
 Pra lutar a liberdade
 Capoeira nasceu no mato
 Agora está na cidade
 Olha o negro, olha o negro (coro)
 Olha o negro, meu senhor (coro)
 Agora vim pra cidade
 Na esperança de vencer
 Eu trabalho numa fábrica
 Ganho mal dá pra comer
 Olha o negro, olha o negro (coro)
 Olha o negro, meu senhor (coro)
 Esta luta continua
 Para todos praticar
 E é cultura brasileira
 E a vocês posso provar
 Olha o negro, olha o negro (coro)
 Olha o negro, meu senhor (coro)”

SILVA, Gladson de Oliveira. *Capoeira: do engenho à universidade*. São Paulo: O Autor/Cepeusp, 1995. p. 215-6.

AGORA É COM VOCÊ!

- 4 Observando a charge abaixo, de Angeli, elabore um texto que inclua as seguintes expressões: sesmaria, Lei de Terras, Estatuto da Terra, reforma agrária e produção de alimentos.



FOLHA-IMAGEM



PONTO DE VISTA

Após a leitura, elabore um resumo com os principais exemplos de discriminação social do texto a seguir.

"A desigualdade é um mal contra o qual não existe vacina, e que só diminui aos poucos se efetivamente submetido a uma árdua [...] e paciente ofensiva. Nos EUA, terceiro colocado na classificação mundial do desenvolvimento humano, a taxa de sobrevivência da população negra é bem inferior à da periférica China, o país que aparece em 98º lugar. Ou seja, os negros americanos não sofrem apenas uma privação em termos de renda *per capita* quando comparados aos americanos brancos. [...]"

A comparação de 13 programas brasileiros de combate à pobreza rural realizada por Joachim von Amsberg [...] trouxe muitas surpresas. Uma delas é que o menor custo público por unidade de benefício foi o encontrado no pro-

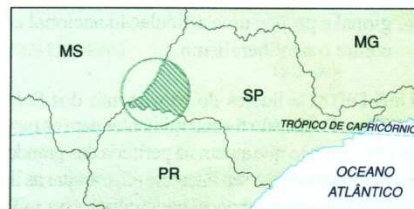
grama de assentamentos. Essa relação é três vezes menor que a distribuição de alimentos. Cada posto de trabalho criado com assentamentos rurais teve custo médio que despencou de R\$ 7 mil, em 1995, para R\$ 3 mil, em 1999. Cada família assentada exigiu investimentos do governo federal de R\$ 1,2 mil em infra-estrutura e quase R\$ 13 mil na obtenção do imóvel. Mas este custo do recurso fundiário, que em 1995 chegava perto de R\$ 20 mil, foi caindo à medida que aumentava a escala do programa, aproximando-se de R\$ 8 mil em 1999. Com uma estimativa conservadora, de três ocupados por família assentada, conclui-se que ainda não foi inventada política pública mais barata da qual possam brotar tantas novas oportunidades de geração de renda, além de tanta distribuição de ativos."

VEIGA, José Eli da. Maravilhoso dragão da desigualdade? In: *O Estado de S. Paulo*, 7 out. 2000. p. B2.

Questões dos vestibulares e do Enem

Responda as questões discursivas e os testes em seu caderno

- 1 (UFRGS-RS) A área destacada é uma região do estado de São Paulo cujas principais atividades são a pecuária de corte, culturas de soja e cana-de-açúcar, além de agricultura pouco desenvolvida de produtos alimentares. Essa região ganhou projeção nacional em 1990, quando o MST realizou ocupação em terras devolutas existentes na área. Passados quase dez anos da ação do MST, essa região é altamente conflituante, assim como outras do Brasil, como Nonoai (RS), Eldorado do Carajás (PA) e áreas do Sertão da Bahia.



A área em destaque no mapa é conhecida por:

- a) Baixo Pantanal. d) Conceição do Araguaia.
b) Alto Paraná. e) Pontal do Paranapanema.
c) Bico do Papagaio.

- 2 (Cesgranrio-RJ) Atualmente, a luta pela terra no Brasil adquire nova configuração com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Assinale a opção que caracteriza corretamente esse movimento social.
- Movimento de caráter político, que visa a obter respostas do Poder Judiciário para questões fundiárias das cidades grandes.
 - Movimento organizado de trabalhadores, com perspectivas de solução da questão da terra por meio de projetos de reforma agrária.
 - Ação de grupos sociais liderados por setores progressistas da Igreja Católica, com o objetivo de acelerar a reforma agrária na Amazônia.
 - Associação espontânea de trabalhadores, com o objetivo principal de resolver conflitos de terra no estado de São Paulo.
 - Organização de trabalhadores urbanos desempregados, que buscam, no retorno ao campo, uma solução para sua própria sobrevivência.
- 3 (Uece) Identifique a proposição que apresenta a melhor medida para atender a situação do MST:
- Construções urbanas como conjuntos do BNH.
 - Uma ampla reforma agrária e agrícola no país.
 - Doação de terras nas regiões de mais conflitos da Amazônia Ocidental.
 - Reforma administrativa para criar empregos.
- 4 (UFF-RJ) O Exército Zapatista de Libertação Nacional lidera um dos principais movimentos organizados de resistência na América Latina. Afirma-se corretamente que esse movimento é:
- de caráter popular guerrilheiro, comandado formalmente pelo narcotráfico, e que pretende manter o domínio sobre os produtores de coca da região de Chiapas.
 - forte, de alcance internacional, e objetiva formar uma união federativa entre as nações indígenas em conflito na América Central.
 - basicamente de escala nacional, visa à independência do México em relação aos Estados Unidos e propõe sua desvinculação do Nafta.
 - antes de tudo atuante na escala global e visa a impor uma nova ordem econômica que reforce o papel dos Estados-nação.
 - constituído basicamente por camponeses pobres do sul do México, visa à autogestão no nível regional e propõe uma articulação nacional e global contra o neoliberalismo.
- 5 (UnB-DF) “Os líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pontal vão formar militantes para os movimentos dos sem-teto que atuam na periferia das grandes cidades e confirmaram o seu interesse em estreitar as ligações com os ‘sem-terra urbanos’ para utilizar essa militância, se for necessário, em ações no campo. Os objetivos dos sem-terra e dos sem-teto são praticamente os mesmos.” (Sem-terra voltam a ameaçar governo com novas invasões. *Correio Braziliense*, 24 ago. 1997, com adaptações.)

Julgue os itens seguintes, relativos ao tema abordado no texto acima.

- No contexto do crescimento urbano experimentado em várias cidades brasileiras, está a especulação imobiliária do solo urbano, ao lado da falta de infra-estrutura, fatos que corroboram o quadro de periferização e de invasões nas cidades.
- A dificuldade de acesso à moradia na cidade é uma consequência natural do processo de metropolização, qualquer que seja a região ou o país.
- Os problemas suscitados pela rápida urbanização no Brasil têm sido resolvidos satisfatoriamente, sinalizando o esvaziamento do movimento dos sem-teto nos próximos anos.

6 (Uerj)

Texto I

“No contexto maior da economia colonial, a produção para o mercado interno — gado e alimentos — apresentava um forte caráter de subordinação face à grande produção de exportação. (...) Enquanto os compradores compareciam a um mercado de preços tabelados, os produtores de alimentos são obrigados a comprar os gêneros de que necessitam — escravos, ferros, tachos, armas — em um mercado livre, quase sempre com preços estabelecidos na base do exclusivo colonial, sem qualquer concorrência.” (Francisco Carlos Teixeira da Silva. In: LINHARES, M. Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.)

Texto II

“A luta pelos alimentos como direito e pela comida sadia é das menos obscurantistas que pode haver, reflete o direito à vida e à escolha do que comer e ser informado sobre o que está comendo. É uma luta dos direitos do consumidor contra a lógica voraz dos grandes consórcios alimentícios, dentre os quais se destaca o Monsanto — que ocupa vários cargos no governo Bush, tal sua força e voracidade.” (Emir Sader. In: *Época*, março de 2001.)

O primeiro texto procura contextualizar a produção para o abastecimento interno no Brasil Colônia, enquanto o segundo refere-se à invasão de uma propriedade do Monsanto, produtor internacional de alimentos, por ambientalistas e pelo MST, durante o Fórum Social Mundial contra a globalização, realizado em Porto Alegre.

A alternativa que aproxima os dois textos por apontar uma semelhança entre o processo brasileiro de produção de alimentos, no passado e no presente, é:

- A produção agrícola se mantém subordinada a interesses externos.
- O Estado deixa para agricultores de subsistência a tarefa da produção alimentar.
- As políticas públicas para o setor agrário provocam preços altos dos produtos exportados.
- As ações do Estado priorizam a produção alimentícia através de consórcios internacionais.

ANEXO B – Geografia – Geografia Geral e do Brasil. Editora Ática - Cap. 49:
A agricultura e a pecuária no Brasil: estrutura fundiária

434 UNIDADE V – FRONTEIRAS TECNOLÓGICAS: PROGRESSO E EXCLUSÃO

CAPÍTULO 49

A agricultura e a pecuária no Brasil: estrutura fundiária

“A incorporação do atual território brasileiro na economia-mundo moderna, a partir do século XVI, deu-se basicamente através da agricultura.

A fundação do novo país, portanto, foi marcada pela exploração da biomassa vegetal (pau-brasil).

O choque entre a exuberância ecológica de nosso território e a motivação de ganho imediato, típica de uma colônia de exploração, deu origem a um modelo predatório de agricultura que dominou todo o período colonial, permaneceu por todo o período da monarquia independente e, ainda hoje, apesar das mudanças tecnológicas e da diversificação produtiva ocorridas no século XX, continua exercendo forte influência sobre as mentalidades e as práticas no campo brasileiro.”

(Adaptado de: José Augusto Pádua. Em: Aspásia Camargo e outros, orgs. *Meio ambiente – Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92*. São Paulo, Estação Liberdade/FGV/Instituto Socioambiental, 2002. p. 190.)

No setor agropecuário brasileiro, a alta tecnologia do agronegócio convive com a precariedade de recursos de certos tipos de cultura. Apesar da nossa grande produção, importamos gêneros agrícolas. Essas não são as únicas incoerências que encontramos neste setor. Este capítulo vai lhe mostrar as principais características e os maiores problemas da agricultura brasileira.

■ Latifúndio, monocultura, escravidão

O modelo implantado no Brasil no período colonial era fundamentado no trinômio: grande propriedade, monocultura de produtos destinados ao mercado externo e mão-de-obra escrava.

Nos séculos XVI e XVII a cana-de-açúcar era o produto predominante. O algodão e o fumo destacavam-se como culturas secundárias.

Outra característica marcante dessa época foi o fato de as terras serem tratadas como “produto descartável”, pois, quando se esgotavam, eram substituídas por outras. Isso ocorria porque a extensão territorial era grande, e as terras eram consideradas recurso inesgotável.

Já independente, o país conheceu a riqueza e a prosperidade da cultura do café (1870-1929), que foi a grande responsável pela ocupação de extensas áreas dos estados de São Paulo e Paraná, principalmente.

■ A agricultura brasileira após a industrialização

A realidade das atividades do campo reflete atualmente a transição do modelo econômico do país de agroexportador para subdesenvolvido industrializado. Conforme a indústria se tornava o eixo principal da economia brasileira – processo consolidado a partir da década de 1950, quando a economia do país era cada vez mais controlada pelas transnacionais –, a agricultura ficava mais dependente e subordinada à indústria e aos interesses econômicos de grupos brasileiros e internacionais.

Podemos afirmar que a agricultura brasileira atual apresenta as seguintes características, muitas delas herdadas do período colonial:

- *Industrialização da agricultura*: no Centro-Sul do Brasil, grande parcela das lavouras está inserida no processo da industrialização da agricultura, em que todas as etapas da produção (o que, quando e quanto produzir, o tamanho da área a ser cultivada, etc.) são controladas pela indústria. Portanto, o meio urbano controla o rural. Nesse processo que subordina o campo à cidade, é marcante a presença de grupos transnacionais. Podemos citar como exemplos a Nestlé (alimentos), a Agrocerec (sementes) e a Massey Ferguson (tratores e máquinas).

- **Predomínio da agricultura extensiva:** exploração de grandes extensões de terra, concentradas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O uso reduzido de capital, máquinas, adubos e fertilizantes gera baixa produtividade agrícola.
- **Subutilização do espaço agrícola:** menos de 10% do espaço geográfico brasileiro é aproveitado economicamente no cultivo de lavouras permanentes (que durante muitos anos oferecem várias colheitas), como as de café e banana, e de lavouras temporárias (que oferecem uma única safra e por isso são cultivadas anualmente), como as de milho e cana-de-açúcar.
- **Predominância da produção de gêneros agrícolas destinados à exportação, com prejuízo dos produtos alimentícios.**

Brasil – Principais produtos agrícolas

Nossos principais produtos agrícolas para exportação são a soja e seus derivados, a cana-de-açúcar, o suco de laranja e o café. Essas lavouras ocupam nossos mais férteis solos cultiváveis, são dotadas das mais modernas máquinas do setor e beneficiadas por avançados estudos no campo biotecnológico.

Entretanto, o lucro gerado pela exportação desses gêneros não é revertido para o setor. Ajuda a pagar a dívida externa e a comprar bens manufaturados de tecnologia de ponta para o nosso parque industrial.

Na tabela de gêneros para o mercado interno destacam-se o feijão, a mandioca e o algodão. Além desses, são cultivados arroz, batata, cebola e milho. Nessas culturas, que ocupam muitas vezes terras de pior qualidade, não há aplicação de técnicas sofisticadas, como nas lavouras de exportação.

As condições naturais (clima, solo) em nosso país são, de modo geral, favoráveis às atividades agrárias.

Como já ressaltamos, os problemas de nossa agricultura estão mais ligados à herança colonial de um modelo voltado para a exportação e à falta de uma política de apoio ao setor agrário mais eficiente.

Atravessado pelo Equador e estendendo-se além do trópico de Capricórnio, o Brasil tem vocação para uma diversificação de produtos agrícolas, apesar do predomínio de produtos tropicais.

Podemos classificar os tipos de lavoura praticados no Brasil de duas formas.

De acordo com o objetivo da produção:

- **Agricultura comercial:** algodão, cana-de-açúcar, soja.
- **Agricultura de subsistência:** feijão, arroz, milho, mandioca, que podem também ser produzidos comercialmente.

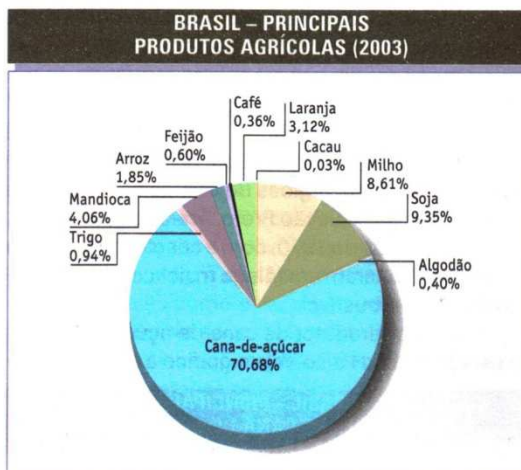
De acordo com a periodicidade da safra:

- **Lavoura temporária:** em que os produtos são cultivados anualmente e têm uma única safra.

- **Lavoura permanente:** em que os produtos são plantados em determinadas épocas, oferecendo várias colheitas em anos consecutivos. São produtos quase sempre de agricultura comercial: café, cacau, laranja, maçã, banana e uva.

Vamos ver a seguir alguns desses produtos classificados segundo a periodicidade de sua safra.

Lavouras temporárias



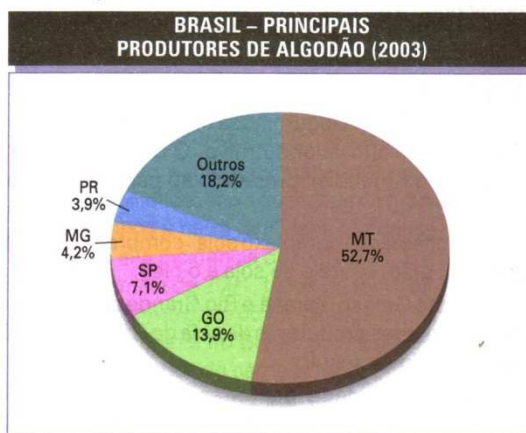
Fontes: 1. Levantamento sistematizado da produção agrícola. <www.ibge.gov.br>. 2. <www.faostat.fao.org>. Acesso em mar. 2004.

Algodão

Cultivo tradicional desde o tempo da colônia, o algodão destacou-se no Sertão do Nordeste (tipos arbóreo mocó e seridó). A região perdeu a primazia da produção algodoeira, a princípio para São Paulo e, mais tarde, para a região Centro-Oeste, que desenvolveram o algodão do tipo herbáceo.

Os principais usos do algodão são a indústria têxtil e a alimentar (óleo).

Mato Grosso, Goiás e São Paulo foram os três maiores produtores em 2003.



Fonte: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em mar. 2005.

Cana-de-açúcar

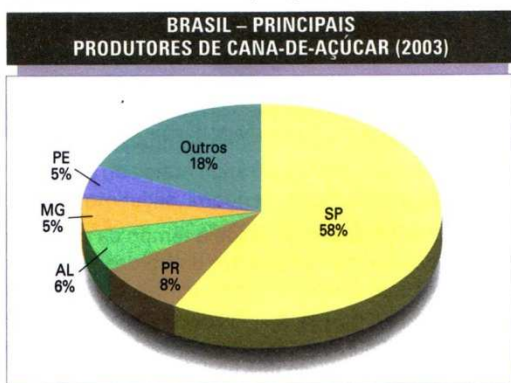
Introduzida nos primeiros anos de colonização, a cana-de-açúcar e seus subprodutos (principalmente o açúcar) ainda ocupam importante lugar na pauta de nossas exportações.

No princípio seu cultivo teve muito sucesso na Zona da Mata da região Nordeste, graças a uma série de fatores favoráveis ao seu desenvolvimento: solos férteis (massapê), clima tropical úmido, posição da região em relação aos mercados consumidores da Europa e a introdução da mão-de-obra escrava.

Após crises causadas pela concorrência no mercado internacional e a mudança do eixo econômico da colônia para o Centro-Sul no século XVIII, a cana-de-açúcar encontrou um novo lugar para prosperar: o estado de São Paulo (regiões de Campinas, Americana, Piracicaba, Jaú, Ribeirão Preto, Araraquara).

Na década de 1970, com a criação do Proálcool, as usinas ganharam um fôlego maior com a produção do álcool combustível.

O maior produtor de cana-de-açúcar no Brasil é o estado de São Paulo. Veja o gráfico a seguir.



Fonte: Ministério da Agricultura. Agricultura Brasileira em Números. Anuário 2003.

A área de Ribeirão Preto é a principal região sucroalcooleira do país.

Soja

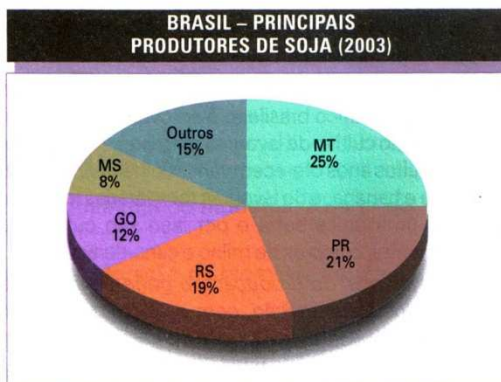
A soja é uma leguminosa originária do Extremo Oriente e de alto valor nutritivo. O Brasil é o segundo produtor mundial, perdendo só para os Estados Unidos.

O chamado "complexo soja" compreende o produto em grão, o farelo de soja e o óleo.

Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul foram os três maiores produtores de soja do Brasil em 2003. Veja o gráfico a seguir.

A necessidade de terras cultiváveis para a expansão do cultivo da soja, que se realiza em direção ao norte do país, tem sido apontada por ONGs inter-

nacionais como a grande responsável pelo alto grau de desmatamento na Amazônia nas últimas décadas.



Fonte: Ministério da Agricultura. Agricultura Brasileira em Números. Anuário 2003.

Milho

Cultivado, de modo geral, em todo o país, tem destaque em Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina, conforme dados de 2001. Empregado na elaboração de ração animal, principalmente para suínos, abastece uma variada indústria alimentícia (óleo, farináceos), sendo também fundamental para a alimentação de populações de grande parte do país.

Feijão e arroz

Apesar do grande consumo, a cultura do feijão não é realizada com técnicas aprimoradas nem desperta o interesse de grandes produtores rurais. São os pequenos proprietários que enfrentam os problemas desse cultivo (clima, solos) e os baixos preços do mercado interno. Paraná, São Paulo, Bahia e Santa Catarina destacam-se no cultivo do feijão.

O arroz, cereal mais consumido no mundo, é cultivado no Brasil de duas formas: o arroz irrigado, ou de várzea, e o arroz de sequeiro (depende das chuvas). Os principais produtores são Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais.

Trigo

Cultura de clima temperado, o trigo teve seu plantio possível em terras brasileiras graças à tecnologia e a pesquisas agropecuárias. A produção brasileira de trigo não é suficiente para o consumo interno, sendo necessário importar o produto, principalmente da Argentina. Paraná e Rio Grande do Sul são os maiores produtores brasileiros. Outros cereais de zona temperada são cultivados em pequena escala em nosso país: aveia (PR, RS, SC), centeio (RS, PR), cevada (RS, PR).

Lavouras permanentes

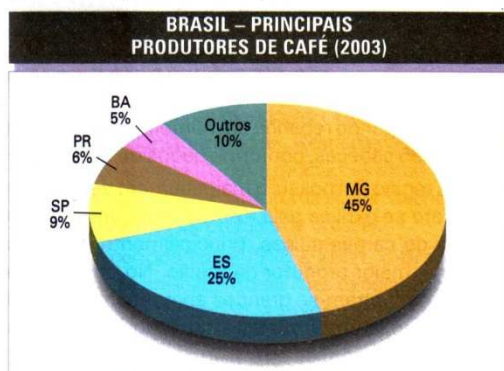
Café

Do fim do século XIX até a crise de 1929, o café ocupou frentes pioneiras, levando o povoamento a regiões até então despovoadas, no processo conhecido como Marcha do Café, que partiu do Vale do Paraíba fluminense, atingindo o estado de São Paulo e o norte do Paraná. Depois da crise de 1929, o café não teve mais a importância que tinha na economia brasileira, assim como a atividade agrária de modo geral. A partir daí, inicia-se nosso processo de industrialização, no qual os capitais da cultura cafeeira tiveram grande participação. O Brasil mantém-se como maior produtor mundial de café, tendo a Colômbia e o Vietnã como principais concorrentes.

A "faixa gourmet", ou seja, aquele segmento do mercado que privilegia o sabor do produto é dominada pela Colômbia e por países da América Central. Por isso, os produtores brasileiros têm investido na introdução de conceitos, como qualidade e diferenciação do produto.

O mercado mundial de café é regulamentado pela Organização Internacional do Café (OIC), sediada em Londres.

Minas Gerais e Espírito Santo são os dois maiores produtores de café no Brasil, como mostra o gráfico a seguir.



Fonte: Ministério da Agricultura. Agricultura Brasileira em Números. Anuário 2003.

Cacau

Natural da região amazônica, essa planta, que precisa de clima muito úmido com chuvas abundantes, encontrou no sul da Bahia (Ilhéus, Itabuna) as condições ideais para seu desenvolvimento. Cultivada nessa região desde o século XIX, provocou o surgimento de uma sociedade característica ao redor de Ilhéus, muito bem descrita pelo escritor Jorge Amado em livros como *Gabriela, cravo e canela*.

O Brasil já foi o primeiro produtor dessa matéria-prima para a indústria do chocolate. A concorrência

de países da África (Gana, Costa do Marfim) e do Sudeste Asiático (Indonésia), a partir da década de 1970, e a praga conhecida como *vassoura-de-bruxa*, que nos anos 1990 dizimou os cacauais da Bahia, nosso maior produtor, acabaram por levar o Brasil ao quarto lugar entre os exportadores de cacau.

Além da Bahia, são produtores de cacau o Pará e o Espírito Santo.

Laranja

Nativa da Ásia, a laranja chegou à Europa na Idade Média. Mais tarde, na época das Grandes Navegações (séculos XV e XVI), chegou à América. O plantio dessa fruta tem maior produtividade em regiões tropicais e subtropicais.

As principais áreas produtoras são o estado de São Paulo, no Brasil, e o estado da Flórida nos Estados Unidos. Por esse motivo, costuma-se dizer: "geada na Flórida, alegria dos plantadores de laranja brasileiros". Frases como essa mostram que, quando o maior produtor de suco de laranja dos Estados Unidos tem suas plantações destruídas, a exportação do suco brasileiro cresce consideravelmente. A laranja é exportada na forma de fruta ou de suco concentrado. São Paulo, Bahia, Sergipe e Minas Gerais possuem a maior produção do país.

Além da laranja, outras frutas são cultivadas visando aos mercados interno e externo: a banana (PA, SP), a uva (RS, BA), a maçã (SC, RS), o caju (CE, RN) e o coco-da-baía (BA, CE, PA).

Recentemente, importantes projetos agropecuários irrigados têm sido desenvolvidos ao longo do rio São Francisco, entre as cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), produzindo frutas como melão, mamão e uva, que se destinam aos mercados externo e interno do Centro-Sul.

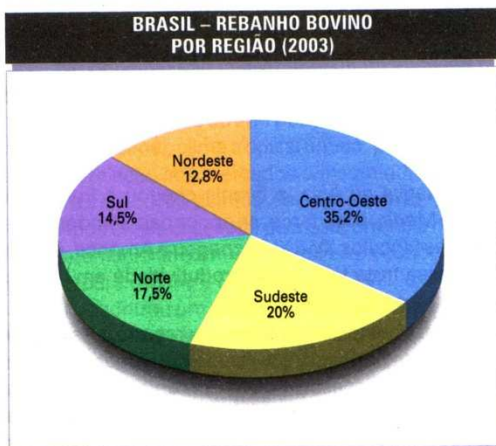
■ A pecuária no Brasil

Mesmo possuindo o segundo maior rebanho bovino do mundo, a pecuária no Brasil tem pequeno peso na economia. Na maior parte do país predomina a pecuária extensiva, ou seja, o gado é criado solto no pasto, sem maiores cuidados, como o aprimoramento de raças, a aplicação de vacinas, etc.

De modo geral, a pecuária brasileira apresenta baixa rentabilidade, baixa qualidade de grande parte de seus rebanhos e baixa fertilidade por causa da desnutrição e da alta incidência de moléstias. Em agosto de 2000 e em maio de 2001, focos de febre aftosa (doença contagiosa) no gado do Rio Grande do Sul causaram um sério problema ao Brasil, pois esse estado é um grande exportador de carne bovina. Entretanto, 2003 foi um ano de grandes lucros para esse setor, devido ao aumento das exportações de carne e por problemas em rebanhos ("vaca louca") dos Estados Unidos.

Principais rebanhos

Rebanho bovino



Fonte: IBGE. *Produção da Pecuária Municipal 2003*.

Com 195 551 576 cabeças (dados de 2003), o rebanho bovino é o maior do país, ocupando uma área que corresponde a cerca de 25% do território nacional.

A criação desse tipo de gado pode ser feita com dois objetivos: a produção de leite (pecuária leiteira) e a produção de carne (pecuária de corte). No Brasil, o abate anual é de aproximadamente 32 milhões de cabeças, com produção de 6,7 toneladas de carne.

O Centro-Oeste possui o maior rebanho bovino do país, concentrado no estado de Mato Grosso do Sul. Porém, nessa região, principalmente no Pantanal, pratica-se uma pecuária extensiva de baixa qualidade. Nos estados de Goiás e Mato Grosso, áreas de cerrado são aproveitadas como pastagem natural para o gado. O estado de Mato Grosso do Sul vem em primeiro lugar com o maior número de cabeças, seguido por Mato Grosso e Goiás. Este último é o segundo produtor de leite do Brasil.

As regiões Sudeste e Sul empregam técnicas mais avançadas na criação de gado e por isso obtêm maior produtividade.

Minas Gerais ocupa importante posição: é o maior produtor de leite, possui o segundo maior rebanho bovino, logo após Mato Grosso do Sul, e é o quarto maior produtor de carne do país. As principais áreas criatórias do estado são o sul (pecuária leiteira) e o norte (pecuária de corte).

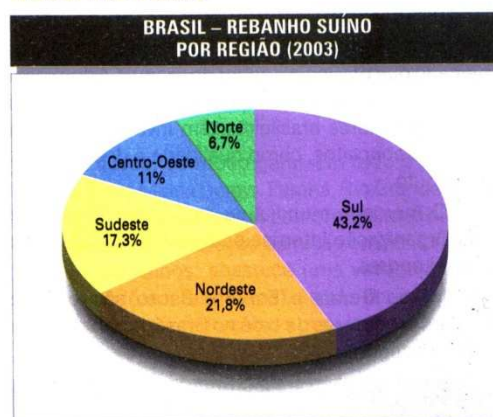
São Paulo possui um grande rebanho bovino, sendo que o Vale do Paraíba é região tradicional de produção de leite, e o oeste do estado (Araçatuba, Presidente Prudente) é conhecido pelas *invernadas* de gado de corte.

No Sul, o setor pecuário está atrelado às indústrias alimentícia (frigoríficos) e de calçados. O Rio Grande do Sul possui o maior número de cabeças, seguido pelo estado do Paraná. A pecuária leiteira também tem importância: a região é a segunda produtora do país, e o Rio Grande do Sul vem em terceiro lugar, atrás de Minas Gerais e Goiás.

Na região Norte, destaca-se o estado do Pará, com pecuária de corte.

No Nordeste, o rebanho bovino é criado no Sertão, com técnicas atrasadas e baixa produtividade. A região está em último lugar entre os produtores brasileiros.

Rebanho suíno



Fonte: IBGE. *Produção da Pecuária Municipal 2003*.

É o segundo rebanho em número, no Brasil, com 32 304 495 cabeças, conforme dados de 2003.

A região Sul possui o maior número de cabeças. Esse fato se explica pela existência de uma ativa indústria de carnes suínas, principalmente em Santa Catarina, maior produtor da região. No oeste desse estado encontram-se grandes abatedouros e frigoríficos, como os grupos Sadia e Perdigão, instalados na cidade de Concórdia.

Os outros produtores mais importantes são Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais:

Outros rebanhos

O Nordeste destaca-se quando o assunto é o rebanho ovino e o rebanho caprino: a região possui o maior número de cabeças de ovinos e caprinos do Brasil.

Bahia, Piauí e Ceará são os principais produtores de ovinos do Nordeste. Porém, o maior produtor individual é o Rio Grande do Sul, na região Sul.

No Brasil há 14 556 484 ovinos e 9 581 653 caprinos (dados de 2003).

Quanto à criação de caprinos, destacam-se Bahia, Piauí e Pernambuco, no Nordeste.

A região Norte é a principal criadora de búfalos, principalmente na região da ilha de Marajó e no Amapá. Há 1 115 000 bufalinos no Brasil (dados de 2002).

■ O agronegócio no Brasil

Como vimos no capítulo 48, o agronegócio envolve vários setores, como a agricultura de precisão e a biotecnologia, onde é empregado capital nacional e estrangeiro. Dentre as empresas de pesquisa brasileiras, destaca-se a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que desenvolve projetos em todas as regiões do país. No Brasil, o agronegócio é dominado por transnacionais do ramo alimentício (Bunge, Unilever) e de fabricantes de insumos para a agricultura (Monsanto, Bayer).

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários: café, açúcar, álcool, suco de frutas. Apesar de responder por um terço do PIB nacional, o agronegócio não é unanimidade. Alguns críticos do setor acusam-no de exportar produtos que são necessários à alimentação da população e de estar acabando com a agricultura familiar, sendo, em última análise, o responsável por grande parte dos conflitos no campo em nosso país.

Contexto e aplicação

A força do agronegócio

O Brasil é, hoje, o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Européia. Responsável por 33% do PIB nacional, por 41% das exportações totais e por 37% dos empregos, o setor iniciou sua curva ascendente nos anos 1990 e não parou mais de crescer.

No período entre 1990 e 2004, o Brasil atingiu uma taxa de crescimento de suas exportações agrícolas de 7%. Nesse tempo, as exportações dos Estados Unidos, que ocupam o primeiro lugar no ranking, cresceram 2%, e as da União Européia, segunda colocada, registraram uma expansão de 2,7%. Porém, os Estados Unidos e a União Européia só mantêm essas posições à custa de vultosos subsídios.

Esse vigoroso desempenho brasileiro foi possível graças a uma confluência de vários fatores: grandes investimentos em pesquisa, desenvolvimento e adoção de tecnologia no campo e na indústria, aumento da produtividade, abertura comercial, integração do Mercosul e estabilização da economia.

(Marlene Jaggi. Extraído de: *Revista da Indústria*, Fiesp, mar. 2005. Texto adaptado.)

Justifique a importância do agronegócio na balança comercial brasileira.



Fonte: Ministério da Agricultura. Agricultura Brasileira em Números. Anuário 2003.

■ A estrutura fundiária no Brasil

Para falar sobre a agricultura e a pecuária, precisamos tratar também dos grandes problemas envolvendo o campo, como a estrutura fundiária marcada pela concentração de terras, os conflitos pela posse da terra e as relações desiguais de trabalho. O gráfico a seguir mostra a concentração fundiária no país: quanto maior o índice de Gini, maior a concentração de terras.



Fonte: <www.incra.gov.br>. Acesso em out. 2002.

À forma como as propriedades rurais estão distribuídas, segundo suas dimensões, denominamos *estrutura fundiária*. A principal característica da estrutura fundiária brasileira é o predomínio de grandes propriedades. As origens dessa distribuição desigual de terras em nosso país estão em nosso passado colonial. As capitânicas hereditárias, que inseriram o Brasil no sistema colonial mercantilista, foram os primeiros latifúndios brasileiros: a colônia foi dividida em quinze grandes lotes entre doze donatários.

A expansão da lavoura açucareira no litoral manteve o latifúndio como uma de suas características, ao lado da monocultura e da escravidão da mão-de-obra africana no sistema de *plantation*, voltado para a exportação. Portanto, a ocupação das terras brasileiras aponta para uma acentuada concentração de terras.

Foi a Lei de Terras, promulgada em 18 de agosto de 1850, que praticamente instituiu a propriedade privada da terra no Brasil. Ao determinar que as terras públicas ou devolutas (ociosas) só poderiam ser adquiridas por meio de compra, essa lei limitou o acesso à posse de terras a quem tivesse recursos para satisfazer essa condição.

Dessa forma, imigrantes europeus recém-chegados, negros libertos e pessoas sem recursos ficaram sem direito às terras livres, que foram compradas por abastados proprietários rurais.

Com o passar do tempo, essa desigual distribuição de terras acabou gerando conflitos cada vez mais violentos e generalizados entre proprietários e não proprietários. As décadas de 1950 e 1960 marcaram o surgimento de organizações que lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais. Entre elas, podemos citar as Ligas Camponesas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Membros do regime militar (1964-1985), preocupados com o descontentamento social no campo, elaboraram um conjunto de leis para tentar controlar os trabalhadores rurais e acalmar os proprietários de terras. Essa tentativa deu-se por meio de um projeto de reforma agrária para promover uma distribuição mais igualitária da terra, que resultou no Estatuto da Terra, cujos pontos principais veremos a seguir.

Estatuto da Terra

Lei nº 4 504, de 30 de novembro de 1964

Os objetivos finais dessa lei eram a execução da reforma agrária e a promoção da política agrícola.

Os principais pontos do Estatuto da Terra consistiam em classificar os estabelecimentos rurais por sua "função social".

O primeiro parágrafo da lei diz o seguinte: a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e os que a cultivam.

No texto da lei foram considerados os seguintes tipos de estabelecimentos rurais:

I. **Imóvel rural.** Área que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, seja pela iniciativa privada seja pela iniciativa pública.

II. **Propriedade familiar.** O imóvel rural explorado pelo agricultor e sua família e que lhe garanta trabalho e subsistência, com área máxima estabelecida por região.

III. **Minifúndio.** O imóvel rural de área e possibilidades inferiores à propriedade familiar.

IV. Latifúndio:

- a) **Por dimensão.** Propriedades com área superior a seiscentas vezes o módulo rural fixado para a região onde se localiza.
- b) **Por exploração.** Propriedades que tenham área menor do que o estabelecido, mas que esteja sendo mantida inexplorada ou deficientemente explorada, para fins especulativos, não podendo ser considerada uma empresa agrária.

V. **Empresa rural.** É o imóvel rural explorado econômica e racionalmente por pessoa física, jurídica, pública e privada. Entre as atividades realizadas no estabelecimento estão as áreas de cultura, reflorestamento, matas, pastagens e benfeitorias. Possui de 1 a 600 módulos rurais de área.

VI. **Módulo rural.** É o modelo ou padrão que deve corresponder à propriedade familiar.

A área do módulo rural vai depender das características ecológicas e econômicas de onde está localizado.

É claro que as dimensões do módulo rural em áreas de pecuária extensiva vão ser bem maiores do que em áreas de policultura comercial.

O módulo fiscal

Em 1993, durante o governo do presidente Itamar Franco, a Lei nº 8 629 reafirmou que a terra tem de cumprir uma função social. Foram definidos novos conceitos referentes às dimensões e classificações dos imóveis rurais. Com base no conceito de módulo rural foi utilizado o conceito de *módulo fiscal*.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, entende-se por módulo fiscal a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada região, considerando os seguintes fatores:

- tipo de exploração predominante no município;
- renda obtida com a exploração predominante;
- outras explorações existentes no município que, embora não sejam predominantes, são significativas em função da renda e da área utilizada;
- conceito de propriedade familiar.

O tamanho do módulo fiscal varia de região para região, pois depende de alguns fatores, como as características do clima de cada área ou região.

Ainda segundo a Lei nº 8 629, ficou assim a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho:

- a) *Minifúndio*: o imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal.
- b) *Pequena propriedade*: o imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.
- c) *Média propriedade*: o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais.
- d) *Grande propriedade*: o imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.

Características da estrutura fundiária brasileira

Existe uma concentração muito grande de terras em nosso país, onde poucos latifúndios ocupam a maior parte da área total brasileira e o grande número de minifúndios não chega a ocupar 2% dessa área. Como consequência temos um grave quadro socioeconômico:

- Poucas propriedades rurais (43 956) com 1 000 hectares ou mais concentram mais de 50% da área total do país. Geralmente, uma grande concentração fundiária pode gerar terras ociosas e improdutivas porque seus donos aguardam melhores preços para arrendá-las ou vendê-las (estão concentradas nas regiões Norte e Centro-Oeste).
- Muitas propriedades rurais (947 408) não chegam a possuir 2% da área total, inviabilizando, muitas vezes, o plantio de algum produto. A despesa com sementes pode ser maior que o montante obtido com a colheita.
- Êxodo rural como consequência da mecanização em algumas grandes propriedades rurais no Centro-Sul e entre os pequenos proprietários, porque produzem pouco, ficam endividados e não têm capital para investir.
- Aumento do número de desempregados e subempregados que migram para as periferias das cidades e acabam ocupando áreas de mananciais.

E o fato mais grave: o aumento dos conflitos sociais no campo. Veja no gráfico a seguir os índices da violência gerada por esses conflitos.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo – Brasil, 2003*.

Mais de 50% dos conflitos no Brasil ocorrem, respectivamente, nas regiões Nordeste e Norte. São regiões de grande concentração de propriedades rurais e de imóveis improdutivos, onde muitas vezes a polícia é mal preparada e mal equipada e os latifundiários impõem sua vontade às leis.

Outro triste exemplo da violência no campo são os inúmeros assassinatos e conflitos entre 1991 e 1998, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Incra e o MST. Soma-se a esse quadro brutal e desumano o uso improdutivo de muitas propriedades rurais que geram o ciclo: êxodo rural–desemprego–violência. A porcentagem dos imóveis improdutivos no Brasil mostra a necessidade urgente de uma política agrícola e de uma reforma agrária que contemplem os trabalhadores rurais excluídos.

A forma de obter a propriedade da terra fez surgir duas figuras que estão freqüentemente envolvidas nos conflitos pela terra: o *posseiro* e o *grileiro*.

Posseiro. Indivíduo que tem a posse da terra e nela trabalha sem, porém, possuir o título de propriedade.

Grileiro. Pessoa que toma posse da terra de outros, usando para isso falsas escrituras de propriedade.

A Amazônia é a região que mais sofre a ação de grileiros; na maior parte do território amazônico não existem títulos válidos de propriedade de terras.

Tensão no campo

Nos anos 1950, os trabalhadores rurais começaram a organizar sindicatos que tiveram sua expressão máxima nas Ligas Camponesas de Francisco Julião, na região Nordeste, duramente combatidas pelo regime militar.

Entretanto foi no Rio Grande do Sul, na década de 1970, que surgiram os primeiros movimentos dos trabalhadores rurais sem terra. Esses movimentos se espalharam por outros estados e reuniram um número cada vez maior de adeptos. Em 1984, foi criada a entidade que tem por objetivo fazer uma reforma agrária rápida e justa – o MST.

Entretanto, a interpretação do que é “função social” da terra é feita de modo diferente pelo governo e pelos proprietários rurais. Os invasores do MST argumentam que estão tomando posse de terras improdutivas e o outro lado considera essa atitude um ato que fere o direito de propriedade.

Esses diferentes pontos de vista têm causado violentos conflitos com baixas em ambos os lados, embora o número de trabalhadores rurais mortos nesses embates seja bem maior que o de policiais ou de homens contratados por fazendeiros para defender suas terras. Muitas vezes, grileiros que pretendem lucrar com a especulação imobiliária promovem verdadeiras chacinas de posseiros e famílias que ocupam a terra para produzir.

Os conflitos no campo e a participação do MST em invasões que nem sempre visam à posse de terras improdutivas são um assunto polêmico na sociedade brasileira.

As relações de trabalho no campo

Geralmente encontramos entre os trabalhadores rurais brasileiros baixos indicadores socioeconômicos, como altas taxas de natalidade, elevado analfabetismo, pequena qualificação profissional e baixa remuneração. Além disso, eles sofrem com a falta de cumprimento da legislação trabalhista por parte de alguns patrões e o elevado número de acidentes com ferramentas, como facões. Quanto mais distantes das principais cidades e capitais, mais tensas são as relações sociais no campo.

O trabalho assalariado temporário é a forma predominante no Brasil. Esse predomínio é consequência do processo capitalista (capitalização da atividade agrícola) que, por um lado, aumenta a produtividade rural (máquinas, irrigação, sementes selecionadas) e, por outro, dispensa o trabalhador residente ou permanente (aumento do número de assalariados). Tivemos no Brasil uma grande redução das modalidades tradicionais de trabalhadores rurais (permanentes, residentes, colonos e parceiros) e o aumento de trabalhadores temporários sem vínculo empregatício. Geralmente, eles recebem no fim do dia pelo serviço prestado, trabalhando no plantio ou na colheita de cana-de-açúcar, laranja ou café. Moram na periferia das cidades, onde os aluguéis são menores. Recebem a denominação de *peões* na região Norte, *corumbás* nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, e *bóias-frias* nas regiões Sul e Sudeste.

Infelizmente, no Brasil ainda persiste uma modalidade desumana de trabalho em áreas agrícolas – o trabalho escravo. Segundo a Organização Mundial do Trabalho, o país está entre os que apresentam mais problemas relacionados a essa questão.

Outras formas de trabalho no campo

Trabalho familiar. Realizado geralmente nas pequenas e médias propriedades rurais de subsistência. A falta de capital para investir na lavoura e as secas periódicas têm aumentado o número de trabalhadores familiares que abandonam o campo e migram para as periferias das cidades, onde se tornam trabalhadores temporários. Uma exceção entre os trabalhadores familiares é encontrada nas áreas vizinhas dos grandes centros urbanos (cinturões verdes), porque eles conseguem vender sua produção para os centros de abastecimento, redes de supermercados, feiras livres e até em carros ou caminhões que percorrem as ruas dessas cidades.

Arrendamento. Forma de utilização da terra destinada ao cultivo ou à pastagem, que o proprietário arrenda (aluga) a quem tem capital para explorá-la.

É comum no interior de São Paulo um grande proprietário arrendar propriedades menores vizinhas para o cultivo da cana-de-açúcar.

Parceria. Forma de utilização da terra em que o proprietário dispõe de sua terra para um terceiro (o

parceiro), que a cultiva. Em troca, o parceiro entrega ao proprietário parte de sua colheita.

Uma forma ainda comum em algumas regiões do país é a prestação de serviços ao proprietário para saldar dívidas (escravidão por dívidas).

O que há de novo?

Problemas climáticos reduzem previsão de safra

Estimativa encolheu 2 milhões de toneladas em fevereiro; colheita recorde fica comprometida.

Uma nova safra agrícola recorde no país, considerada certa no fim de 2003, pode estar comprometida por problemas climáticos em importantes regiões produtoras de soja. O IBGE divulgou uma estimativa de safra, relativa a fevereiro, 1,89% menor do que a prevista para janeiro, o que significa redução de 2 milhões de toneladas entre as duas projeções. Produto responsável por cerca de 45% da safra total do país, a soja está sendo a principal prejudicada.

Em janeiro, a previsão era de 132,97 milhões de toneladas. No levantamento de fevereiro, caiu para

130,45 milhões, volume 5,9% maior do que a safra anterior (recorde de 123,18 milhões de toneladas). A estimativa de março, a ser divulgada em abril, vai trazer nova revisão para baixo da safra, por causa de problemas na soja no Rio Grande do Sul e, ainda, por adversidades no clima e atrasos no plantio do milho (segunda safra em algumas regiões), cujas conseqüências ainda são imprevisíveis.

Apesar da queda em relação a estimativas anteriores, a produção de soja deverá continuar recordista neste ano e atingir 58,9 milhões de toneladas, volume 10,57% superior aos 52,67 milhões de toneladas da safra anterior.

(Adaptado de: Jacqueline Farid. *O Estado de S. Paulo*, 26 mar. 2004.)

Especifique quais são os principais elementos climáticos que podem influenciar a agricultura.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. "Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos coube, sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultura adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria, em seus traços mais nítidos, o tipo de organização agrária mais tarde característica das colônias européias situadas na zona tórrida."

(Extraído de: Sérgio Buarque de Hollanda. *Raízes do Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984. p. 17.)
2. Caracterize a organização agrária das colônias européias estabelecidas na zona tórrida.
3. Explique dois aspectos da agricultura brasileira atual.
4. Descreva a situação atual da pecuária brasileira e seus principais rebanhos.
5. Explique dois dos vários problemas enfrentados pela agricultura brasileira.
6. Justifique a afirmação: "O Centro-Oeste e a Amazônia representam uma espécie de 'paraíso' do latifúndio".
7. Aponte uma causa que faz as regiões Nordeste e Norte serem as campeãs em conflitos pela posse de terras.